

VIDA CONTEMPORÂNEA

REVISTA MENSAL DE ESTUDOS
ECONÓMICOS, FINANCEIROS,
SOCIAIS E LITERÁRIOS

DIRECTOR
CUNHA LEAL

5 DE OUTUBRO DE 1910

— 1934 —

Colégio Campo Grande

Atendendo ao progressivo aumento da sua população escolar, resolveu a Direcção d'êste Colégio alugar o edificio na *Quinta da Nazareth* — ao *Lumiar*, onde, mercê da sua situação e ares verdadeiramente sanatoriais, será instalado um modelar estabelecimento de ensino, enfileirando ao lado dos melhores do País.



Estas novas instalações funcionarão sob o nome de

COLÉGIO INTERNACIONAL DE LISBOA

Destina-se êste novo estabelecimento de ensino á admissão de alunos internos, semi-internos e externos para as classes Infantil, Instrução Primária, Curso Comercial e Curso Completo dos Liceus.

Aceitam-se inscrições e dão-se tôdas as informações pelos telefones N. 4521 e N. 4335, na Avenida 5 de Outubro, 291, ou na Quinta da Nazareth — ao Lumiar.

Auto-car para transporte de alunos externos

VIDA CONTEMPORÂNEA

Revista mensal de estudos económicos, financeiros, sociais e literários

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: CUNHA LEAL

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PROVISÓRIAS: R. Cidade da Horta, 49, 1.º LISBOA — PORTUGAL. — PREÇO 5\$00 —	REDACTOR PRINCIPAL <i>Vasco da Gama Fernandes</i> EDITOR E SECRETÁRIO DE REDACÇÃO <i>Victor Júdice da Costa</i> ADMINISTRADOR <i>António Casanovas Augustine</i>	COMPOSTO E IMPRESSO NA Imprensa LUCAS & C.ª R. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 61 LISBOA
--	---	--

SUMÁRIO

5 de Outubro de 1910.

VIDA ECONÓMICA E FINANCEIRA :

Atritos da engrenagem capitalista, por Cunha Leal.

VIDA CULTURAL :

Uma filosofia actual, por Germano Rocha.
Do ensino do direito, por Nuno Rodrigues dos Santos.
A neurose da inquietação, por Guy de Oliveira.

VIDA COLONIAL :

O Problema Colonial, por João Pinheiro.

VIDA INTERNACIONAL :

A marinha portuguesa e a aliança de Portugal com a Inglaterra, por Cesar Ferreira.
Noticiário internacional.

VIDA LITERÁRIA E ARTÍSTICA :

Desdibujos y formas inesperadas del «estilo español», por Gascó.

VIDA SOCIAL :

O criminoso: estudo da sua morfologia e seu psiquismo, por Barreiros Santos.

VIDA DESPORTIVA :

Da educação física e desportiva, por Plácido de Souza.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
 MUSEU NACIONAL DA CIÊNCIA
 E DA TÉCNICA

1739

Est. 6 Tab. 6 N.º 16



5 de Outubro de 1910

Dentre os republicanos portugueses há muitos que têm a República na pele e na alma, no coração e na inteligência. Pertencemos a êsse número.

Ao fazer esta primeira afirmativa, que é também uma confissão, o nosso intento é apenas significar que as palavras com que vamos evocar a data de 5 de Outubro de 1910 são, simultâneamente, produto da nossa razão — essa faculdade adivinhada por Sócrates — e da nossa sensibilidade — essa realidade revelada no primeiro vagido do homem de todos os tempos. No momento de escrevê-las, os nossos dentes apertam-se, os nossos olhos arrasam-se de água e a nossa epiderme é percorrida por aquele ligeiro e ténue arrepio, que é das mais quintessenciadas manifestações orgânicas da emotividade. Deslisa ligeira a pena sôbre o papel mas não pode, ainda assim, acompanhar a velocidade torrencial dos sentimentos e das ideas. Por isso nos sai pobrezinha e desageitada a sua expressão plástica, a sua tradução verbal. Que importa, porém, isso se, através dela, transluzir um pouco do muito que se passa no nosso mundo interior!

Fechemos os olhos para ver correr no cinema da memória a velha fita do passado, guardada por lá em qualquer dos seus escaninhos. Eilas que desfilam as grandes multidões que iam aos comícios públicos para ouvirem os evangelizadores da nova mística. Correm a comprimir-se no vasto recinto em tórno do tablado donde sairá a sempiterna

é monocórdica afirmação: República! República! República! Milhentos olhos escancarados fitam os oradores. Milhentas bocas entreabertas querem beber as suas palavras. Milhentos peitos se retesam como molas prestes a dispararem a gritaria apoteótica dos vivos e os rugidos roucos das maldições. Por vezes, forma-se à superfície dessa massa humana uma ondulação que semelha a das searas bíblicas quando batidas pela aragem branda da tarde. A aragem que a embala a ela chama-se — *esperança*. Esperança de que à morna, à vil, à apagada tristeza do presente suceda a quente, a honrada, a esfuziante alegria do porvir. Esperança de que a um período de impotência criadora suceda um período de dinamismo fecundo. Esperança de mais farta mesa e de abundância de pão espiritual. Esperança disto e daquilo, de tudo e de nada. Enfim... esperança.

Já os últimos aplausos, depois de atingirem o delírio, se vão extinguindo pouco a pouco, como a onda que, tendo chocado contra a praia, vai subindo por ela, docemente, até morrer. Começa a debandada. Aquela mole humana enche literalmente as ruas circumvizinhas. A animação das conversas revela a temperatura das almas. Depois, a multidão vai-se escoando pelas ruas afluentes, espalha-se por tãda a cidade e leva assim às praças públicas, aos cafés, às casas particulares a vibração que lhe fôra transmitida momentos antes, estabelecendo-se dêste modo um ambiente de comunicativo entusiasmo.

Quem poderá esquecer essas horas de febre e de irraciocinadas aspirações, se alguma vez as viveu? A nós, que, sobreviventes dessa época, comungámos no sonho heróico, apetece-nos bater no peito, com o orgulho dos granadeiros de Napoleão, e dizer: nós vimos essas coisas! nós sentimo-las! Era tão funda a impressão produzida no país pelo fenómeno político-social da propaganda que João Chagas ousava dizer nas suas «Cartas Políticas», sem provocar sorrisos de mofa ou de dúvida, que o povo era uma criação da evangelização republicana, visto como fôra ela que aos portugueses, dispersos moralmente por carência dum ideal colectivo, restituíra a consciência do seu destino histórico e imprimira unidade espiritual.

Por muito profundamente que a monarquia mergulhasse no passado as suas raízes, como poderia ela resistir ao ímpeto das paixões desencadeadas? Uma monarquia sem monárquicos! — gemia um rei tão hiperbólicamente exaltado pelo «snobismo» reaccionário de certos ho-

mens de hoje, como excessivamente vilipendiado, enquanto vivo, pelo despeito dos correligionários afastados, por momentos, do festim orçamental. Naquela época até os próprios filhos de gente palaciega quasi nos pediam desculpa pelo facto de se encontrarem do lado de lá da barricada. Questão de tradição — diziam êles, cõscios de mal servirem o interêsse nacional e vagamente contristados por essa circumstância. Quando o Conde de Arnoso evocava, repetidamente, na Câmara dos Pares a hecatombe da família real e conclamava vingança, a sua voz não despertava ecos nem no mundo legislativo, nem cá fora. A nobre fidelidade do áulico ao seu rei afigurava-se aos monárquicos uma teimosia incómoda, qualquer coisa como uma manifestação de senilidade ou de gagaismo. Crescia a audácia dos republicanos na proporção em que, por carência de fôrça moral, se entibiava a fé dos monárquicos. Aquela apóstrofe de António José de Almeida à guarda militar do Parlamento, a propósito de um incidente ocorrido na Câmara dos Deputados, convidando-a a proclamar a República ali mesmo, sem mais detença, calou fundo no ânimo dos que a ouviram e dos que a leram, por muito que se afigure às gentes de agora uma tirada de retórica bombástica. E' que a revolução estava feita nas consciências, e, portanto, — pensava-se — qualquer mísero cabo, com a assistência de quatro soldados, bastaria para a transformar de fenómeno virtual em fenómeno real. A isto se chegara!

Sentia-se nitidamente o avizinhar da tormenta. Era preciso derubar a árvore carcomida das instituições monárquicas, por virtude da sua incapacidade de reverdecer e de se desentranhar em frutos. As nossas almas andavam alegres na antevisão da aleluia redentora. Ah! os homens da geração presente, formados noutra escola política por bem ou por mal dos seus pecados, não podem, por mais que queiram, compreender o nosso entusiasmo de então, filho, ao mesmo tempo, dum romantismo exasperado e dum realismo instintivo, visto como na sua gestação haviam colaborado a crença illusória da salvação das nacionalidades pelo poder místico da fé e da generosidade e a certeza visceral de que os povos, susceptíveis ainda de reacções fortes contra a degradação e a miséria, não podem, de modo algum, morrer. Nós tínhamos a convicção, ou antes a certeza matemática do triunfo.

Um incidente inesperado — o assassinato do professor Miguel Bombarda por um louco marcado pelo sêlo do destino — foi o rastilho

que fêz detonar a dinamite acumulada nas almas. A vitória trouxe-a o dia apoteótico de 5 de Outubro de 1910. Veio como devia vir. Veio pela mão de Machado Santos — homem do povo, com tôdas as paixões da sua classe, de medíocre cultura mas de cintilante inteligência, testarudo mas bom e generoso, agindo com fé cega quando os outros hesitavam, com ingenuidades e frescuras de alma raiadas às vezes de vagos lampejos maquiavélicos. Quem escreve estas linhas orgulha-se de ter privado com êsse homem durante um ror de anos. Teve a boa sorte de merecer-lhe uma amizade que pagou em moéda idêntica e de igual quilate. Nunca, por nunca ser, adivinhou nele um pensamento vil, viu nele um gesto, uma atitude de deselegância moral. Erros políticos cometeu-os como todos os cometem. Sonhara com uma República a cuja sombra amiga pudessem acolher-se todos os portugueses. Julgou ter realizado a sua quimera no Alto da Rotunda, a tiros de canhão, como se alguma vez as quimeras se transformassem em realidades! E, mal terminada a refrega civil, abalançou-se, com entusiasmo quixotesco, a endireitar «entuerτος» e a sarar as feridas que êle próprio havia aberto. Estendeu a mão leal aos adversários de ontem. Defendeu-os ainda quando não mereciam defesa. Pobre amigo, como te pagaram!

Quis o destino que com Machado Santos cooperasse no triunfo republicano um grupo de homens movidos, não por cobiça vil, mas sim pelo mesmo ardente misticismo de que se encontrava impregnada a sua alma. Seja permitido à minha saudade rememorar o nome de dois dêles que a morte, com a sua gélida crueldade, se encarregou de ceifar também. Quero referir-me a Carlos da Maia, gentilíssima figura moral feita de bondade inesgotável e de bonomia enternecedora, e a Vasconcelos e Sá, homem másculo, temperamento exuberante, amigo lealíssimo, cuja tragédia íntima derivou do facto de ter nascido num século prosaico, quando a natureza o fadara para os recontros esforçados da era medieval.

Dois traços sóbrios bastam para defini-los. Ao regressar do episódio revolucionário de 5 de Outubro, o primeiro cuidado de Carlos da Maia consiste em dizer à sua mãe velhinha: podes abraçar-me e beijar-me, minha mãe, porque, olha, as minhas mãos não estão tintas de sangue! Vasconcelos e Sá morre vítima duma insuficiência cardíaca, sem que ninguém o possa convencer a repousar no leito. Senta-se numa cadeira, donde a sua impaciência o força a levantar-se por vezes,

e, com serenidade espantosa, como se dêle se não tratara, vai diagnosticando, minuto a minuto, os progressos da doença e fazendo cálculos sôbre a hora provável do têrmo da sua existência. Quando sente a proximidade do ataque final, recosta a cabeça no espaldar da cadeira, fecha os olhos e, estoicamente, diz; é agora! Assim se finou Vasconcelos e Sá, encarando a morte virilmente, face a face.

Êstes chefes comandaram soldados dignos dêles. Não nos consente, igualmente, o coração que nesta hora esqueçamos dois velhos companheiros de escola — o Humberto de Ataíde e o Viriato de Lacerda — que foram dois denodados combatentes da Rotunda. Ao recordá-los, renasce em nós, por um fenómeno de ressurreição espiritual, o rapaz que éramos então e pomo-nos a reviver, enternecidamente, as nossas intermináveis cavaqueiras, os nossos planos de futuro, os nossos sonhos. Humberto de Ataíde tinha extraordinária acuidade intelectual e uma energia e bravura que lhe não eram inferiores. Viriato de Lacerda tinha talento poético invulgar, mas a sua incontestável valentia assentava sôbre um fundo de bondosa indolência. Ambos povoam já o reino das sombras, e no Campo Santo da nossa alma erguem-se, em sua honra, duas cruces votivas. Humberto de Ataíde suicida-se porque um malaventurado equívoco o convence de que se poderia pôr em dúvida a sua galhardia militar, como se todos os rapazes da sua geração não o olhassem como a honra e o lustre do exército português — fama adquirida nos campos de batalha do sul de Angola em lances de sangue frio e de heroísmo. Viriato de Lacerda tomba em combate em Moçambique quando, debruçado sôbre uma metralhadora, pretendia inutilizá-la, não fôsse o inimigo vitorioso aproveitá-la contra as nossas tropas. Grandes soldados e grandes amigos!

Mas o supremo herói da jornada de 5 de Outubro foi o povo anónimo — o povo que se bateu por um ideal indefinido de perfeição, o povo que, no mais aceso da luta, desceu a Avenida da Liberdade, sem armas, dando vivas à República, expondo os peitos nus às balas da monarquia, o povo que, nos vários transes da luta e após a vitória, soube respeitar generosamente a personalidade nem sempre respeitável dos vencidos, o povo que, de pé descalço, fêz sentinela à porta dos bancos para guardar as burras dos ricos, o povo que, no delírio sacrossanto da sua alegria, julgou ter encontrado, com a proclamação da República, a sua «estrada de Damasco». Para êsse povo de 1910 vai

nesta hora a nossa homenagem mais comovida. Curvamo-nos diante d'êlé, evocando a sua virilidade, o seu desinterêsse, a sua abnegação. E nós, que nascemos no seio do povo e a êle queremos sempre pertencer, porque compreendemos a vida como êle, orgulhamo-nos da nossa jerarquia mais do que se procedêssemos de qualquer enfatuado barão medieval.

Tanto se amplificam os defeitos do povo português em obras literárias eivadas de injustificado pessimismo ou em simples diatribes de janotas que nos sentimos forçados a prestar esta elementar justiça às suas grandes virtudes, entre as quais se conta ainda a sua capacidade de sentir funda e duradoiramente. Quis o acaso que assistíssemos em Sevilha à proclamação da República Espanhola. Instintivamente, pusemo-nos a fazer o paralelo entre êste facto e o fenómeno similar português. Que extraordinária diferença entre um e outro! Que falta de vibração, que apatia a dos nossos vizinhos! O povo espanhol, como colectividade nacional, só é susceptível de sensações à flor da pele, que assumem por vezes grande intensidade mas que surgem e desaparecem com a instantaneidade do raio e do trovão. As suas paixões só se tornam absorventes ou bravias quando sejam individuais ou tenham como fundamento — a religião, os particularismos regionalistas e o mito anarquista, que é a manifestação mais radical do centrifugismo hispânico.

Ao derrubar a monarquia, o povo português não curou de fazer, como o espanhol, uma *broma* pesada a um rei mais ou menos castiço que havia tratado, como coisa de somenos, os frequentadores inveterados da Gran Via ou das Puertas del Sol. Praticou um acto sério e definitivo com gravidade, mais realçada ainda pelo ímpeto que pôs na sua execução. E, como tinha a convicção inabalável de ter procedido em conformidade com as determinações do interêsse nacional, deixou que a alegria radiasse do seu peito em ondas, quando constatou que os fados propícios haviam premiado com a vitória o seu duro esforço. Ainda se não anteviam então os espinhos do futuro, e, quando mesmo se adivinhassem, o povo, com o seu bom senso, sabia que cada hora tem os seus cuidados e prazeres e que não merece a pe na carregar a conta de hoje com os males que possam acontecer amanhã.

A seguir ao triunfo, o povo português riu, pois, e folgou, entre-meando com o riso as lágrimas suavíssimas que ainda o tornam mais doce. Abraçávamo-nos uns aos outros por essas ruas numa maré alta

de emotividade. Que indescritíveis apoteoses as da Lisboa de então! A cidade alegre e confiada vestia-se de galas para celebrar a derrota daqueles elementos que, animados, porventura, da melhor das intenções, estavam, em todo o caso, dificultando o progresso da nação, de modo a distanciá-la cada vez mais dos povos civilizados. Ia iniciar-se para Portugal novo ciclo histórico com os inevitáveis sobressaltos traduzíveis gráficamente por uma curva sinusoidal. Antes de abalançar-se à nova caminhada, o povo sentia-se com o direito de fazer do breve alto, que acompanha estas reversões históricas, a festa da sua esperança. E teve a magnanimidade de não manchar essa festa com holocaustos humanos.

Constituído um Governo Provisório com os homens representativos da propaganda republicana, o povo entregou-lhes confiadamente a realização da primeira parte das suas aspirações. E — valha a verdade — não se sentiu ludibriado na sua confiança. Na tarefa executada por aquele reflectem-se, naturalmente, as preocupações e a ideologia da época. É certo que os homens de vinte a trinta anos, apreciando, com a sua mentalidade e com os ensinamentos colhidos em anos de vertiginosa renovação material e espiritual, os actos dos ministros de então, os acusam de timidez e impotência criadora. Queriam que, aproveitando uma oportunidade excepcional, êsses homens se houvessem atrevido a construir um Estado inteiramente novo, em vez de se limitarem a fazer reparações sumárias na fachada avariada do edificio legado pela monarquia. Esquecem-se, porém, de que a época era caracterizada pela lenta evolução dos conceitos económicos e espirituais e que lhe faltavam assim as tendências acentuadamente revolucionárias da era actual. A queda da monarquia era encarada como simples episódio político e, portanto, sem profundidade. Aspirava-se a fazer democracia política e não democracia social. À luz dêste critério, a obra do Governo Provisório aparece-nos, se não como perfeita, ao menos como meritória.

No decurso desta evocação dum passado tão próximo de nós, quando o situamos nas perspectivas da história, mas tão distante, quando o localizamos na nossa trajectória individual, deixamos presos farrapos da nossa sensibilidade amarfanhada. Falámos muito dos mortos cujas sombras errantes perpassam pela nossa alma. Não queremos, porém, terminar sem um apêlo veemente aos vivos.

Possam êles honrar a memória daqueles que tombaram a meio da jornada. Possam êles amar a República e servi-la com dignidade. Não há na marcha dos povos ascensões rectilíneas. Não nos devem, pois, surpreender, nem desanimar os insucessos e infelicidades colectivas que acaso possam surgir, por isso que são a moêda corrente da história de todos os povos. E tenhamos a certeza de que as instituições republicanas, nascidas em 5 de Outubro de 1910, saberão resistir no futuro, como até hoje, a todos os vendavais do destino.



Atritos da engrenagem capitalista

O sistema capitalista tem prestado à humanidade os maiores serviços, o que não quer dizer que, forçosamente, haja de estar em condições de poder prestar-lhos indefinidamente. Negá-los seria o cúmulo da ignorância, quando não fôsse o cúmulo da má fé. Foi êle que permitiu elevar o homem, agrupado em sociedades inorgânicas de tipo comunista e vivendo em estado de selvagem animalidade, até ao homem, agrupado em sociedades democráticas de tipo individualista e vivendo em estado de civilizada espiritualidade. A-pesar-de certas regressões atávicas manifestadas nas comunidades do post-guerra, a distância que separa êstes dois tipos de homem é qualquer coisa de formidável, sem que se possa encontrar no adjectivo ressaibos de exagêro.

O capitalismo vem, porém, descrevendo o mesmo ciclo que percorrem tôdas as instituições humanas: nasceu, cresceu, atingiu a plenitude do seu desenvolvimento, até que, finalmente, entrou em fase de declínio. Roe-o um mal interior que, aliás, durante muito tempo foi considerado pelo comum das gentes como sendo a causa dos seus maiores triunfos e o manancial inesgotável da prosperidade dos povos. Queremos referir-nos ao conceito do *lucro*, que assenta na noção basilar da *maior-valia*.

Não nos parecem, por conseguinte, nem descabidas, nem importunas as considerações que sôbre tal matéria, antes de mais nada, nos propomos fazer.

*

A produção de qualquer artefacto pela indústria, se por um lado representa a criação de uma utilidade de valor v , por outro lado corresponde ao aniquilamento total ou parcial de utilidades preexistentes, a saber :

1) o consumo de certa quantidade de um produto bruto ou matéria prima de valor v_1 ;

2) o consumo de certa quantidade de energia mecânica cujo custo de produção designaremos por v_2 ;

3) o consumo de certa quantidade de energia manual, directa ou indirectamente empregada nas operações de fabrico, energia cujo valor v_3 é função das despesas que o homem tenha de fazer estritamente para conservação da sua existência;

4) a deterioração, computada no valor v_4 , não só da maquinaria utilizada na confecção do artefacto, mas ainda dos edificios onde aquela se encontre instalada;

5) a deterioração das máquinas humanas, fornecedoras da energia manual, deterioração cujo valor v_5 , numa sociedade bem organizada, deveria constituir a contribuição forçada do produtor para o seguro contra a doença, a invalidez e a velhice das massas trabalhadoras.

A maior valia do produto acabado teria, pois, de ser representada pela seguinte expressão algébrica :

$$v = (v_1 + v_2 + v_3 + v_4 + v_5)$$

Da valorização do produto bruto, depois de uma série de transformações, resulta a noção de lucro. Em obediência a um critério de justiça, êste deveria ser repartido entre o capitalismo e o operariado, em proporções a fixar, por serem as duas grandes forças inteligentes do mecanismo da produção.

Assim, pois, o operariado, como compensação do seu esforço e como reconhecimento dos direitos intrínsecos da sua qualidade humana, deveria perceber duas categorias directas e uma indirecta de remuneração, se o regímen capitalista não tivesse estruturação defeituosa, se o não tivessem transformado na fórmula de subordinação das colectividades aos interesses particularistas duma classe. As duas primeiras categorias seriam o salário mínimo, em montante igual às suas despesas de conservação v_3 , e uma quota parte da maior valia da produção, a receber globalmente no fim de cada exercício social. A última categoria seria constituída pela contribuição v_5 do patronato referida na precedente alínea 5.

Não é isto o que, na realidade, acontece. O capitalismo não entra em linha de conta com a amortização v_5 do capital humano, engloba tódia a paga do salariado numa verba única e redu-la a limites ofensivos dos ditames da moral. Ora, designando por s a importância recebida pelo operariado por virtude da sua intervenção no fabrico de determinado artigo, a maior valia, segundo os princípios duma ciência económica improvizada e manejada por serventuários do capitalismo, é definida pela seguinte expressão :

$$v = (v_1 + v_2 + v_4 + s)$$

No que respeita à produção agrícola, os doutrinários oficiais fazem ainda uma distinção especiosa. Classificam em dois grupos os capitais investidos nela: por um lado a terra, por outro lado valores móveis diversos — máquinas simples e compostas, animais domésticos e dinheiro. Nestes termos imagina-se que o lucro das operações agrícolas é a soma de duas parcelas: uma, a *renda*, encarada como a remunera-

ração do capital-terra, a outra olhada como a justa compensação dos outros capitais e da actividade do agricultor.

*

Nas considerações anteriores apenas se encontram referências à variedade do lucro que resulta da produção industrial e agrícola. Confinemo-nos por ora neste campo restrito e estudemos qual possa ser dentro dêle a justificação da maior valia e, portanto, do lucro, começando por encarar o problema à face dos princípios da moral.

As operações económicas daquela espécie carecem do concurso de capitais prè-existentes, da iniciativa do capitalista e do trabalho intelectual e manual do assalariado. Como, a seu turno, os capitais são a consequência duma actividade consciente anterior, hemos de concluir que em última análise, a tarefa da produção é a resultante dos esforços passados e presentes do homem. O lucro seria assim uma espécie de prémio atribuído ao dispêndio da energia cerebral ou muscular dos indivíduos. A cada um dêstes seria, portanto, reconhecido o direito de receber o «quantum satis» para a produção daquela energia, e achar-se-ia justo, ainda por cima, que lhe fôsse dada, como incentivo, uma retribuição acessória.

Nesta altura ocorre naturalmente inquirir se o homem pelo facto de trabalhar, isto é pela circunstância de cumprir o dever de prover à conservação de si próprio e de concorrer, em pequena escala, para a conservação do agregado social de que faz parte, merece prémios especiais. E' evidente que, se o cumprimento de um dever fôr motivado pela gula ansiosa da paga, perde todo o mérito sob o ponto de vista moral. Em tal hipótese, é posta de banda a noção de justiça, podendo surgir, contudo, em seu lugar a de conveniência. A idea de lucro não é, pois, justa. Será, porém, conveniente? Convém examinar a questão à luz dêste outro critério.

Em geral, tôdas as instituições humanas têm vantagens e oferecem inconvenientes. Não foge o lucro a esta regra. Examinando a questão por alto, sem entrarmos, desde já, em detalhes, é fácil de concluir que as primeiras sobrelevaram aos segundos durante os séculos transactos, embora na actualidade a situação tenda a inverter-se, consoante teremos ensejo de demonstrar. Foi, com efeito, o injusto açambarcamento do lucro pelo patronato que permitiu as acumulações capitalistas à custa das quais a organização económica atingiu potência desmedida de produção, isto é capacidade para transformar matérias primas em artefactos e para extrair da terra géneros agrícolas e substâncias minerais, tudo em maiores quantidades que as necessárias para a integral satisfação das múltiplas necessidades humanas.

Desçamos um pouco mais à intimidade desta questão.

Em teoria, a maior-valia e, por conseguinte, o lucro deveriam ser iguais a zero, por isso que, englobando numa só as leis da conservação da energia e da matéria, a máquina não pode restituir mais do que aquilo que se lhe entregou. A maior valia só pode resultar da sistemática desvalorização de algum ou de alguns dos elementos que entram no primeiro têrmo das equações de transformação da matéria. Como já vimos, a depreciação progressiva da máquina humana não tem sido tomada em consideração, de modo que os capitais existentes são, afinal de contas, o integral

dos valores das vidas humanas, desgastadas, sem amortização, na tarefa económica.

Na prática a maior valia é ainda influenciada pelo livre jôgo da oferta e da procura. Suponhamos, de facto, que, por insuficiência da máquina económica, a produção de determinado artigo ou género é inferior às exigências do consumo. Em tais condições, o seu preço tenderá a subir, e essa ascensão só será travada pela circunstância de não ser indefinida a capacidade aquisitiva dos compradores. Por esta forma, à medida que as massas proletárias, com o decorrer dos tempos, iam conseguindo arrancar ao patronato uma fracção mínima do lucro que derivava do seu próprio sacrifício, o capitalismo com uma das mãos ia-lhes extorquindo em aumentos de preços o que era forçado a dar-lhes com a outra.

Chegou, porém, um momento em que a «lei da oferta e da procura» se voltou contra os interesses do capitalismo. Sucedeu isto quando a produção passou a ser excessiva em relação às disponibilidades monetárias existentes para consumo. Então a queda vertical da oferta afundou os preços por forma tal que o lucro das operações produtoras tendeu a desaparecer. É que a desvalorização do segundo termo das equações económicas tem ido por vezes a limites tais que nem mesmo a circunstância de se não contar no primeiro termo com a depreciação da máquina humana constitui compensação suficiente para isso.

Se a «lei da oferta e da procura» não fôsse eficazmente contrabatida, entrariámos, por conseguinte, em fase de consumpção capitalista, o que acarretaria a derrocada, a prazo, da actual estrutura das sociedades. A derrogação do regimen da liberdade económica tornou-se assim condição necessária para se ir agüentando a vida do capitalismo combalido, mas pode preparar igualmente o advento de novo sistema social. Na realidade é uma arma de dois gumes, útil para a burguesia, mas, ao mesmo tempo, perigosa. Pretende-se, com o seu emprêgo, conter os preços em limites que evitem retrocesso em matéria de capitalização, mantendo-se para êsse efeito a maior-valia, como fundamento do edifício erguido pela economia oficial. O pior para o capitalismo é que o Estado se vai assim educando para o exercício duma função directiva que lhe não cabia anteriormente. Ora isto despertará, fatalmente, o apetite das massas proletárias para se substituírem na posse das alavancas de comando do Estado à burguesia, que, sem querer, lhes haverá facilitado a acção futura.

*

O industrial e o agricultor entregam ao consumo os seus produtos, trocando-os por uma mercadoria — a moeda — que serve de módulo para as transacções comerciais. Torna-se-lhes assim possível adquirir matérias primas, dispor de novas doses de energia mecânica, pagar novos serviços, em suma realizar novo ciclo produtor. Na indústria, por meio da antecipação de recursos proporcionada pelo crédito, chega-se à continuidade no fabrico, tornando-se os ciclos indistintos por isso que as operações de cada um se iniciam antes de terminadas as que se referem ao anterior. De tempos a tempos, os produtores procedem a grandes reparações ou à renovação dos maquinismos e edifícios, à custa das verbas retidas para sua amortização. Por cada ci-

do deverá ficar-lhes disponível certo lucro, que se conservaria sob a forma de capital móvel, na hipótese de que a economia se mantivesse estacionária, coisa que, na realidade, não tem acontecido.

Com efeito, a partir do primeiro quartel do século XIX, os progressos da técnica têm sido incessantes, de modo que, por um lado, antes de uma instalação fabril ter atingido o termo da sua existência normal, há muitas vezes necessidade de se proceder à sua radical renovação, por outro lado têm sido chamadas sucessivamente à cultura novas áreas de terrenos incultos e têm sido introduzidos incessantes melhoramentos nas que já estavam aproveitadas. Nestas condições, o valor do capital fixo vai crescendo em detrimento do capital móvel, e, se o acréscimo daquele fôr superior à soma dos lucros acumulados, pode mesmo acontecer que, em vez de terem disponibilidades monetárias crescentes, os produtores, em certas épocas, se vejam seriamente embaraçados por deficiências do capital de giro das suas empresas, embora tenha aumentado a perfeição técnica das instalações.

*

Notemos, porém, que o lucro global das economias nacionais não é pertença exclusiva dos produtores, porquanto a sua maior parte é repartida pelos comerciantes, pelos que chamaremos capitalistas estáticos, pelos banqueiros, pelos que exercem profissões liberais e pelo Estado.

O comerciante é um intermediário entre o produtor e o consumidor. No caso de se tratar de produtos estrangeiros, há que contar, geralmente, com três intermediários, a saber: o vendedor internacional por grosso, o vendedor nacional por grosso e o vendedor a retalho. Tratando-se de transacções exclusivamente internas, desaparece o primeiro destes interventores. Às vezes, o número destes escalões cresce por virtude da má organização do circuito da troca, com conseqüências perniciosíssimas para o interesse colectivo.

Qual é a função do comerciante? Podemos defini-la assim: incumbelhe adquirir os artigos e géneros nos mercados produtores, transportá-los até aos centros consumidores, conservá-los e beneficiá-los, enquanto se mantiverem provisoriamente na sua posse, e, por último, vendê-los. Em toda esta complexa movimentação, o comerciante consome energia mecânica e intelectual em proporções variáveis com as circunstâncias, o que ocasiona dispêndios a juntar ao custo inicial das suas aquisições. Isto exige da sua parte a posse de um certo capital de giro em correspondência com o valor das suas transacções e o recurso ao capital alheio sob a forma de crédito. No final de cada um destes ciclos circulatórios, o comerciante procura realizar pela venda uma soma tal que cubra todas as despesas efectuadas por êle, incluindo os encargos das operações creditórias e as verbas de amortização de maquinaria e instalações, e que ocasione nova maior-valia, isto é um excedente que êle considera a *justa* remuneração do capital próprio e da sua iniciativa pessoal. Claro está que tudo quanto se disse sobre maior-valia na indústria e agricultura tem aqui inteiro cabimento.

Até agora temo-nos ocupado do lucro que resulta, para o produtor e comerciante, da maior-valia. Esta, segundo vimos, é considerada pelo doutrinário oficial da burguesia como o prêmio atribuído à actividade, espírito de iniciativa e potencialidade capitalista daquelas entidades económicas, com menosprezo do valor do material humano, empregado sob a forma de salariado. Vamos, pôsto isto, estudar aquelas modalidades de lucro que alguém retire do aluguel a outrem de capitais próprios ou ainda de capitais alheios agenciados por êle como intermediário.

Atribuiremos a designação de capitalista estático àquele que vive exclusivamente ou preferencialmente da remuneração que lhe seja oferecida pelo empréstimo dos seus capitais quer a particulares, quer ao Estado. Como justificar a usura e ainda por cima a protecção que o Estado garante a esta com as suas leis, muito embora se resolva por vezes a conter-lhe as ambições, quando elas se tornem desmedidas? Um capital, seja fixo ou seja móvel, encerra em si a possibilidade de reproduzir-se, quando seja pôsto ao serviço duma entidade inteligente. Se o proprietário se não sente capacitado para fecundar essa possibilidade, a sociedade burguesa, para evitar imobilizações prejudiciais ao interesse colectivo, acha *justo* que o capital possa ser colocado temporariamente à disposição de outras pessoas com a condição de que os resultados colhidos por estas sejam partilhados entre elas e os prestamistas.

É de notar que, no caso do produtor, a noção de justiça busca fundamentos morais diversos dos que são invocados neste outro caso. Aqui concede-se recompensa à imobilidade, além galardoa-se sobretudo a actividade. Como compreender esta estranha dualidade de critérios? E' que — diz-se — um capital presente é sempre a consequência duma actividade pretérita. E esta, não se limitando a ter recebido um prêmio tangível no momento de exercer-se, continua, à face da moral comum, com direito à percepção de recompensas futuras *per omnia saecula saeculorum*. Querem maior absurdo? E o pior é que êste absurdo, como adiante se procurará demonstrar, tem maior nocividade do que à primeira vista se poderia supor.

Entre as actividades do sistema capitalista, talvez a mais digna de minuciosa observação seja a do banqueiro. Recebe em depósito as importâncias que numerosos individuos resolvem confiar-lhe e empresta-as a terceiros, cobrando destes juro superior ao que abona àqueles. Vive e prospera, portanto, à custa do afastamento destes dois juros, que, normalmente, é considerável e que se pretende justificar por um lado com a necessidade de fazer face aos gastos do banqueiro e de remunerar a sua actividade, por outro lado com o risco de insolvabilidade por banda de alguns dos seus devedores. Êste último argumento é impressionante, mas a verdade é que, havendo igualmente para o depositante o perigo da falência do banqueiro, ninguém se lembra de entrar em linha de conta com êle.

Uma das pedras angulares do capitalismo, tal como o conformou o mercantilismo do século XIX, é êste distanciamento de juros e a influência que êle empresta à organização bancária de cada país. Desde que os progressos ininterruptos da técnica foram determinando o aumento da potência da máquina produtora e a correlativa intensificação das operações comerciais, houve necessidade de se tornar mais lata a função do crédito no conjunto geral da economia. O banqueiro transformou-se assim no

órgão regulador do complexo mecanismo da actividade das nações, e, consoante temos pôsto em relêvo noutros estudos publicados na «Vida Contemporânea», tendeu a abusar, transcendendo para fora da sua órbita e submetendo tudo e todos à sua tirania.

Importa observar que a amplificação do papel do banqueiro se tornou possível por virtude do acréscimo do número e do volume das pequenas capitalizações. A seu turno, estas derivaram do incessante aumento da remuneração do trabalho intelectual, quer êste se empregue em serviço das entidades económicas e do Estado, cujas funções se veem alargando de dia para dia, quer se exerça com autonomia, como no caso das profissões liberais. As economias amealhadas por cada um em harmonia com o critério generalizado da poupança correram para os bancos obedecendo à lei da gravitação monetária, talqualmente as águas dispersas pela superfície do globo correm para o mar.

*

Analisemos as consequências práticas da situação que assim fica desenhada a traços largos.

Do que vimos dizer se conclui que o lucro de parte dos agentes da economia nacional — sobretudo industriais e agricultores — cristaliza de ordinário sob a forma de capitais fixos, ao passo que o lucro de outros — sobretudo capitalistas estáticos e banqueiros — conserva de preferência a forma de capitais móveis. Ora imaginemos que as sociedades evolucionavam suavemente, sem crises nem sobressaltos, e vejamos, antes de mais nada, qual seria em tal caso a velocidade que a instituição jurídica do juro imprimiria à multiplicação dos capitais móveis na parte não absorvida pelas exigências do consumo nacional.

Seja C a massa dos capitais móveis de um povo, e parta-se da hipótese de que, durante certo período, não há necessidade de despendere os juros de uma parcela c de C , podendo assim êstes ser acrescidos periódicamente ao valor de c . Ao fim de n anos, se fôr r a taxa do juro, os capitais c e C ter-se-ão transformado respectivamente em c' e C' sendo

$$c' = c(1 + r)^n \text{ e } C' = C + c[(1 + r)^n - 1]$$

Suponhamos, para exemplificação, que c é igual a um milhão de contos e r a 5. Passados 10 anos, c' teria atingido o valor de 1.628:895 contos; volvidos 20, êste número elevar-se-ia a 2.653:298 contos; depois de 25, ou seja, decorrida aproximadamente uma geração, o capital inicial aparecer-nos-ia convertido em 3.386:355 contos; ao fim de 50 anos, já esta verba se teria alçado a 11.467:400 contos; e, após um século de capitalização, acabaria por transformar-se em 131.501:263 contos.

Êste movimento não é uniforme, mas sim acelerado. E, como a aceleração é excessiva, se nada viesse travá-la, seria impossível que as sociedades capitalistas pudessem intensificar a sua actividade a ponto de garantirem juro remunerador a esta avalanche formidável de capitais. Constituir-se-iam plutocracias de potência desme-

dida de que a época áurea dos reizes norte-americanos mal poderia dar-nos pálida idea. Os preços subiriam exageradamente. Os desnivelamentos sociais acentuar-se-iam por forma a excitarem até ao paroxismo o espírito de revolta, perturbador da boa ordem social. Viver-se-ia em regímen de especulação desenfreada, de tráfico de influências, de corruptela política. A desproporção entre capitais móveis e capital fixo daria à architectura capitalista a aparência dum tronco de pirâmide cuja base menor fôsse precisamente a base de sustentação.

*

As coisas não chegaram a êste extremo porque várias circunstâncias têm corrido para o desgaste da riqueza mobiliária. Citaremos, como mais importantes, as seguintes:

- 1) o acréscimo das necessidades médias gerais, que se vem acentuando de geração para geração ;
- 2) a diminuição do poder aquisitivo do ouro ;
- 3) a inversão de parte daqueles capitais móveis quer em prédios urbanos, quer em melhoramentos gerais realizados pelo Estado ;
- 4) as catástrofes financeiras, que arrastam consigo a perda de parte dos referidos capitais, já pela insolvência de muitos devedores, já pela quebra da moeda, já pela combinação de ambas estas circunstâncias.

Êstes cataclismos financeiros, quando não excedam certos limites, surgem-nos, de facto, como reacções purificadoras de um organismo doente. É que o sistema capitalista só pode funcionar com regularidade desde que os seus elementos constitutivos mantenham entre si determinada relação de proporcionalidade. Se se afastam dela em excesso, a natureza encarrega-se de operar expontâneamente.

Revertendo ao caso de que nos vimos ocupando, vejamos como pode gerar-se a crise salutar. Começaremos por observar que a indústria e a agricultura têm tanto maiores necessidades de crédito quanto mais rapidamente se forem acentuando os progressos da técnica. Portanto, em tais ocasiões, torna-se indispensável que as disponibilidades nacionais em capitais móveis cresçam paralelamente. Se, porém, o seu volume se tiver tornado excessivo por virtude das causas já apontadas, a ansiosa pesquisa do juro faz derivá-lo em regra não no sentido do auxílio às fôrças produtoras, mas, como dissemos, no da desenfreada especulação bolsista e no da aventura económica. Desde que se entre nesse caminho, só podem tornar-se aliciantes taxas de juro muito elevadas. Para que lhes não falem os capitais de que carecem, a indústria e a agricultura vêm-se forçadas a oferecer-lhes remuneração superior àquela que as suas condições particulares lhes permitiriam suportar. Acicatada pelo instinto de conservação, a organização produtora começa, pois, a funcionar anti-econòmicamente, trabalhando em proveito exclusivo do capitalista estático e sobretudo do banqueiro que é o grande devorista destas situações paradoxais — qualificativo êste que nos não parece despropositado por isso que as taxas altas correspondem a períodos de abundância de disponibilidades monetárias.

Um tal estado de coisas não pode perdurar indefinidamente. Pouco a pouco, vai-

se gerando no espírito público a desconfiança sobre a solidez do sistema económico e financeiro. Começam as retiradas de depósitos dos bancos, ao princípio com moderação, por fim com velocidade vertiginosa. Para lhes fazerem face, as instituições bancárias procedem à venda dos títulos da sua carteira. A derrocada bolsista não se faz esperar. As empresas económicas, forçadas à liquidação dos seus débitos, sosso-
bram. Parte da fortuna mobiliária da nação derrete-se como neve sob a acção do sol da primavera. E então, ainda paradoxalmente, os capitais restantes, desconfiados das miragens demasiadamente sedutoras, passam a contentar-se com taxas de juros menos onerosas, e as forças produtoras, que a catástrofe não aniquilou, reencontram possibilidades de vida normal.

*

A exploração do trabalho humano — eis, portanto, o defeito fundamental do régimen capitalista. O produtor explora o assalariado, não lhe pagando o desgaste da vida ao serviço das empresas económicas, nem lhe dando participação nos lucros destas, pelo menos em percentagem digna de considerar-se. O detentor da riqueza mobiliária explora, por sua vez, o produtor, exigindo-lhe remuneração exorbitante pelo aluguel dos seus capitais — circunstância que empresta a êstes uma força de proliferação cujos efeitos são em parte anulados por várias causas e sobretudo por cataclismos económicos e financeiros, caracterizando-se assim o funcionamento do sistema por expansões e contracções alternadas. A seu turno, o Estado explora uns e outros pelo exagêro das despesas improdutivas, em grande parte devido à sua péssima estruturação, isto é à sua falta de adaptação às realidades económicas e sociais das diversas épocas da vida humana.

A agiotagem é o mais aparente dos cancros do mercantilismo, a sua «flor do mal».

Embora a agiotagem concite contra si, de vez em quando, as cóleras das almas bem formadas do mundo capitalista, é bem de ver que ela não passa do exagêro da pretensa virtude do juro. Para os graves doutrinadores do sistema, não oferece possibilidades de dúvida o direito do proprietário de qualquer capital a perceber parte dos resultados que outrem, pelo seu esforço próprio, retire da fecundação desse capital. Até onde poderão ir, contudo, as exigências do capitalista estático, sem que se sinta ofendida a moral burguesa? Durante a plena vigência do liberalismo económico, entendeu-se geralmente que os têrmos da partilha dos frutos do capital deveriam ser confiados a negociações directas entre credor e devedor. À tese — devemos confessá-lo — não falta lógica, se nos confinarmos no ponto de vista particular da burguesia novecentista.

Simplesmente, quando se intensificam as necessidades de crédito, a sempiterna e por vezes malfazeja «lei da oferta e da procura», combinada com as conseqüências catastróficas da paragem de organismos económicos em marcha, pode dar aos prestamistas posição tão privilegiada que as suas exigências ultrapassem os limites do razoável. Chega-se a reclamar e a conseguir pelo aluguel dos capitais mais do que a produtividade dêstes. No caso de empréstimos a consumidores, forçados a tal recurso

por dificuldades ocasionais insuperáveis, os excessos da usura podem atingir as raíças do inverosímil.

E, então, contrariando as suas próprias doutrinas económicas, a sociedade burguesa volta-se para o Estado e requiere a sua intervenção de urgência para que seja exterminada a praga nojenta da agiotagem. Aqui começam as atrapalhões dos governantes. Qual o critério para separar o justo do injusto? Como, em boa verdade, não o há nem pode haver, o arbítrio mais ou menos avisado do Poder Público fixa para as taxas de juro um máximo, variável com os povos e com as épocas e, dentro de cada povo e de cada época, com as circunstâncias de momento. Logo que a normalidade se restabelece, estas providências caem rapidamente em desuso. E não raro é ver, mais tarde, a fina flor da agiotagem guindada em vida às supremas honrarias e amesendada, após a morte, em mausoléus imponentes, se bem que, em geral, de gosto duvidoso. A moral capitalista revela com estas atitudes o seu carácter eminentemente utilitário, o que nos não deve surpreender, porquanto ela não passa de uma arma espiritual ao serviço dos interesses duma classe.

*

A especulação é, no consenso da burguesia, outra virtude que, em certas condições, pode transformar-se em vício. Para se compreender o alcance dêste postulado, importa observar que o sistema capitalista visa essencialmente à obtenção do lucro. Ora a especulação, consistindo em investigar as possibilidades de ganho e de prejuízo, para que as primeiras sejam aproveitadas e as segundas sejam evitadas, tinha de estar e efectivamente está catalogada no número das virtudes fundamentais. Graves professores católicos citam, a propósito, a especulação de José do Egito, quando, na sua qualidade de intendente de um poderoso Faraó, tendo previsto que a 7 bons anos agrícolas se seguiriam 7 anos maus, arrebanhou no primeiro período quantidades fantásticas de trigo, com o objectivo de vendê-las durante o segundo. O povo, se não quis morrer de fome, teve de resignar-se a pagar de futuro ao Faraó o dízimo dos rendimentos das suas propriedades agrícolas. Magnífico exemplo de boa e legítima especulação — comentam os doutos teólogos!

Mas, então, qual vem a ser a má especulação? No dizer dos mesmos moralistas, é aquela em que alguém provoca artificialmente a formação das condições que lhe permitem realizar ganhos à custa da bolsa alheia. Supomos que esta distinção é assaz especiosa. Na especulação nunca há criação de riqueza, mas sim deslocamentos de riqueza. O lucro de uns há de ser sempre o prejuízo de outros. De acôrdo com os princípios do capitalismo, a melhor especulação tem de ser precisamente aquela em que o agente ponha em maior evidência as «malas artes» do seu génio inventivo, não se limitando a esperar que a peça de caça lhe passe ao alcance da espingarda, mas indo arrancá-la à toca onde esteja alapardada.

De resto, os moralistas burgueses, a-pesar-das suas imprecações contra a má especulação, não sabem esconder a sua admiração pelos habilidosos que a praticam com limpeza. Ainda hoje se celebra nos tratados da especialidade a suma perícia da-

quele danado Rotschild, que, tendo conhecido, antes de qualquer outro habitante de Londres, o resultado da batalha de Waterloo, para o que organizara um serviço de estafetas, foi para o «Stock Exchange» com cara de pavor, de modo a convencer tôda a gente de que ainda não empalidecera a estrêla do grande côrso. Rotschild começou a dar ostensivamente ordens de venda. Não foi preciso mais nada para se estabelecer na Bôlsa um pânico desatinado, que provocou num ápice a derrocada das cotações. Por meio de corretores de confiança, o manhoso judeu conseguiu efectuar compras massiças de títulos a preços irrisórios. Quando veio a saber-se a verdade, surgiu a inevitável alta. A fortuna de Rotschild multiplicou-se assim à custa de um artifício numa única batalha bolsista, provando-se que êle soubera tirar partido dos ensinamentos colhidos no Velho Testamento. Longe de se indignar, a Grã-Bretanha incorporou o financeiro no escol da sua aristocracia. *Sic itur ad astra!*

Ainda neste capítulo da especulação se mostra, pois, fluctuante e indecisa a moral burguesa. Isto provém do facto de o capitalismo se ter deixado transformar num régimen de contrastes, de oposições e de lutas, tendo, como base natural, a injustiça.

*

E, contudo, um dos mais veementes anelos dos dirigentes do capitalismo consiste em acabar com a luta de classes. Há quem considere esta aspiração como utópica dentro da fórmula burguesa. Sê-lo-á na realidade? A afirmação só nos parece verdadeira, enquanto se não estabelecer a concordância entre os interesses do capital e do trabalho. Não pode haver harmonia, nem acôrdo onde haja explorados e exploradores: em tal hipótese, a paz só poderá fundamentar-se ou sôbre a domesticação e submissão dos primeiros em proveito dos segundos ou sôbre a derrota e conseqüente extermínio dêstes por aqueles. Quando por êsse mundo além a burguesia grita que é preciso acabar de vez com a impertinente e incômoda luta de classes, praticamente ela quere significar com isso que deve atribuir-se ao Estado uma organização mais ou menos totalitária, em que, pelo refôrço do Poder Central e pela anquilose dos indivíduos, os possidentes não possam ser incomodados pelos queixumes dos maltrapilhos.

Ao atingir-se êste *desideratum*, o Estado decreta olímpicamente o entendimento entre patrões e assalariados. A solução é cômoda, mas parece-nos ineficaz. Não extingue rancores, e, se lhes impede de momento a explosão, aumenta-lhes, de facto, a intensidade. Um leão, lá porque o atem de pés e mãos e lhe cortem a juba à «garçonne» a-fim-de lhe darem um ar de delambida domesticidade, não deixa de ser leão; e, se, um dia, os laços se afrouxarem, êle saberá mostrar quanto podem as suas garras e as suas prêsas.

Para que haja desarmamento e paz social portas adentro do régimen capitalista, importa que se torne desejável, tanto para o capital como para o trabalho, a colaboração na tarefa económica. Isto pressupõe que ambos estejam materialmente interessados nos resultados das emprêsas pela partilha equitativa do lucro cuja determinação não pode ser entregue ao livre jôgo da «lei da oferta e da procura», devendo se^r

contido dentro de limites máximos e mínimos fixados pelo prudente arbítrio do Poder Público. E, por sua vez, o juro e ainda os proventos de qualquer outra natureza dos capitais confiados à administração de outrem devem ser sujeitos igualmente a apertada regulamentação.

Salário mínimo, comparticipação do operariado nos lucros das entidades económicas, amortização por estas do capital humano nelas invertido e subordinação do lucro, em geral, e do juro, em particular, a regras ditadas pelo Estado, tais são — repetimos — as condições fundamentais a preencher para que o capitalismo possa adaptar-se ao conceito contemporâneo da dignidade humana.

*

Há, porém, quem às fórmulas de catastrofismo atenuado, confundível com o evolucionismo acelerado, prefira a teatralidade impressionante do processo catastrófico radical. Êsses tais anseiam pela derrocada instantânea do capitalismo, dando lugar dum jacto ao comunismo igualitário. Não sabemos, ninguém pode saber qual dêstes dois processos virá a predominar nas transformações humanas, muito embora ainda por aí se encontrem Sibilas de boca espumante, contorcendo-se em espasmos oraculares. Em todo o caso, cada um de nós pode e deve tentar a justificação das suas preferências nesta matéria para que não possa ser acusado nem de egoísmo, nem de inconsistência ideológica.

A passagem brusca do régimen burguês para um régimen socialista puro, quando localizada nos quadros milenários da história, afigurar-se-á, porventura, aos vindouros o método mais expeditivo e mais lógico de instaurar na terra a igualdade dos homens, que é a suprema aspiração de todos os sinceros democratas. As angústias dos pobres mortais de eras distantes pouco interessam o historiador que decifra hieroglifos e palimpsestos, constituindo para êle acidentes de pouca monta. Dizer, por exemplo, que nas expedições de Xerxes contra a Grécia morreram uns centos de milhares de persas ou que as lutas religiosas têm custado a vida a milhões e milhões de criaturas é coisa que não aquenta nem arrefenta os actuais habitantes do planeta. O que nos atormenta, como notava Eça de Queiroz, é o torcer de um pé de qualquer Luizinha das nossas relações. E, afinando mais a nossa sensibilidade e dilatando mais a nossa compreensão humana, o que nos afecta ainda é a porção de dor que caiba em sorte às gerações presentes.

Ora a radical transformação quer das relações funcionais da produção, distribuição e consumo, quer da contextura íntima de cada uma destas, tem de provocar fatalmente, a desordem na vida dos povos. A mais modesta e simples alteração daqueles factores é quanto basta para perturbar um pouco o equilíbrio económico e social, que é a resultante de complexíssimas acções e reacções, grande parte das quais escapam à observação mais paciente. Montar de um jacto um sistema que nada respeite das aquisições do passado é tarefa ou para gigantes ou, como a raça dêstes acabou, para fanáticos para quem não contam os sacrifícios dos seus contemporâ-

neos, considerando-se a si próprios não como homens do presente, mas como homens do futuro e colocando-se a distância infinita dessas misérias.

Observem-se, como pano de amostra, os inenarráveis sofrimentos que têm acobrunhado o povo russo, sem, aliás, ter ainda conseguido ordenar o caos da sua vida colectiva, após a destruição do capitalismo. E' certo que êle lá vai marchando aos trops-galhopos, aqui cai, além se levanta. E' certo que a sua situação presente já não tem comparação com a tragédia dos anos que se seguiram à revolução. De toda a maneira, o exemplo não nos parece tão animador que nos sintamos predispostos a preconizar o abandono do método evolutivo apressado, que, em futuro, não excessivamente distante, nos pode levar até à igualdade económica, sem as sacudidelas, sem as brutalidades, sem as sangüeiras, sem os rebaixamentos individuais do método catastrófico.

Se se proceder à socialização dos grandes instrumentos e meios de produção, se se impuser ao capitalismo a subordinação às directivas do Estado e a humanização no sentido já indicado, ter-se-á avançado bastante na marcha para êsse ideal.

Merece a pena tentá-lo.

CUNHA LEAL.



Uma filosofia actual

(Conferência realizada na Sociedade de Geografia,
em 6 de Fevereiro de 1933)

- I — Prolegómenos de toda a Filosofia futura* — Teoria dos pontos de vista.
- II — Nova Teoria da Ciência* — Princípios fundamentais. Novas ciências e cousas novas nas bases das ciências exactas. Explicação de factos científicos ainda inexplicados.
- III — Metafísica* — Metafísica e espírito metafísico. A minha visão fundamental do mundo. Plano de uma ciência nova. Exortação aos estudantes portugueses.

Senhor Presidente, minhas senhoras e meus senhores :

Agradeço-lhes muito o terem comparecido aqui.

Quais os motivos que me levaram a fazer esta conferência ?

Em primeiro lugar, o cumprimento de um alto dever. Como explicá-lo ? Como se me apresenta a mim próprio êste dever ?

Um dia dêstes, pela manhã, ao levantar da cama, ouvi no meu quarto, proferida por mim próprio, esta frase reveladora do meu estado da alma : «Stelio, non vi trema il cuore, per la prima volta?» V. Ex.^{as} conhecem-na quási todos. Foram as palavras ditas por Foscarina ao seu amigo quando êle se preparava para falar, de improviso, do alto do palácio dos doges, à multidão imensa, *monstro de mil cabeças*, sôbre a Arte e os destinos grandiosos de Veneza.

E a que propósito vem isto ? dirão V. Ex.^{as}. ¿ Vens tu acaso improvisar aqui ? ¿ Nós, pequena *élite*, somos, porventura, um monstro de mil cabeças ?

Eu explico, e V. Ex.^{as} ficarão compreendendo, ao mesmo tempo, o espírito que anima a minha filosofia e a espécie de dever que cumpro vindo aqui falar-lhes :

Há em mim, dominando de alto e orientando tôda a minha actividade, êste sentimento enraizado : o amor a todos os que sofrem, ou, por outras palavras, o amor à humanidade. Segue-me sempre, como a sombra, esta pergunta : que fizeste tu hoje a bem dos outros ? Os meus estudos de filosofia são a minha resposta necessária.

Quando vou pela rua despreocupado e, por acaso, topam meus olhos com alguma

cena de indizível miséria, aperto com carinho os cadernos de filosofia que geralmente trago nas mãos e digo para mim próprio : é preciso adiantar hoje mais um passo !

Estudar filosofia é, para mim, auscultar o coração da pobre humanidade, ouvir-lhe as queixas desordenadas e tratar de pô-las por ordem com o fim de vir a ser um dia um dos seus advogados de defesa.

Mas em que pleito imenso ! Que responsabilidade tremenda ! Ora pareceu-me que era chegado o momento de falar, de começar a cumprir o meu dever. Compreendem V. Ex.^{as} agora que eu sinta desde há dias *tremor de medo o coração pela primeira vez* ?

Não foi só o dever de falar que me trouxe aqui : foi também o *direito* que sinto de pedir colaboradores entre vós, de pedir o vosso auxílio para uma obra que é muito superior às minhas forças.

Há ainda uma *razão* patriótica que me levou a procurar reunir-vos para vos convidar ao estudo destas questões. Possuo um livro alemão, escrito por Max Born, professor da Universidade de Frankfort, intitulado *Die Relativitätstheorie Einsteins*, que traz uma lista dos povos de alta cultura que, pelas suas qualidades intelectuais especiais, mais facilmente poderão iluminar o caminho por onde deverá seguir a humanidade. Entre êles não figura o povo português. E eu, que vivo em contacto com um grupo de estudantes que todos os anos se renova, afirmo, e venho aqui, para que comigo o proveis, que o povo português é capaz de tôdas as grandes obras de que torem capazes os povos dos países longínquos da cultura.

Prolegómenos a tôda a filosofia futura

Teoria dos pontos de vista — Necessidade desta teoria

Uma cousa é diferente dos diferentes pontos de vista de que pode olhar-se. De modo que exprimir alguém as propriedades de uma cousa, sem dizer o correspondente ponto de vista, é afirmar aquilo que, com o mesmo direito, outro pode logo contestar. Alguns exemplos :

I — Imaginemos que tenho aqui sôbre esta mesa uma bola com o hemisfério esquerdo pintado de branco e o hemisfério direito de preto. O observador da direita dirá : *está em cima da mesa uma bola branca*, ao que o da esquerda oporá : *está em cima da mesa uma bola preta*. E, se esquecerem os pontos de vista em que estão colocados, poderão disputar tôda a vida sôbre o assunto ; não chegarão a acôrdo e portanto ao *conhecimento* de como está pintada a bola, na verdade. Porém, se juntarem às suas afirmações o ponto de vista de que são feitas, se disserem, um : *a bola vista da esquerda é branca*», e o outro : *«a bola vista da direita é preta»*, as expressões deixarão de opor-se para se acordarem e completarem. O que se diz a respeito de um objecto diz-se de um assunto qualquer de Arte ou de Ciência. Um exemplo vulgar sôbre Arte moderna :

II — Há dias, um amigo meu, Artista, disse-me que a fita *o médico e o monstro* era do melhor que havia em cinema. Nesse mesmo dia fui ver a fita com outro amigo, grande artista francês, casualmente em Lisboa. Opinião sincera dêste meu amigo : *é do pior que tenho visto em cinema*. Como havemos de comentar estas opiniões? — São pontos de vista !

III — Um exemplo agora muito grave sôbre Ciência moderna, sôbre a teoria da Relatividade de Einstein : O seu autor, para muitos o maior sábio de todos os tempos, diz que a sua teoria da mecânica é a única verdadeira, que a teoria clássica é falsa, pôsto que aproximada, em vista de repousar sôbre experiências imperfeitamente analisadas.

O Dr. Hugo Dingler, professor da Universidade de Munique, diz no seu livro *Die Grundlagen der angewante Geometrie* : «A teoria da relatividade de Einstein é falsa e há de sê-lo sempre». Mas quem é o Dr. Hugo Dingler ? Tenho o maior prazer em apresentar aos estudiosos da minha terra êste grande homem, mas desejo fazê-lo com palavras que em todo o mundo são tidas em grande consideração, com palavras de Ernst Mach. Êste grande filósofo e físico alemão, que tôda a gente conhece, no prefácio de uma edição moderna do seu livro *A mecânica, exposição histórico-crítica da sua evolução*, escreveu o seguinte : «Velho e doente, já não posso operar na Ciência nenhuma revolução ; porém, olhando em volta de mim, vejo um homem capaz de continuar a minha obra : é o jovem matemático Dr. Hugo Dingler» — Falam bem mais alto estas palavras do que as minhas que, lá por serem modestas, não quero deixar de dizer : «Se não fôsse Hugo Dingler, eu não podia fazer esta conferência». E foi êste homem, como disse a V. Ex.^{as}, que afirmou serem falsas as teorias de Einstein.

Temos aqui duas opiniões contraditórias de dois sábios sôbre a mesma questão científica. Como se pode resolver êste pleito importante ? Não como êstes sábios e todos, em geral, têm procurado resolvê-lo, mas simplesmente — como espero mostrar na minha segunda conferência — procurando os diferentes pontos de vista onde se colocam quando tão diferentemente falam da mesma cousa, convencidos de que estão em desacôrdo, sem se aperceberem de que o desacôrdo está apenas nos seus pontos de vista.

A consideração dêstes pontos de vista torna impossíveis estas discussões estéreis, irradia uma nova luz sôbre as cousas que assim são vistas de vários lados e poupa as energias de cada um para poderem ser applicadas à resolução de novos problemas.

Em resumo :

Todo o trabalho intelectual que se traduz em afirmações sôbre qualquer cousa depende do ponto de vista que assume aquele que o executa. Ao conceito do ponto de vista, portanto, se subordinam os conceitos de Ciência e de Filosofia e a primeira cousa a fazer por quem queira estudar Filosofia ou Ciência será escolher o ponto de vista do qual quere realizar o seu trabalho. Em poucas palavras : todo o trabalho filosófico ou científico deve ter claramente expresso o ponto de vista correspondente.

Ora, se a questão dos pontos de vista é de tal importância, porque se não estudam ou, pelo menos, não se definem os pontos de vista que podem interessar-nos? Sobre qualquer mínima questão há neste planeta um monte de livros; mas que livros conhecem V. Ex.^{as} tratando exclusivamente êste tema máximo? Confesso que não conheço nenhum. Aos estudiosos da minha terra entrego com prazer êste grande assunto virgem — verdadeiro prolegómenos a tôda a filosofia futura. Quero apenas dizer-vos algumas palavras sobre pontos de vista em geral e apresentar-vos depois alguns pontos de vista principais.

Um *ponto de vista*, no sentido próprio dos termos, pode definir-se pelo *objecto* visto e pela *orientação* dos raios visuais relativamente a êste objecto. De modo geral, correspondente, definirei *ponto de vista* por um *objecto* que se estuda e pela *orientação* do estudo dêste objecto.

O objecto de um ponto de vista é sempre uma realidade, recortada de certo modo, a que corresponde no estudo, ou na exposição do ponto de vista, um objecto ideal, isto é, um conjunto de conceitos que espelham ou simplesmente correspondem à realidade.

Uma realidade é, em geral, diferentemente recortada ao longo do tempo ou por diferentes pessoas no mesmo tempo; cada recorte é um objecto diferente de um ponto de vista. Muitas vezes consideram-se diferentes recortes de realidades com o mesmo núcleo real e partes acessórias diferentes; neste caso é a existência dêste mesmo núcleo real — centro do interesse — que nos leva a dizer que se trata do mesmo objecto, diferentemente recortado, o que não é rigorosamente verdadeiro.

Nos dois casos, quer se trate da *mesma realidade* diferentemente recortada, quer de diferentes realidades com o *mesmo núcleo real*, que constitui o centro do interesse, os pontos de vista correspondentes, diferentes pelo objecto, dizem-se, no entanto, diferentes estados da evolução do *mesmo ponto de vista*.

Mas, algumas vezes, pontos de vista com objectos reais diferentes, sem núcleo comum, devem ser considerados como estados diferentes da evolução de um mesmo *ponto de vista mais geral*. Suponhamos dois pontos de vista cujos objectos sejam duas propriedades reais diferentes de uma mesma realidade. Podemos considerar esta mesma realidade mais vasta como o objecto de um novo ponto de vista mais compreensivo: os dois primeiros pontos de vista são, então, dois estados diferentes da evolução dêste ponto de vista mais geral. É difícil muitas vezes apreender uma relação entre aqueles pontos de vista particulares que podem e devem fundir-se em um ponto de vista geral; a maior parte das vezes, porque são diferentes, tem-se o sentimento vago de que se opõem.

Êste sentimento promove frequentemente uma luta que mais tarde é substituída por uma aliança. Dêste modo se perde muito tempo e muita energia em marchar em direcção oposta ou, pelo menos, muito divergente daquela que acaba por triunfar. Êste ponto é da mais extraordinária importância para a vida do pensamento; pretendo aqui, apenas, chamar a atenção para êle e pôr a primeira pedra nos fundamentos desta teoria do futuro.

Porque ligar pontos de vista particulares? Estudos dispersos, em cuja compo-

sição entram os mais variados motivos, que são muitas vezes tomados como opostos e quasi sempre como independentes, correspondem, às vezes, a *uma mesma necessidade de domínio de determinada realidade*. Estão neste caso os estudos feitos dos pontos de vista particulares que se subordinam a um ponto de vista geral. É esta necessidade de domínio, este sentimento humano fundamental, que enfeixa cousas tão desligadas em aparência e nos leva a compreender como tem sido possível avançar em ciência sob a suspeita permanente de permanentes erros, como o vário se unifica e simplifica e se traduz em evolução do pensamento humano, evolução que sem este motivo ficaria incompreensível.

Semelhantermente ao que disse sobre o objecto dos pontos de vista, se tomarmos dois pontos de vista sucessivos com o mesmo objecto e diferente orientação, podemos considerá-los como dois estados diferentes da *evolução do mesmo ponto de vista, no seu factor orientação*.

Evolução dos pontos de vista

Considerando agora as cousas em geral, vemos que o estudo evoluciona por uma dupla série de variações correspondentes aos elementos dos diferentes pontos de vista, variações, que interpenetrando-se, tornam a evolução complexa e de difícil estudo. Esta evolução só poderá compreender-se bem depois de exposta a teoria da ciência. Por agora desejo apenas definir os novos conceitos de *evolução regular*, *evolução irregular* por *causas* perturbadoras e mostrar alguns efeitos desastrosos possíveis destas causas perturbadoras, que desaparecerão desde que a nova noção de ponto de vista e da sua evolução adquira em ciência o seu verdadeiro valor.

Chamo *evolução regular* àquela em que os pontos de vista se sucedem com variações em um dos seus elementos, ou em ambos, sem menosprêzo de qualquer dos dois elementos, pelo contrário, tendo sempre aquele que promove a evolução uma consciência plena do valor desses elementos e da necessidade da sua variação para atingir o fim que tem em vista. Toda a evolução que não é regular é *irregular* ou *perturbada*; por exemplo: a evolução que se traduz na substituição de um estudo por outro em oposição ao primeiro é uma *evolução irregular*. As *causas perturbadoras* são os motivos que, actuando sobre o estudioso, fazem que a evolução não seja regular. Todas estas causas têm o mesmo fundamento — o desconhecimento da noção de ponto de vista e do sentido da sua evolução — mas manifestam-se de diferentes modos. Estas manifestações tornam muitas vezes difficilissimo de compreender o estudo de um dado assunto, como, por exemplo, o estudo da metafísica — caso de extrema complexidade em que aparecem todas as causas perturbadoras possíveis e em que a noção de ponto de vista mostra o seu valor inestimável pela ordem e claridade que traz ao assunto. O fim que tem em vista aquele que opera a evolução regular de um ponto de vista é a necessidade de viver ou a necessidade de domínio da realidade ou tendência para a Felicidade Humana — 3 graus diferentes de um mesmo sentimento

fundamental. Quando o homem que promove o estudo ou, melhor, a sua evolução, não sente bem essa necessidade de domínio mas é levado por outro sentimento que não conduz ao mesmo caminho a que conduziria essa necessidade de domínio, então o homem sente uma causa perturbadora e o seu trabalho afasta o estudo momentaneamente da sua evolução regular.

Vejam agora algumas manifestações diversas e importantes das causas perturbadoras da evolução regular dos pontos de vista :

a) Em geral, nos estudos da realidade, o *objecto* e a *orientação* — os dois factores do ponto de vista — não se distinguem nitidamente e tomam-se ambos, por isso, mais ou menos como a matéria de estudo. Daqui resulta muitas vezes que uma forte variação necessária na orientação de um novo estudo, por exemplo, leva à descrença no valor do estudo antigo e até à sua negação.

b) Também muitas vezes um aprêço excessivo da orientação faz esquecer o objecto e leva ou a negar êste objecto ou a restringi-lo ao aperfeiçoamento da orientação.

c) Quando se reconhece que um dos factores é insuficiente como elemento do estudo em questão, supõe-se às vezes que o dito estudo é para sempre incapaz de nos fornecer uma solução conveniente, sem se reparar em que pode e deve sobrevir nesse estudo modificação na orientação e até no objecto em virtude da qual o estudo se pode tornar satisfatório.

d) As fortes variações no objecto provocadas pela forte influência das variações na orientação, produzem muitas vezes também a desorientação na definição do objecto que é vário e que deve a sua individualidade às variadas formas de satisfazer uma mesma necessidade humana fundamental.

e) Também pode suceder que um estudo se cinda em dois que podem ser muito diferentes e até opostos, persistindo o desejo inconsciente de os colocar em uma mesma linha de evolução. Mas, analisando melhor com o auxílio da nossa noção de ponto de vista, reconhece-se que os dois estudos correspondem a pontos de vista diferentes e que o trabalho de os reunir ou pretender reunir no mesmo ponto de vista é tão inglório e tão prejudicial como o trabalho que origina o considerarem-se separados e opostos dois estudos que representam dois estados da evolução do mesmo ponto de vista. Nos dois casos são as conveniências da necessidade de domínio que devem decidir se se trata de um ponto de vista em dois estados ou de dois pontos de vista que devem seguir separados a sua evolução, embora, porventura, por um trabalho complementar de síntese se possam reunir em um outro ponto de vista diferente mais geral.

Seria interessante exemplificar estas diferentes perturbações na evolução, assim como a perda de energia que elas ocasionaram e mostrar depois como, para o futuro, a evolução se deve simplificar e acelerar com o conhecimento da noção fecunda de ponto de vista e de evolução regular.

Alguns pontos de vista

Ponto de vista histórico

A história pretende reconstituir conceptualmente o passado total, como foi passado ao longo do tempo, em qualquer dos dois sentidos da direcção do tempo — passado presente ou presente passado. O objecto dêste ponto de vista é o passado total; a *orientação* do estudo depende da forma das ciências que se aplicam na constituição da história.

A história precisa de tôdas as ciências para se formar; em compensação serve a tôdas as ciências e à filosofia muito largamente.

É preciso notar que a *filosofia da história* ou a *ciência da história* não são história mas sim respectivamente filosofia e ciência.

Não há senão um ponto de vista histórico que constantemente evoluciona.

Se, porém, se considera como objecto não o passado total mas apenas uma parte recortada nessa totalidade, mais ou menos arbitrariamente, teremos os pontos de vista parciais que originam trabalhos como êstes: história da ciência, história de Napoleão, ou história de um conceito.

Pontos de vista filosóficos, quanto ao objecto

A seguir ao ponto de vista histórico, em amplitude e importância, estão os pontos de vista filosóficos. A êste respeito há confusões extraordinárias. Peçam V. Ex.^{as} a alguém exemplos de pontos de vista filosóficos; as respostas — mesmo quando chamemos a atenção para o facto de nos referirmos a pontos de vista totais — serão invariavelmente dêste género: idealista, positivista, materialista, espiritualista, individualista, subjectivista. . .

Ora é sabido que estas palavras não definem pontos de vista filosóficos — isto é concepções totais da ciência, do mundo e da vida —; pelo contrário, referem-se apenas a atitudes especiais em presença de problemas particulares: as duas primeiras, idealista e positivista, são respostas particulares a problemas particulares da *teoria do conhecimento*; as duas seguintes, materialista e espiritualista, são respostas particulares a problemas particulares de *metafísica*; finalmente as duas últimas, individualista e subjectivista, são respostas especiais a problemas especiais de moral.

Vejamos, pois, como havemos de definir o conceito em questão.

A filosofia pretende dar uma visão unitária da ciência, do mundo e da vida. Ora, como todo o ponto de vista se define por um objecto e uma orientação de estudo, *ponto de vista filosófico será, quanto ao objecto, um conjunto de respostas às principais questões que definem o mundo e a vida.*

De qualquer tratado de filosofia podemos tirar a nota dessas questões; sem pretender ser completo e muito menos perfeito — pois o meu fim neste momento é ape-

rias a definição de um conceito — lembro estas questões : sôbre *teoria do conhecimento* : qual a origem dos conhecimentos, qual o seu valor e limites, qual o seu objecto ; sôbre *lógica* : qual o valor do silogismo, qual o valor da indução física, qual o valor da indução matemática ; sôbre *metafísica* : qual o número de princípios fundamentais, quais os princípios do ser, quais os princípios do acontecer, qual a relação entre o mundo e Deus, questão da liberdade, questão da essência da alma, qual o valor do mundo ; sôbre *moral* : qual a origem do dever moral, qual a origem do juízo moral, qual a essência da moral, qual o fim da moral, qual o objecto em que se realizam as intenções morais e qual o carácter psicológico do fenómeno moral.

São *vinte questões independentes*, cada uma com um número de respostas que vai de duas a cinco. Por exemplo : se relativamente à questão da liberdade há duas respostas, duas atitudes — determinista e indeterminista —, relativamente à relação de Deus com o mundo há cinco : deísmo, teísmo, panteísmo, panenteísmo e ateísmo.

Tomando agora vinte respostas, uma de cada questão, aí têm V. Ex.^{as} o objecto de um ponto de vista filosófico. Se o conjunto foi escolhido pelo filósofo A, diremos que o ponto de vista considerado é o ponto de vista A ; a sua unidade provém do facto de estarem essas respostas tôdas de acôrdo com o modo de ser de um homem.

Consideremos agora a seguinte hipótese simplificadora, errada, mas propositadamente feita para obtermos com facilidade resultados que, ficando muito àquém da realidade, são já muito expressivos : *sôbre a ciência, o mundo e a vida em geral, há vinte questões principais, independentes, com duas respostas cada questão. Nesta hipótese, ocorre-me perguntar três cousas :*

1.^a Quantos pontos de vista filosóficos pode haver ?

— Resposta 2^{20} ou mais de um milhão.

2.^a O nome idealismo, por exemplo, caracteriza um sistema, como se ouve dizer tantas vezes ?

— Não. Nem êsse nome, nem outro qualquer que responda a uma das nossas vinte questões fundamentais.

Há, por exemplo, 2^{49} ou mais de 520.000 pontos de vista idealistas possíveis.

Eis, minhas senhoras e meus senhores, quanto erra aquele que supõe o idealismo um ponto de vista filosófico definido : confunde mais de 520.000 cousas diferentes, pontos de vista diversos !

3.^a Será impossível ser-se idealista e materialista, como tantas vezes se ouve ?

— Não. Isso é, pelo contrário, possível de 2^{18} ou mais de 260.000 maneiras !

Eis, minhas senhoras e meus senhores, quanto erra aquele que supõe que o idealismo e o materialismo se excluem : supõem incompatíveis cousas que podem concordar de mais de 260.000 maneiras diferentes.

Já vêem V. Ex.^{as} que, se a consideração dos objectos dos pontos de vista não nos conduz a uma *classificação* simples, indica-nos, pelo menos a mais extraordinária *fonte de confusões da filosofia* assim como o caminho para a evitar.

Pontos de vista filosóficos, quanto à orientação

Vejam agora quais os diferentes pontos de vista filosóficos, tendo em vista a orientação do estudo.

Se a filosofia pretende dar uma visão unitária do mundo e da vida e se a ciência estuda com a maior solidez possível cousas do mundo e da vida, claro é que a filosofia terá de considerar, primeiro que tudo, o trabalho científico na sua orientação.

A orientação do estudo filosófico é, assim, determinada em primeiro lugar pela ciência; o momento decisivo para um filósofo é aquele em que êle determina a parte que a ciência toma na sua filosofia.

Daqui, naturalmente, os diferentes pontos de vista, quanto à sua orientação:

1.º A filosofia é uma ciência generalizada a um objecto que compreende o mundo e a vida: fisiologias dos antigos gregos, filosofia de Aristóteles, etc.

A impossibilidade de tratar convenientemente, como ciência, certas questões de alto interesse e, por outro lado, o valor do método científico constantemente comprovado, produziram a ruptura. Uns *ligaram-se à ciência*, restringiram a filosofia, consideraram:

2.º A filosofia simples organização da ciência: certos positivismos.

Outros abandonaram quasi a ciência e para êles:

3.º A filosofia baseia-se em certos sentimentos: filosofias da crença, pragmatismo, etc.

Entre estas atitudes extremas há agora os pontos de vista intermédios:

4.º A base da filosofia é a teoria do conhecimento: filosofia crítica.

5.º A base da filosofia é a lógica: filosofia lógica de H. Dingler.

6.º A base da filosofia é a teoria da ciência: é o meu ponto de vista, efectivamente realizado nestes «Fundamentos».

Teoria da ciência

A filosofia começa sempre, para cada homem, por uma reflexão sobre os seus conhecimentos. Entre êstes tem sempre havido um grupo considerado o mais sólido, o mais firme — a ciência. A filosofia começa, por isso, sempre por uma reflexão sobre a ciência. O produto desta reflexão sobre a ciência é a *teoria da ciência*.

Tendo encarado a ciência como «conhecimentos ligados e obtidos de certa forma», o homem dividiu a reflexão sobre a ciência em duas partes: sobre os conhecimentos — o que originou a *teoria do conhecimento*, e sobre a forma como êsses conhecimentos se ligam ou se adquirem — o que deu a *lógica*. A teoria da ciência compreendeu, pois, naturalmente, a teoria do conhecimento e a lógica; e estudar a teoria da ciência era estudar a teoria do conhecimento e estudar a lógica.

Quem se mete sèriamente neste caminho leva ános a estudar para chegar á seguinte conclusão :

Estas duas disciplinas não elucidam claramente sôbre o modo como foram formadas as ciências existentes ou como se podem formar outras ciências novas : as ciências da moral, da religião, etc. — e é isto que sobretudo interessa, em geral, àquele que se põe a reflectir sôbre a ciência. Devemos concluir daqui que a lógica e a teoria do conhecimento — tais como se estudam — não satisfazem ao seu principal fim, pelo menos actualmente e que, portanto, deve ser tentado, para isso, outro caminho. Foi o que fiz. E então, reflectindo directamente sôbre as ciências que estudava, tendo sempre presente o meu fim, sòmente influenciado por Ernst Mach, Poincaré, sobretudo por H. Dingler e tarde pela filosofia escolástica, consegui achar os «Princípios da filosofia científica». Notei depois que êstes princípios encerravam em gèrmen, muito precisamente definido, uma nova lógica e uma nova teoria do conhecimento, o que me levou a chamar então ao meu trabalho fundamental — *Teoria da ciência*.

A minha teoria da ciência compreende quatro princípios: *eficiente, material, formal e final*.

Êstes nomes mostram logo que a ciência é por mim considerada com uma obra humana desde o instrumento com que é feita até à escolha dos materiais, à forma que se lhe deu e ao fim com que foi feita. Veremos quão diferente é esta atitude da de Comte, por exemplo, que ainda hoje é corrente nas nossas escolas e para a qual a ciência se reduz às leis, que são um registo do que se vê, observando e experimentando.

Princípio eficiente

A ciência é obra humana feita com a *razão* e a *mão* : a ciência completa tem, portanto, duas faces : *lógica* e *manual* ou *real*. A ciência actual é assim lógico-real. As duas construções lógica e real não têm entre si outra relação, nem na sua origem, nem no seu desenvolvimento, que não seja a de *espelhamento* ou de *correspondência*.

Princípio final

A ciência, tal como a considero, tem por fim o domínio humano das realidades e conduz, portanto, à Felicidade Humana, se se definir esta pela capacidade de domínio do homem sôbre as realidades tanto exteriores como interiores.

Felicidade Humana que signifique outra cousa é antes utopia. É claro que felicidade individual é cousa diferente, como adiante se mostrará.

Note-se :

1.º Esta noção de Felicidade Humana não é uma idea imutável de uma cousa imutável.

Se assim fôsse, poderia pensar-se que a ciência, que sempre tem tendido para êsse alvo, na sua constante evolução, poderia amanhã descobrir um novo fim e nada nos garante que não viesse algum dia a dar-se o divórcio entre o fim da ciência e a Felicidade Humana. Mas, como a noção de Felicidade Humana, por mim apresentada, é, em cada momento, medida pela ciência existente nesse momento, o significado da Felicidade Humana muda com a ciência e nunca poderá dar-se o divórcio a que me referi.

2.º Por outro lado, pode objectar-se: se a noção de Felicidade Humana é feita sôbre a ciência ou deve sê-lo, como é que a ciência é um produto da tendência do homem para a Felicidade? Como é que o sentido desta Felicidade (Humana) é efeito da ciência e ao mesmo tempo a sua causa?

Respondo que não é a noção variável de Felicidade Humana que tem orientado sobretudo a ciência, mas sim uma tendência primária do homem, inconsciente, a que pusemos o nome de tendência para a Felicidade em vista de se ter chamado Felicidade àquele estado para que ela nos leva. Mas, se amanhã o homem, já com a consciência de que o sentido da marcha da ciência é em cada momento o sentido da evolução da Felicidade Humana dêsse momento, fizer pesar na evolução científica êste facto de consciência, a marcha da ciência seguirá o mesmo caminho geral, simplesmente mais firme e mais directo, iniciando-se uma nova fase de desenvolvimento científico e de evolução humana a que poderá chamar-se *evolução consciente*. O sentido da marcha determinar-se-á, em cada momento com a mesma precisão com que se determina a tangente a uma curva contínua em um ponto, quando se conhece a curva até êsse ponto. Será esta uma consequência notável da minha teoria.

3.º Perguntar-se-á ainda: o que tem a Felicidade Humana que ver com a felicidade individual? Respondo: o mesmo que, por exemplo, o estudo da queda dos graves, em geral, tem que ver com a queda de uma pedra determinada. Analisemos um pouco a comparação: no estudo da queda, em geral, conhecem-se as relações entre o número, espaço, tempo e massa de um grave na queda abstractamente considerada; mas no estudo de um dado grave há milhares de condições a considerar de modo que é impossível conhecer tôdas as circunstâncias de uma queda singular; o fenómeno só é absolutamente conhecido em um limite inatingível.

Cousa análoga se dará com a felicidade de um indivíduo. A Felicidade Humana virá a ser, naturalmente, um estudo teórico de um número limitado de elementos exteriores e interiores. Quando formos aplicar êsse estudo a um indivíduo, teremos que abstrair primeiro dos outros elementos; essa parte que deixamos de considerar fará que a felicidade individual não seja nunca conhecida, senão em um limite inatingível.

Mas é isto um motivo para não procurarmos com tôda a nossa alma, pela ciência e pela filosofia, o máximo domínio da realidade total? Vejamos a correspondente pergunta só para o caso das realidades exteriores, para nos orientarmos: lá porque os nossos estudos sôbre um número limitado de elementos não nos dão o conhecimento seguro e completo, o domínio perfeito das cousas materiais exteriores, é isso um motivo para deixarmos de estudar a física, por exemplo? Há algum outro meio seguro para nos aproximarmos daquele domínio? Evidentemente que não.

Do mesmo modo o caminho seguro para conseguir a felicidade individual é lançar-nos na conquista da Felicidade Humana, é aproximarmo-nos, cada vez mais, do domínio completo de tôdas as realidades.

Princípio material

O material que compõe a ciência consta de *sinais, conceitos e objectos*.

Quadro do material

Os *sinais* são escritos, falados, desenhados, etc. São os sinais que representam quer os conceitos, material da parte lógica da ciência, quer os objectos, material da parte real.

Os conceitos são:

1.º *Uma nota ideal*; exemplo: a *quantidade*, que dá a Aritmética, Álgebra e Análise lógicas.

2.º *Duas ou mais notas ideais combinadas*; exemplos: a *quantidade* e o *espaço* que dão a Geometria lógica; a *quantidade*, o *espaço* e o *tempo*, que dão a Cinemática lógica; estas grandezas e mais a *massa*, que dão a Mecânica lógica ou teórica.

3.º *Conceitos singulares*. Êstes podem referir-se aos objectos do mundo exterior ou a homens determinados.

Os *objectos* são as cousas da realidade correspondentes àquelas cousas ideais; uma nota real, síntese de duas ou mais notas reais, e objectos singulares reais do mundo exterior ou homens determinados.

Independência e correlação dos materiais

Os sêres dêste quadro formam mundos separados em cada instante. Com sinais só podemos formar sinais, com conceitos só podemos atingir conceitos e com objectos só podemos construir objectos.

Relativamente aos conceitos, de um modo geral, devemos dizer, que evoluíram sem cessar, sendo, por isso, necessário para determinar um conceito um nome e a indicação do estado da sua evolução.

É muito instrutiva a êste respeito a verificação de como é fácil ver de acôrdo todos os filósofos notáveis que dissertaram sôbre a noção do tempo, por exemplo, de modos tão diferentes e ás vezes opostos, uma vez que tracemos a linha de evolução daquela noção e entremos em linha de conta com ela na nossa análise. Na evolução de um conceito observamos, em geral, três fases; na primeira o conceito, de conteúdo mais ou menos vago, tem elementos estranhos que correspondem aos elementos anímicos que se juntaram às cousas a que êstes conceitos se referem: é a fase anímica.

Na segunda fase, ainda figurativa, o homem, na ânsia de dominar, suprime já do conceito elementos estranhos ao espelhamento, simplificando-o e adaptando-o a um conhecimento mais perfeito das cousas; dos elementos estranhos apenas fica a força como causa dos fenómenos de movimento. Durante estas duas fases da evolução, o homem não tem a consciência de que modula as realidades segundo as suas necessidades; pelo contrário, parece-lhe que as cousas reclamam pela sua maneira própria de ser e de agir conceitos de determinadas formas. Os conceitos destas duas fases são por isso *passivos*.

Na terceira fase, o conceito, figurativo ou não, é, apenas e essencialmente, a coisa de pensamento provida do necessário e suficiente para uma correlação biunívoca com os objectos a representar e por isso instrumento magnífico do conhecimento e domínio da realidade. Nesta fase o conhecimento é *activo* porque é criado, conscientemente, pelo homem como melhor lhe convém.

Relativamente aos objectos observaremos que as ciências assentam sobre seres da realidade material cujas propriedades estudam. Para isso é necessário uma identificação desses seres que é feita especialmente com auxílio da luz, o que exige também simultaneamente, pelo menos à primeira vista, uma identificação da luz.

Sobre a identificação especial fundamental dos corpos apenas isto: dentro de determinados limites das variações das grandezas que actuam sobre um corpo sólido, variações medidas por certas manipulações, diz-se que este é rígido quando obedece às leis da Geometria de Euclides. Para uma mais perfeita ilucidação desta noção podem V. Ex.^{as} ver o livro de Hugo Dingler «Fundamentos da geometria aplicada» onde ela aparece pela primeira vez rigorosamente definida.

E *sobre identificação da luz*? Sendo a luz o intermediário indispensável no estudo da física, é extraordinário que ainda ninguém, que eu saiba, tenha pensado em identificá-la.

Vamos fazê-lo.

O aspecto das cousas depende das condições em que as vemos. Além disso, as mesmas excitações produzem-nos normalmente as mesmas sensações e diferentes excitações, em geral, diferentes sensações. Porque não aplicar estes elementares conhecimentos à identificação da luz? Uma vibração de éter não deve ser luz para uma retina, sejam quais forem as condições em que esta se encontre relativamente à vibração; pelo contrário a luz deve ser motivada por vibrações do éter ferindo a retina com uma certa velocidade aproximada, dentro de certos limites.

Se, portanto, uma vibração de éter chocar a retina com uma certa velocidade, no sentido da sua propagação, ela produzirá a impressão de luz; se chocar com uma velocidade diferente, já não produzirá essa impressão. Se a luz do Sol se continua a ver quando o observador se afasta ou se aproxima d'êlo, é que do Sol partem vibrações que caminham umas mais, outras menos rapidamente, sendo a impressão de luz dada por vibrações mais rápidas quando o observador se afasta e por vibrações mais lentas quando se aproxima, de modo que a luz seja sempre sentida com uma determinada velocidade de entrada nos olhos.

Esta identificação da luz, filha do simples bom senso ou de resultados de fisiologia, como quiserem, está de acôrdo com tôdas as experiências de óptica, nomeadamente com aquelas que tiveram por fim determinar a velocidade da luz em diferentes condições do movimento relativo do observador e da origem luminosa, e, mais, explica mesmo, com a maior simplicidade, resultados inesperados e inexplicados até hoje pelos físicos.

Um exemplo: há uma experiência que foi sugerida por Maxwell em 1879, que se furtou à sua explicação e que também não foi explicada por Lorentz; consiste no seguinte: medir o tempo gasto para atravessar a trajectória do movimento anual da terra pela luz, partindo de um satélite de Júpiter, em uma dada posição dêste planeta, pelo método de Römer; e repetir a experiência seis anos depois, quando Júpiter ocupa sôbre a sua trajectória em tórno do Sol a posição diametralmente oposta. Em uma das experiências medir-se-ia a velocidade da luz propagando-se em um sentido concordante com o do movimento de translação do sistema solar; na outra experiência medir-se-ia a velocidade da luz caminhando em sentido contrário; da diferença de velocidade nos dois casos tirar-se-ia fâcilmente a velocidade de translação do sistema solar relativamente ao éter, se êste movimento existisse, o que era quási certo, pois era infinitamente pouco provável que de tantas estrêlas fixas que há no céu, só uma, o sol, repousasse no éter. As experiências, porém, não revelaram as diferenças de velocidades esperadas. Êste enigma recebe agora uma explicação imediata e evidente dentro da ciência clássica pela minha identificação da luz. Aquilo que nas duas experiências notámos como luz foram radiações que nos entraram nos olhos com a mesma velocidade — pois de outro modo não nos dariam a impressão de luz.

Uma explicação igualmente simples recebe na minha teoria a experiência de Michelson e Morley que originou a teoria da relatividade. Foi para explicar esta experiência muito conhecida que Alberto Einstein veio dizer ao mundo que nós todos andávamos enganados com a idea que fazíamos do *espaço* e do *tempo*. Quere dizer: Einstein explicou-a utilizando noções de espaço e tempo que não são as nossas; explicou-a em têrmos em que ninguém lhe tinha pedido uma explicação. Pela primeira vez, portanto, ficará agora explicada, por um raciocínio perfeitamente análogo, em têrmos de bom senso.

Quere isto dizer que não tem valor o trabalho de Einstein? A sua teoria matemática é assombrosa e sôbre ela falou na Academia das Ciências de Lisboa, como raros o poderiam fazer no mundo, o meu amigo dr. Mira Fernandes. O valor filosófico dessa teoria é, porém, uma questão aberta e constituirá o principal assunto da minha segunda conferência.

Vejamos agora o

Princípio formal

Um homem, pôsto diante de uma obra, pergunta naturalmente, levado pelo seu desejo ou necessidade de domínio: «Como se constroi esta obra?» Ou então: «como está feita esta obra?»

Aqui estão as perguntas primárias que determinam as formas da ciência, como V. Ex.^{as} vêm, filhas da necessidade de domínio.

Precisemos mais :

Temos um relógio nas nossas mãos. É provável perguntar : o que indicam os ponteiros e que relação há entre os seus movimentos? É esta uma *questão relacionativa*.

Olhando à noite para o céu, perguntavam os antigos : a que distância uns dos outros estão êstes astros? Em que relação estão os seus movimentos? Eis uma grande questão relacionativa, a primeira e a mais importante talvez que os homens se puseram. As respostas a estas perguntas são estudos com *forma relacionativa*.

Preguntemos agora a respeito do relógio : como se constroi? Como é que se procede com tais e tais materiais para se lhes dar esta ou aquela forma? Como é que se talham, como é que se ligam depois de talhados, uma primeira peça a uma segunda, ao resultado obtido uma terceira e assim sucessivamente até ficar pronto o relógio? A resposta a esta questão e análogas é um estudo com *forma construtiva*.

Eis um dos mais interessantes resultados da minha filosofia, o *princípio formal*, que se pode enunciar : «a ciência de uma cousa pode assumir duas formas diferentes : a *forma relacionativa* que responde à pergunta» como estão relacionadas as diferentes partes que constituem a cousa considerada?» e a *forma construtiva* que responde à pergunta «como se pode construir a cousa considerada a partir das suas partes elementares?»

Estas formas devem, além disso, ser tão simples quanto possível, para facilitar o domínio da realidade. Esta segunda parte do princípio pertence a Ernst Mach, por corresponder ao seu princípio da «economia de pensamento», e tem como consequência para o indivíduo, como é evidente, uma *tendência a projectar tôda a construção ou relação feita com determinados materiais sôbre as construções ou relações a fazer com outros materiais*. Êste corolário do princípio formal explica, entre outras cousas, nas matemáticas, os princípios da *potência das fórmulas ou dos algoritmos, de Klein*, e o da *continuidade das regras de cálculo de Henkel*. É de notar, porém, que o princípio formal, muito mais geral que êstes princípios matemáticos, se aplica a tôda e qualquer ciência. Antes de passar à apresentação de outras consequências da minha teoria da ciência, desejo resumi-la em um único período :

O homem forma a ciência com a razão e a mão (princípio eficiente), servindo-se de materiais que são sinais, conceitos e objectos, tendo entre si determinadas relações (princípio material), dando-lhes a forma construtiva ou relacionativa mais simples possível (princípio formal) em vista do domínio da realidade ou da Felicidade Humana (princípio final).

(Continua).

GERMANO ROCHA.

Do ensino do direito

Como deve, talvez, fazer-se

Deixámos, portanto, assente que o ensino do Direito deve ter um carácter essencialmente prático; melhor, deve destinar-se, fundamentalmente, a produzir profissionais e não simples curiosos.

Como consegui-lo?

Se nos apetecesse o aplauso entusiástico da galeria — enveredaríamos, agora, pelo revolucionarismo radical, tão da simpatia das nossas gentes. Seria mais cómodo, mais fácil e mais vistoso, realmente, desdobrar, aqui, todo um plano novo de reconstrução da Faculdade de Direito — com inteiro desdém pelo que é possível e urgente fazer-se ali. Não procederemos, porém, assim, ainda que custe à nossa vaidade e doa à nossa indolência. Isso seria inviável e, portanto, inútil. Há que aceitar o regime em vigor: depois enfrentá-lo; finalmente, então, limá-lo, reformá-lo, alterará-lo — pela forma que nos parecer mais simples e simultaneamente mais eficaz. Por forma que não torne necessárias nem fatais as confusões e os equívocos a que deu origem a aplicação da Reforma de 1928: pôs a funcionar as aulas do 3.º ano moderno com o 2.º antigo, do 4.º moderno com o 3.º antigo e do 5.º moderno com o 3.º antigo, — para respeitar, com excessivo zêlo, os direitos adquiridos dos alunos matriculados anteriormente à citada Reforma; deu origem a larga indecisão e à adopção alternada de vários critérios no modo de determinação da média de passagem do Bacharelato para a Licenciatura; etc.. Um mimoso caos, em resumo...

Ora o curso, hoje, tem uma parte geral (os 4 primeiros anos — Bacharelato) e uma parte especial (os 2 quintos anos — Licenciatura). Aproveitando esta disposição das coisas e admitindo a impossibilidade de levar por agora, mais longe, as especializações (como freneticamente se faz, por exemplo, na França e na Alemanha) estabelecamos-lhe as correcções indispensáveis, que são, em nosso entender, «grosso modo», as seguintes:

Começar-se-ia por abolir definitivamente o princípio da média dos 12 que nada justifica e de que nenhuns benefícios se auferem (até hoje, serviu, apenas, para facilitar a alguns Mestres prepotências e abusos de tóda a ordem); economizar-se-ia tempo e trabalho, fundindo no 1.º ano, numa só cadeira, de *História do Direito*, bem organizada e bem ordenada, o *Direito Romano*, o *Direito Português* e as mais noções correlativas, actualmente dispersas por outras cadeiras, a *Filosofia do Direito* — que já existiu outrora, em Coimbra, nos cursos de Teologia e de Direito e infelizmente se extinguiu depois — para unificação dos conhecimentos basilares, para adestramento do espírito crítico e para modelação fácil duma idea geral do Direito; organizar-se-ia o 1.º ano com um carácter acentuadamente de iniciação; a *Filosofia do Direito*, a *História do Direito*, a *Sociologia* e o *Direito Civil*, (noções gerais) — eis as cadeiras que o deveriam constituir. Êle serviria, sobretudo, para preparar e, adaptar o aluno a todos os estudos jurídicos — pela compreensão clara das ideas basilares do Direito, pelo conhecimento da sua evolução através os séculos, pela observação dos fenómenos sociais que o originaram e condicionam e, até, pela penetração imediata nos segredos e subtilezas do vocabulário. O *Direito Constitucional*, substituído, aqui, pela *Sociologia*, viria posteriormente, 2.º ano já transformado em curso semestral, para análise, interpretação e comentário das principais disposições da lei vigente — e seria largamente desenvolvido, depois, no 5.º ano da especialização em *Político-Económicas*. Proceder-se-ia à substituição dos *Processos* (cadeira anual do 3.º ano e curso semestral do 4.º) por um curso semestral neste último, onde fôsse exposta a *Teoria Processual*, reservando-se para o 5.º ano da especialização em *Histórico-Jurídicas* o estudo minucioso do *Processo Ordinário* e dos *Processos Especiais*; incluir-se-ia, ainda, no 5.º ano, um outro pequeno curso semestral dedicado ao estudo da *Organização Judiciária Portuguesa*; restabelecer-se-ia a *Legislação Civil Comparada*, abrangendo, agora, em paralelos hábeis e sem escusadas minuciosidades, os Direitos Cíveis, Comerciais e Processuais dos países que mais incremento têm dado ao desenvolvimento destes ramos jurídicos; e, finalmente, atribuir-se-ia ao Curso Geral (hoje Bacharelato — que seria inexoravelmente banido) um carácter inteiramente prático e preparatório dos 5.ºs anos.

Realmente, o Bacharelato actual não é nada e ninguém o quer! As habilitações que oferece — correspondentes às do antigo curso completo — são fragilíssimas; além disso a Lei estabelece, com invulgar rigor, o reduzido número de funções exercíveis pelo Bacharel — sempre preterido ainda pelo Licenciado — o que mais agrava a sua desgraçada situação. Há que extingui-lo, portanto — e quanto antes.

Para as especializações dos quintos anos traçaremos prèviamente um resumido esquema, onde se classifiquem e ordenem os mais regulares destinos profissionais dos licenciados em Direito.

LICENCIADOS EM DIREITO	1.º	<i>Advogados.</i>	
	2.º	<i>Magistrados.</i>	
	3.º	<i>Notários.</i>	
	4.º	<i>Conservadores</i>	}
			Registo Civil
			Registo Predial
	5.º	<i>Funcionários Judiciais</i>	}
		Chefes de Secretaria	
		Escrivães	
		etc.	
6.º	<i>Diplomatas.</i>		
7.º	<i>Funcionários Administrativos</i>	}	
	etc.	Secretários dos Governos Civis	
		Secretários e Tesoureiros de Câmaras Municipais.	

Claro que cada um destes termos corresponde a uma, mais ou menos acentuada, especialização jurídica — exigindo, sobretudo, uma maior ou menor vocação individual. (A Magistratura e a Advocacia, por exemplo, estando, duma maneira geral, contidas no mesmo quadro jurídico, importam tendências pessoais diversas, até hoje desrespeitadíssimas, com grave prejuízo dos serviços judiciais).¹

Assim os quintos anos dentro, sempre, da Reforma em vigor — destinarem-se iam, sobretudo, a satisfazer as exigências que se contem no esquema apresentado. No ramo das *Político-Económicas* formar-se iam os candidatos à Diplomacia e ao funcionalismo administrativo. Conviria, para isso, acrescentar-se às cadeiras que hoje o constituem, — com uma, a mais, *Direito Constitucional*, — algumas facultativas: *História Diplomática*, *Política Económica*, e *Geografia Económica*, *Constitucionalismo Comparado* e *D. Administrativo*, com largo desenvolvimento, por outro lado. Desta maneira, quantos pretendessem, de futuro, concorrer ao Ministério dos Estrangeiros ou a departamentos do Ministério do Interior — tinham assim, na própria escola, a possibilidade de se prepararem logo, convenientemente, para os respectivos concursos.

No 5.º ano da especialização em *Histórico-Jurídicas* — impunha-se distinguir, também, francamente, as cadeiras fixas, gerais, obrigatórias, actualmente existentes, com as de *Processos* e algumas outras, a criar, que ficariam com carácter facultativo, absolutamente sôltas do Curso e destinadas, apenas a estabelecer lógicas preferências nos concursos para os cargos a que mais directamente dissessem respeito.

Porque determina a Lei que se recrutem os Notários, os Conservadores e os Magistrados entre os Licenciados em Direito — se ela própria os sabe incompetentes e sem as habilitações necessárias para o desempenho dessas funções? Não seria lógico que, antes de o fazer, fôsse introduzir na Faculdade de Direito as cadeiras

¹ É que já não vai para a magistratura quem se sente com especiais tendências para exercer os cargos que a constituem nem, apenas, *quem falha na advocacia*: actualmente só não a procura quem não careça de ganhar, desde logo, um mínimo certo, que lhe garanta, ainda que mal, algumas condições de vida. Por isso a concursos para preenchimento de go vagas, acorrem candidatos às centenas.

precisas para que o aluno obtivesse ali (ali e não cá fóra — junto do Sr. A, do Sr. B, ou do Sr. C) tôdas as noções de que carecesse para poder ocupar tais lugares? E isto não é condenar os estágios que a mesma Lei impõe: é tão sòmente reduzi-los às proporções que verdadeiramente lhes competem e obviar aos inconvenientes resultantes do vulgarizado estágio puramente formal.

Impõe-se, portanto, a criação duma cadeira de *Prática Notarial*; diversos cursos semestrais referentes aos Registos (Civil, Predial, etc.); cursos de *Direito Aduaneiro* e *Direito Marítimo*; e, sobretudo, uma reorganização dos estágios, relativos a estas diversas especialidades jurídicas.

A manter-se o actual estágio de 6 meses (dezoito meses, ano e meio, para a Advocacia) — cumpre permitir que êle comece a realizar-se durante o último ano do Curso. Tal medida lograria incalculáveis benefícios: assegurava uma fiscalização superior rigorosa do aproveitamento obtido nêle pelo aluno; impedia a prática de abusos, por parte dos patronos escolhidos; combinava inteiramente os aspectos teóricos e práticos dos estudos jurídicos; garantia imediatas condições de vida ao Licenciado — apto, após o estágio, realizado pelo modo referido, a, desde logo, concorrer às diversas vagas abertas nos respectivos serviços, ou a integrar-se no fôro, com desembaraço e sem dificuldades.

Para valorizar esta medida, poder-se-ia determinar que tôdas as semanas fôsse destacado, para cada Juízo Criminal, um quintanista, que se incumbiria das defesas officiosas necessárias nos julgamentos de transgressões. (Era, também, diga-se de passagem, um golpe fundo, vibrado, em boa-hora, no «Cambão»). Além disso, tôdas as mais defesas officiosas das questões em que, segundo o Estatuto Judiciário, pode intervir, actualmente, o «candidato à advocacia» — seriam atribuídas, de futuro, — mediante nomeação do Conselho da Faculdade, a solicitação do Juíz respectivo — aos quintanistas estagiários. Isto tinha um inegável mérito sôbre todos os mais: era o de pôr o aluno em contacto freqüente, directo e íntimo com os Tribunais e seus funcionários. E, se os alunos de Medicina têm aulas nos Hospitais, em face dos doentes e os de Engenharia, em oficinas, diante das máquinas — não seria mau que se fizesse algo parecido aos de Direito, tão carecidos como os outros, de penetrar, com senso prático, na vida profissional que os espera...

Uma última questão a versar, dentro do ponto de vista em que nos collocámos: a dos exames de admissão à Faculdade de Direito. Convém mantê-lo ou é preferível aboli-lo? A segunda conduta parecerá, certamente, a mais indicada, a quem, por ventura, se abalance, a uma inquirição exclusiva dos factos.

Realmente tais exames, há muito estabelecidos, ainda não lograram entrar em realização; o novo programa, aí, é letra morta, que não mereceu acatamento dos que lhe deviam obediência e respeito. Porquê? — perguntar-se-á. Porque nos têmos em que idearam êsse exame — êle é idiota e quási impraticável. (E, também, porque — diga-se, desenfastiadamente e de passagem — muito têm contribuído para isso as influências respeitáveis dos pais, pouco seguros do saber dos filhos). Bani-lo, portanto? Eliminar, pura e simplesmente, o exame? Reformá-lo, apenas! E fazê-lo incidir, não, ingênuamente sôbre latim arcaico — mas sim sôbre matérias vivas, de real

interêsse e de palpitante oportunidade, ainda que filiadas expressamente nos estudos liceais : «*Português, Filosofia, História Universal, e Francês ou Inglês ou Alemão*» — tudo isto sob a forma atraente de temas de discussão, ou de pequenos problemas postos à inteligência, à capacidade especulativa e à vivacidade mental do aluno. Devendo firmar-se, porém, o propósito antecipado, de eliminar e excluir, de preferência aos poucos sabedores, os que revelassem inteira incapacidade mental. Isto seria a restauração do justo conceito da superioridade de assimilação consciente sobre a simples retenção passiva dos conhecimentos. E seria, depois, também, a depuração necessária duma classe que começa decaído e perdendo o seu carácter iminentemente intelectual.

*

Para que o ensino do Direito atingisse, entre nós, a eficácia e o rendimento que são de desejar — algo mais deveria, no momento, ser feito. É que não basta alterar e corrigir programas : importa, também, atender aos seus executores e cuidar, ainda, de alguns aparentes pormenores, que são, na verdade, duma notável importância. Assim o problema da fixação do processo de selecção dos Mestres ; dos deveres inerentes à sua profissão ; das suas liberdades e direitos na Cátedra ; etc. Assim o problema da Disciplina Escolar ; natureza das relações entre Professores e Discípulos ; direitos e deveres destes ; modo de organização do Conselho da Faculdade, com apresentação dos alunos dela ; etc. Questões estas tão vastas e tão complexas e tão facilmente transportáveis para o campo ingrato dos pessoalismos — que só por insensatez as tentaria versar nas poucas linhas que ainda posso escrever. Questões, de resto, que não se circunscrevem às Faculdades de Direito, porque se põem, afinal, com a mesma angustiosa gravidade, a tôdas as Escolas da Universidade Portuguesa.

Digamos, apenas, para terminar, que importa substituir, quantos antes, as miseráveis *sebentas* por lições, semanalmente publicadas pelos Mestres sob a sua inteira responsabilidade. (Acabar com o vergonhoso e prejudicial regime da *Sebenta* é, antes de mais nada, purificar a atmosfera do ensino português) ; que se impõe remunerar os Mestres mais generosamente — para tornar legítima a proibição de que distribuam por outras funções a sua actividade ; que interessa muito intervir no funcionamento da biblioteca privativa da Faculdade, de maneira a obter que ela empreste, com garantias de segurança, os seus livros, e permaneça aberta a horas diversas daquelas que os alunos têm prêsas nas aulas ; que urge alargar a representação dos alunos, no Conselho da Faculdade, para tornar mais equilibradas as forças que nêle, permanentemente, se chocam e debatem ; e que convém, finalmente, modificar o critério com que, actualmente, se recrutam os professores, de modo a escancarar as portas da Faculdade a um punhado de novos, que vá ali arrancar as teias de aranha e o pó dos séculos — e integrar com desinvoltura e jubiloso afã, êsse importante instrumento de ensino nas correntes mais vibrantes e mais modernas da Cultura Europeia.

NUNO RODRIGUES DOS SANTOS.

A nevrose de inquietação

Por Nevrose de Inquietação entende-se um estado de hipersensibilidade nervosa que invade — há um tempo a esta parte — quasi tóda a Humanidade e em especial o homem europeu.

Morbo avassalador, para o qual ainda não há terapêutica específica, a êle me vou referir para, através de algumas considerações muito elementares, mostrar a sua alta importância como determinante — quasi única — das características mais ou menos extravagantes e patológicas que assinalam, como marca de fogo, não só a alma individual mas também a alma colectiva dos povos.

A tremenda convulsão de há 16 anos, conhecida pela Grande Guerra, transformou, fundiu, modificou e desorganizou tóda a orgânica do mundo. A psicologia, a moral, a filosofia, a sociologia, a política e tantas outras manifestações da actividade humana sofreram tal transformação, tão profunda e abissal, que as massas — o homem isolado ou agrupado — não puderam — de pronto — adaptar-se à nova estrutura psico-social imposta pelas novas condições de vida.

Assim, a Vida tornou-se uma luta cada vez mais árdua e penosa, que, multiplicando as emoções, as inquietações, as agitações e as dúvidas, as interrogações e o mistério, criaram um especial e *sui generis* estado de fadiga e desequilíbrio que originou uma doença como que epidémica e contagiosa que invadiu tódas as nações e todos os povos e a que poderemos dar o nome, repetimos, de *Nevrose de Inquietação*.

Êste estado da psique, muito peculiar ao homem contemporâneo — melhor, ao homem de hoje — nada tem de comum com as antigas nevroses estudadas pelos neuro-psiquiatras e conhecidas por histerismo, neurastenia e psicastenia.

Esta *nevrose de inquietação* é como que uma nevrose psico-social caracterizada por um nervosismo difuso — quasi imperceptível por atacar tóda a humanidade —

essencialmente contemporânea e que ainda não se conseguiu extinguir porque nós — os homens de juízo, tal como nos julgamos — vivemos ao sabor dos sucessos de cada dia, no turbilhão da existência moderna, sem tentarmos organizar o nosso modo de viver em harmonia com as exigências do novo meio criado, adaptando-nos a êle com novos processos de higiene física, espiritual e moral, e repudiando aqueles que nos foram impostos pela rotina e pela tradição.

O progresso surpreende-nos a cada passo com as suas inovações e conquistas: o automóvel, o expresso, a T. S. F., a televisão, a aerostação estratosférica, a aviação transoceânica, etc., e nós, os homens, aqueles que damos realização a estas magníficas conquistas da ciência, obstinamo-nos no campo da vida espiritual e moral — chamemos-lhe *a vida subjectiva* — em não progredir, em não acompanhar as transformações que a agitação, a rapidez e a velocidade mecânicas nos obrigam a aceitar.

Por tôda a parte surgem os prazeres da vida, cada vez mais requintados, e o homem, eternamente um obstinado nos trilhos da rotina, não se fiscaliza a si mesmo, e, obedecendo a êsses impulsos, perde o contacto consigo próprio e entra abruptamente na *nevrose*.

Uma vez possuído dêste morbus perde o equilíbrio moral e o seu sistema nervoso esgota-se. Cada grupo de homens com que topamos deixa de ser uma sociedade e passa a ser uma sucursal duma casa de saúde — um manicómio —. Os homens são doidos com juízo, um agregado de náufragos do coração e da vontade que perderam o pé e mergulharam — afogando-se — no pêgo da *nevrose de inquietação*, tantas vezes a ante-câmara do suicídio.

Esta nevrose universal invade tôdas as manifestações da psique humana, do homem civilizado contemporâneo, e assim vemos doentes atacados de várias vesânicas, principalmente as de ansiedade e ângústia, cujos delírios, por habituais, já nos passam despercebidos. E, assim, vamos encontrar os delirantes religiosos, políticos, das grandezas, persecutórios, etc., e as variantes dêstes delírios com mixto de outros que nos dão os megalómanos — perigosos para a colectividade — do comércio, os grandes especuladores dos gêneros de primeira necessidade, e das flutuações das moédas, os grandes *escrocs* e burlões internacionais, os *surmenés*, isto é, os esgotados intellectuais, que tantas vezes põem fim à sua vida com o suicídio.

Tôdas estas manifestações do delírio nevrótico têm a sua origem nos grandes prazeres da vida moderna, na vertigem das velocidades e na transmutação fantasmagórica da face do mundo europeu. Estas recentes condições mesológicas originaram uma verdadeira intoxicação nervosa, aumentada de maneira apavorante pelo alcoolismo, pelo tabagismo, pelo teismo e por tôdas as outras intoxicações voluntárias, seja absorção de estupefacientes como o ópio, a cocaína, a morfina e o éter.

Porém, uma nevrose há que domina e supera tôdas as outras já citadas. Por outras palavras, poderemos afirmar que tôdas as citadas nevroses são filhas legítimas duma grande nevrose que avassala tôda a humanidade, sem que a sua maioria se aperceba dela, e esta é a *nevrose de inquietação sexual*, aquela que mais nos preocupa.

Antes de entrar pròpriamente na descrição desta nevrose queremos prevenir os nossos leitores que a ela nos vamos referir com elevação e linguagem científica.

Vejam, então, em que consiste a *inquietação sexual*.

Sábios de tôdas as categorias — filósofos, cientistas, biólogos, médicos, psicólogos, estetas, sexuólogos e simples amorosos — têm procurado desvendar, traduzir e interpretar os mistérios da sexualidade. Êstes mistérios têm tal importância na vida dos homens e dos povos, nas suas vicissitudes através da história, representam, pela sua complexidade, uma tal fôrça orientadora da psique individual e colectiva dos povos que — como carcereiros vigilantes — êsses mistérios, repetimos, encerram e dominam tôdas as manifestações da vida espiritual, afectiva, moral, material, política e social entre os seus indestrutíveis liames.

Se hoje, mais do que nunca, a fôrça criadora e propulsora, por excelência, da Vida — a sexualidade — pelas suas imprevisas atitudes psíquicas contemporâneas impressiona e domina as multidões, outrora — há muitos séculos atrás — já o pensamento humano se preocupava profundamente com êste extravagante sentimento animal, requintado no género humano, como atestam os inúmeros escritos históricos e as soberbas manifestações da arte pictural e architectónica que desde a antiguidade clássica até os nossos tempos nos mostram de forma magnificante, perdurável e até eterna quanto preocupou e preocupa o intellecto dos homens tudo quanto se relaciona com a sexualidade — seja com o Amor — manifestação simultâneamente estética, carinhosa e altruista, ou anti-estética, ríspida e egoista.

Já os antigos gregos concediam foros de orientador dos sucessos da harmonia universal ao sentimento do Amor.

Considerado por êles como um sentimento ambíguo, simbolizavam-no como passamos a expor :

Eros, mensageiro dos homens e dos deuses, filho de *Poros* — a abundância — e de *Pénia* — a pobreza — foi materializado no dia em que *Afrodite* nasceu, bela e radiosa, da espuma alva das ondas do oceano. *Afrodite*, a mais bela das deusas, era servida e guardada por *Eros*. Porém, as subtilezas e talvez as incongruências do sentimento amoroso não ficaram inteiramente representados e definidos com a beleza física e o requinte espiritual da deusa *Afrodite*. Então os *Atenienses* — subtis entre os subtis — deram realização a uma nova imagem da deusa *Afrodite*, rendendo-lhe, portanto, à primitiva, um duplo culto. A primeira — ou *Afrodite Urânia* — isto é, a celeste — representava o Amor puro e divinal e oferecia às almas inquietas as mais excelsas e requintadas belezas do coração e do espírito humano. A outra, ou *Afrodite Pandemos* — a vulgar — representava a beleza física, pujante, atractiva e luxuriosa, excitante do brutal desejo animal a que Freud deu o nome de *libido*.

A criação de duas *Afrodites* tornou necessária a criação de outro *Eros*, pagem da última ; e, se o guardião de *Urânia* representava e possuía uma invencível atracção para a mais pura beleza e para os mais extravagantes requintes do espírito, o outro, *Eros* — guardião de *Pandemos* —, mostrava-se fortemente animal, animado de violência e desejo carnal. Esta dualidade de deusas, acompanhada dum conseqüente desdobramento do seu companheiro inseparável — prova-nos exuberantemente que já

outrora se interpretava o sentimento do Amor como um impulso que conduzia o homem a um estado de *instabilidade* ou *inquietação* que oscilava entre a impulsão sexual pura — representada pela sensualidade luxuriosa — e o idealismo estético-amoroso, quasi casto. Estas duas modalidades que o mesmo sentimento pode encerrar e, no momento oportuno, exteriorizar, geram na alma humana — no homem *bárbaro*, seja no *Id* de Freud — um conjunto de sentimentos antinómicos e antagonicos que se exteriorizam quer por requintes de afeição, de dignidade, de altruismo ou de abnegação, quer pelas mais extravagantes e brutais manifestações de doença psíquica e de perversões de toda a categoria.

Esta instabilidade manifesta do instinto sexual adquiriu na alma civilizada coéva proporções assustadoras, as proporções duma fôrça avassaladora e predominante, à custa da intoxicação nevrótica do homem de sociedade, que o domina e escraviza, que o obriga a tomar atitudes que por vezes parecem inexplicáveis, mas que um aturado e bem orientado exame das suas faculdades mentais e psíquicas revelará como sendo a consequência lógica duma depressão nervosa oriunda dum estado de *inquietação sexual*.

Êste estado de instabilidade do espírito — ora propenso a manifestações de puro altruismo, ora a transbordantes exteriorizações do mais feroz egoismo — com o seu cortejo de excessos e violências — muito acentuado na humanidade gasta e intoxicada dos tempos de hoje, também teve o seu representante legítimo nos tempos da antiga Grécia e da Roma luxuriosa e decadente.

Várias escolas filosóficas tentaram refrear nos seus ímpetos animalescos e nas suas perversões sádicas êste *Élan Vital* — o tal impulso sexual — e entre elas determinada escola filosófico-religiosa que lançou o estigma de pecado a toda e qualquer manifestação amorosa, considerando-a sempre como opróbrio e vergonha.

Todavia, longe de reprimir ou suavizar êsse estado de hipersensibilidade, de angústia e de mistério que é a *inquietação sexual*, aumentou-a e, qualquer que seja o grau de acôrdo ou desacôrdo que tenhamos com os preceitos morais dessa escola religiosa a que vimos de nos referir, não podemos deixar de considerar como anti-científico e altamente prejudicial êsse conceito de opróbrio lançado ao mais nobre sentimento do homem — o da perduração da espécie.

Aqueles que são criados e educados à sombra dêsse conceito — defeituoso e anti-social — aumentam o seu estado de nevrose — de inquietação e de angústia e arreiga-se-lhes no espírito como uma manifestação vergonhosa, castigada pelos deuses, a mais legítima e bela exteriorização e afirmação da capacidade para a Vida que a Natureza — a Grande Criadora — conferiu às espécies vivas.

Educar as crianças numa verdade forte e insofismável — sem pornografia e sem licença — é avigorar o carácter, preparar a humanidade para uma melhor realização da sua função na Terra. Educar os jovens nos princípios duma moral científica, gradual e metódica é assegurar-lhes uma vida sadia do corpo e da alma e pôr um dique às iniciações fortuitas no campo da sexualidade que, por perigosas, originam todos os conflitos desde os sociais de repercussão vasta e grandiosa até aos dissídios dos lares que, na generalidade terminam pelo divórcio.

Muito mais poderia dizer e aduzir em refôrço da tese que defendemos, mas o espaço escasseia e a atenção dos meus leitores começa a fatigar-se, o que me obriga a reduzir as minhas considerações e limitar os exemplos.

No entanto, não quero terminar sem afirmar categoricamente que não atribuo à nossa civilização a responsabilidade das impulsões sexuais dos epiléticos, a lubricidade dos P. G. P. (paralíticos gerais), o sadismo ou o masoquismo de certos degenerados ou prevertidos, as obsessões eróticas e os desregramentos sexuais dos impotentes senis. As taras congénitas, as lesões profundas e crónicas, infecciosas ou tóxicas, do sistema nervoso explicam suficientemente as alterações profundas psíquicas destes doentes.

Referi-me — e isso quero acentuar — aos costumes da sociedade civilizada de hoje que multiplica as excitações do amor sensual e ilegítimo, servindo-se do teatro, do romance, das artes e dos costumes mundanos que tantas vezes andam arredios da boa arte, duma sã moral e duma eficiente e científica higiene do espírito.

É preciso criar um novo conceito de Vida, uma nova moral despida de preconceitos e de mentiras. Torna-se necessário dominar o tumultuar cachoeirento dos sentimentos de impulsão com preceitos de higiene moral, física e espiritual. Antolha-se nos imprescindível acalmar e destruir o conflito de *inquietação sexual*, ensinando, claramente e sem sofismas ou eufemismos, o que é permitido e o que se torna defeso.

Substituir uma escola moral por outra, não. O instituto não se compadece com o dogma ou com o preceito jurídico. A alma humana não aceita limitações nem figurinos. Cada homem tem uma personalidade — *a Sua* — e essa não deve ser aniquilada ou recalcada, deve, antes, ser fortalecida, orientada, esclarecida e aperfeiçoada.

Apelo para aqueles que me lerem — de visão límpida e positiva — e que encontrarem alguma verdade e boa fé nas minhas palavras, e que são ou venham a ser pais, para que eduquem os seus filhos no caminho da *Verdade* e lhes proporcionem uma educação sexual racional, até aqui desprezada, e se dêsse encargo não forem capazes — *e êle é melindroso* — entreguem essa educação aos médicos-psicólogos, aos sexuólogos, e aos pedagogos de verdade, porque a êsses cabe essa tarefa.

Se assim procederdes, contribuireis para o engrandecimento da raça, para a dignidade de Portugal e para o saneamento do mundo.

GUY DE OLIVEIRA.



O problema colonial

Um dos mais complicados problemas criados pela crise é o problema das Colónias.

A Europa necessita das matérias primas dos outros continentes, mas necessita também de conservar e desenvolver os mercados para a colocação das suas manufacturas, e assiste apavorada à queda do seu comércio geral.

O movimento comercial geral da Europa — excluída a U. R. S. S. — foi no ano de 1928, em milhões de dollars-ouro, de 34.100. Em 1933 apenas excedeu a terça parte, reduzido a 12.997.

Em curto intervalo, baixou a sua importação de 19.008 para 7.340, e a sua exportação de 15.092 para 5.657.

Perspectiva terrível e ameaçadora para que é preciso encontrar remédio eficaz!

Até que ponto poderão as Colónias, Domínios e Protectorados concorrer para o melhoramento do comércio internacional — é o problema culminante que interessa ao mundo inteiro e, especialmente, às grande Nações Coloniais.

O valor das matérias primas coloniais, com excepção quasi única do ouro, tem diminuído, vertiginosamente, nos últimos anos, impossibilitando os produtores coloniais de manter as suas importações, em cada ano, ao nível do ano anterior, de pagar o imposto indispensável para custear as despesas de soberania das Metrópoles e amortizar as dívidas anteriores.

Poderão e deverão ainda as Metrópoles abrir-lhes novos créditos, na previsão do restabelecimento económico, embora a longo prazo, sacrificando-se o contribuinte europeu em benefício do colonial, sem vislumbrar no horizonte o termo dêste sacrifício?

Haverá maneira de conciliar os interesses de todos com os deveres de assistência que impendem sobre as Nações Coloniais?

Eis o aspecto geral da questão, que tem de apreciar-se ainda sob aspectos par-

ticulares desta ou daquela Colónia, atendendo-se às culturas predominantes, à maior ou menor facilidade de circulação dos seus produtos, à maior ou menor proximidade dos mercados consumidores e à maior ou menor densidade da sua população. Sempre que aparece uma tendência no sentido da valorização de um determinado produto, voltam-se para êle tôdas as atenções produtoras no intuito de aproveitarem o momento.

Está previsto que os filões de ouro das minas do Rand se esgotarão dentro de um decénio. Para obstar à triste realização desta profecia, retomou-se, novamente, a exploração de filões desde há muito abandonados.

Nunca a França se importou, grandemente, com a selecção do gado lanígero, que em extensas filas, conduzidas pelos pastores árabes, se apascenta nas planícies do Atlas.

Começa, agora, a preocupar-se, visto que o preço da lã, tendo descido de 6,67 francos ouro, o quilograma, em 1925, para 1,66 em 1932, sobe em 1933 a 1,99, pagando-se a fina seleccionada a 2,56.

E a Austrália volta, novamente, os olhos ávidos, para os seus inesgotáveis rebanhos.

Se é certo que pode suceder-lhe o mesmo que ao café, à borracha, à copra, ao amendoim, ao algodão e a tantos outros produtos coloniais a que um excesso de produção acarretou o envilecimento dos preços, a-pesar-do aniquilamento de uma grande parte, julgo que ainda por largo tempo, no que diz respeito ao ouro, será flagrante a frase escrita por Cristovão Colombo:

O ouro é tudo quanto há de melhor. Todo aquele que o possuir fará o que quiser neste mundo e até no outro, onde poderá dispor do paraíso para lá meter as almas que escolher.

*

Não penso examinar a posição económica de cada colónia, nem, sequer, detalhar o pensamento político das grandes Nações Coloniais.

Exporei, apenas, de uma maneira geral, o que cada uma destas pensa, prescrutando os seus actos, em resposta às duas perguntas formuladas no princípio dêste artigo.

Englobo na designação genérica: — *Possessão*, as Colónias, os Domínios e os Protectorados.

A França com uma população indígena de 63 milhões de habitantes, verifica que o poder de compra dos seus colonos deminuiu, nos últimos anos, nove vezes em relação à população da França, equivalendo, para êste efeito, os 63 milhões a sete milhões de franceses. E, dando razão a um dos seus governadores coloniais, quando respondeu que o melhor produto colonial a cultivar, agora, é o preto, desenvolve em tôdas as possessões os meios médicos de protecção ao indígena, conseguindo baixar, consideravelmente, a percentagem de mortalidade.

Procede da mesma forma a Holanda. A ilha de Java, de densa população, fornece a outras regiões das Índias Neerlandesas os trabalhadores de que necessitam.

Mas são tais as condições de higiene que as autoridades holandesas impõem aos patrões, e fiscalizam por tal forma a assistência médica que estes são obrigados a prestar-lhes, em tudo semelhante aos serviços médicos oficiais, que a percentagem de mortalidade dos *coolies* diminuiu de 10% para 6 a 7%.

A este cuidado junta a França o trabalho de apetrechamento económico das suas possessões. Desenvolve todos os meios coloniais de transporte, e, protegendo as indústrias mecânicas da Metrópole pela exportação de material ferroviário e automobilista, tenta baratear a produção colonial na colocação dos mercados, beneficiando o seu transporte e circulação.

Para isso avaliza os encargos das colónias, mas consegue manter, melhorando-a, a média da sua exportação para elas, aumenta a quilometragem das estradas e dos caminhos de ferro, mantém sem grandes perturbações as indústrias francesas e oferece maiores possibilidades de trabalho ao indígena.

Por isso mesmo, não tem encontrado grandes dificuldades na cobrança do imposto e, cuidadosamente, tem sabido encadear as soluções, de maneira a tirar o maior proveito possível das responsabilidades que entende por obrigação assumir.

Ao passo que o seu movimento comercial com as outras Nações baixou de 54% em 1932, subiu o movimento comercial com as suas possessões em 3%.

A média do movimento comercial com o estrangeiro nos anos 1923-1927 foi de 81.518 milhões de francos e em 1932 atinge, apenas, a cifra de 37.086 milhões. A média do movimento comercial com as suas possessões foi (1923-1927) de 11.976 milhões e em 1932 sobe a 12.428 milhões.

A indústria metalúrgica francesa contribui em grande parte para este resultado, exportando para os seus domínios de além mar, máquinas e material com peso superior a 250.000 toneladas, ou seja 22% em peso e 27% em valor da sua exportação total.

Nesta orientação, concluiu já a estrada entre Saigão e Hanoi, com 2.000 quilómetros de extensão, no centro de uma importante rede de estradas com 30.000 quilómetros; estará em breves dias terminado o caminho de ferro trans-indo-chinês, e muito adiantado o caminho de ferro trans-cambodjano.

Como consequência toma grande incremento a exploração dos jazigos de carvão de Tonkim que começaram já as suas exportações para o Japão, e o arroz que atinge 60% do valor da exportação total da Indochina melhorou a sua colocação em Cantão e em Java.

Para proteger o pequeno agricultor contra os agiotas, montou por toda a parte pequenas caixas de crédito a juro baixo (Madagascar), e nas possessões que têm uma agricultura semelhante à da França — trigos na África do Norte, vinhos na Argélia e azeite de oliveira na Tunísia — organisa um sistema de contingentes de forma a evitar uma concorrência perigosa aos agricultores da França e a não deixar desprotegidos os agricultores daquelas regiões.

A França suporta, heroicamente, todos os sacrifícios, convencida de que as Nações não são obrigadas a possuir colónias, mas sim estas obrigadas a pertencer às Nações.

*

É muito semelhante à da França a política colonial da Holanda. Mantém um contacto contínuo com as suas colónias, fazendo, rapidamente, a drenagem dos seus produtos.

A tonelagem da navegação holandesa figura em segundo lugar — logo depois da da Inglaterra — na passagem do canal do Suez.

O total das suas importações em 1928 foi de 1.078,9 milhões de dollars ouro e em 1933 de 487,3.

O total das suas exportações foi em 1928 de 798,5 e em 1933 de 292,4. Isto é: o movimento comercial desceu de 1.877,4 (1928) para 779,7 (1933) mas consegue ainda neste último ano manter a exportação das Índias Neerlandesas — 190,9 milhões — acima da importação — que foi de 133,7 milhões — em 57,2 milhões.

Para proteger o pequeno agricultor indígena contra os agiotas chineses, hindus e malaios, organizou em quasi tôdas as comunas montepios oficiais que lhe fornecem o dinheiro necessário para as suas colheitas, e a pequenos juros.

A-pesar-de afectada profundamente pela crise, a Índia Holandesa nunca deixou de consignar no seu orçamento uma quantia importante, destinada a melhorar a situação da sua população, embora, por virtude da mesma crise, se visse forçada a diminuir essa quantia, no projecto de orçamento dêste ano, de 526 milhões de florins para 380 milhões. Foram repatriados muitos colonos holandeses e das 180 fábricas de açúcar que existiam na colónia indiana, fecharam 145.

Mas a Holanda tem suportado, resignada, todos os inconvenientes da colonização, incomparavelmente muito maiores para ela do que para os indígenas sob o seu domínio.

Êstes, ao passo que a Metrópole restringe a produção do chá, do cautchouc e do açúcar, têm quasi todos uma casa, um campo, cabras que lhes fornecem o leite e a carne, e trabalham em pequenas indústrias familiares.

Para os poucos sem trabalho, edificaram-se casas económicas, com uma vasta extensão em Bandoung, para os europeus desempregados.

As grandes emprêsas organizaram uma caixa de socorros para uns e para outros, ajudadas pela Holanda.

E esta, reconhecendo a diminuição do poder de compra dos indígenas, cerra, generosamente, os olhos à invasão dos produtos japoneses, porque não pode colocar ali os seus ao mesmo preço, e entende não dever privar os colonos da satisfação das suas necessidades essenciais, limitando, quasi que exclusivamente, a sua exportação, a produtos mecânicos, destinados a melhorar a circulação da produção.

*

Acentuado em 1933 o descalabro económico do mundo, a Inglaterra não foi uma excepção.

Quando as trombetas anunciaram que a crise atingira o limite máximo de depressão em 1932, verifica-se que, com excepção, apenas, da Algéria, da Austrália e

do Chile, onde o movimento comercial em 1933 excedeu, ligeiramente, o do ano anterior, a situação se agravou por tãda a parte.

A-pesar-de tudo, embora consideravelmente diminuido, é ainda a Inglaterra que detém o maior movimento comercial.

Em 1928 importou matérias primas no valor de 5.232,9 milhões de dollars-ouro, e exportou produtos no valor de 3.521,3 milhões.

Em 1933 a primeira cifra baixa para 2.073,0 milhões e a segunda para 1.202,6.

A-pesar-da soma de exportações ter sido excedida neste ano pelos Estados Unidos (1.279,6), a soma global das suas importações é ainda superior à dos Estados Unidos em 960,9 milhões.

Tem sob a sua bandeira, com a designação de Colónias, Domínios, Protectorados e Mandatos, centenas de milhões de homens e mais de três dezenas de milhões de quilómetros quadrados.

A sua política colonial apresenta, históricamente, dois aspectos, segundo se aplique a territórios de clima temperado, susceptíveis de ser povoados pela raça branca, ou de regiões tropicais pouco propícias à adaptação e conservação de populações brancas.

Nos primeiros, acabaram por substituir os negros, reduzindo-os, edificando grandes cidades iguais às grandes cidades europeias. Nas segundas conservam os negros, que continuam sendo a raça predominante, indispensáveis à sua exploração.

A mais importante das suas possessões é a Índia, mixto de domínio e de colónia porque conserva alguns dos privilégios dos primeiros e mantém muitas obrigações das segundas.

Não pretendo fazer, sequer, um resumo da história irrequieta da Índia, nem das suas desencontradas pretensões políticas, que motivaram o *Acto* em 1919, a conferência da Távola Redonda de há pouco tempo, e a ida da comissão inglesa, Simon, com o fim de conciliar todos os interesses e aspirações da Índia com os desejos e interesses ingleses.

Quero, apenas, frisar, para melhor compreensão das lutas, que 93 % da sua população são analfabetos; que 70 % vivem miseravelmente, enfeudados aos trabalhos rústicos num território sêco, com processos primitivos; que não produzem a alimentação necessária a tãda a população, que, na sua maior parte, se alimenta sòmente— e insuficientemente — uma vez por dia, e que está dividida em mais de cem castas.

A sua importação que em 1928 foi de 911,9 milhões de dollars-ouro desce, em 1933, para 285,8, e a sua exportação desce, no mesmo período, de 1.206,6 para 359,9.

As suas contínuas dissensões políticas auxiliam a crise nesta vertiginosa queda, ajudada também pelos agiotas que exploram o pequeno agricultor, emprestando-lhe dinheiro e sementes a juros de 6 e 8 por cento ao mês.

Esta situação vem reflectir-se, desagradavelmente, na indústria inglesa que, durante a guerra, viu nascer, na Índia, as indústrias metalúrgica e tãxtil que ocupam já hoje um milhão e quinhentos mil trabalhadores. A-pesar-da sua deficiente organização, o facto não deixa de preocupar o exportador inglês.

A Inglaterra vê neste vasto império admiráveis possibilidades e sabe que a própria situação económica depende, em grande parte, da situação económica da sua mais importante possessão.

Em primeiro lugar é preciso melhorar a situação do agricultor. Para isso projecta a construção de importantes estabelecimentos hidráulicos para irrigação e fertilização do solo. Iniciou já os trabalhos no Sinol e pensa espalhá-los por todo o território agricultável.

Se consegue aumentar o poder de compra dos seus 359 milhões e 400 mil habitantes, espalhados em uma extensão de 4.675.000 quilómetros quadrados, os sacrifícios que fizer serão de sobra compensados.

*

Em 1913 a Inglaterra exporta para as suas possessões 164 milhões de libras. Em 1927 o valor das exportações eleva-se a 240 milhões. Começa então a declinar todo o seu movimento comercial e sente que tem de fazer algumas concessões aos povos do seu vasto império para parar a marcha descendente e obter, reciprocamente, outras concessões.

Dêste pensamento nasceu em 1932 a conferência de Ottawa, realizada em Londres.

Em 1924 as suas possessões tinham participado em 30,65 % no volume de tôdas as importações da Metrópole e em 41,40 % no volume de tôdas as suas exportações.

À medida que o movimento comercial da Inglaterra decrescia, baixavam também aquelas percentagens, e a situação tornava-se aflitiva para quasi todos os territórios britânicos.

Em 1932, já por virtude da conferência, a contribuição do império colonial inglês no movimento comercial da Metrópole é de 35,26 % nas suas importações, e de 45,59 % nas suas exportações, subindo as primeiras em 1933 a 37,25 % e voltando a descer as segundas a 44,05 %.

A-pesar-de tudo, a soma global do movimento comercial entre a Inglaterra e as suas possessões é, em 1933, inferior a 50 % do movimento geral de 1928.

Da conferência resultou a intensificação do comércio das possessões entre si e uma mais perfeita solidariedade económica.

A Índia, que preferiu durante algum tempo os lanifícios japoneses em prejuízo de Lancashire retoma, novamente, o caminho de Londres para a compra dos produtos manufacturados de lã.

Já vai longe êste artigo, e, por isso, reservo a sua conclusão para um dos próximos números da *Vida Contemporânea*, propondo-me então, fazer também algumas considerações sobre a política colonial da Itália e da Bélgica.

Perdoe-me o leitor a massada que lhe dou.

JOÃO PINHEIRO.

A Marinha Portuguesa e a Aliança de Portugal com a Inglaterra

(CONTINUAÇÃO DO 4.º NÚMERO)

Acôrdo comercial entre Eduardo III, Rei de Inglaterra, e os mercadores marítimos e comunidades das cidades e vilas marítimas de Portugal assinado em Londres a 20 de Outubro de 1353

Um dos Portuguezes que com salvo-conduto passou a Inglaterra foi Afonso Martins Alho, que, provàvelmente, ia já com poderes e com o fim de ajustar qualquer acôrdo com o Rei de Inglaterra, pois em 20 de Outubro de 1353 assinou, em nome dos mercadores, marítimos e comunidades da marinha das cidades e vilas costeiras de Portugal, com o Rei de Inglaterra Eduardo III um acôrdo comercial, pela duração de cinquenta anos.

É um interessante tratado de comércio, no qual se conteem não só preceitos e estipulações de grande alcance comercial, mas também objectivos económicos, políticos e militares.

Não são menos notáveis as suas determinações a respeito do uso do mar, pelo que se vai transcrever o seu texto com a respectiva tradução livre:

Sachent touz que,

Come les bones Gentz, Merchauntz, mariners, et les Comunalties de la Marisme, des Citees et Villes, de Ulixbon, et de Port du Portugal, du Roialme et de Seignurie de Roi de Portugale et de Algarbe eint envoye Alfonse Martyn, dit Alho, lour Message et Procuratour devers le Tresexcellent Prince Monsieur Edward, par la grace de Dieu, Roi d'Engleterre et de Fraunce.

De treter des Amistes, et fermes alliances, entre le dit Roí d'Engleterre et de Fraunce, pour lui, et pur ses subgitz, et les Gentz, Marchauntz, Mariners, et Comunalties de la Marisme, des Citees et villes de Ulixbon, et du Port de Portugal, avaunt-

dites, pur eux et chescun de eux perpetuellement, ou au certain temps, folonc ce qu'il plerra au dit Roi d'Engleterre e de Fraunce, a durer,

Sur quoi, pur bone Alliance et Amiste faire, et Amour norir entre le dit Roi d'Engleterre et de Fraunce, pur lui, et pur ses Subgitz, et les ditz Gentz, Merchautz, Mariners, et Comunaltes, et pur commun proft d'une part et d'autre, si est accorde en la manere que s'ensuyt,

Primerement, que bonne accort et alliance soient tenuz, et affermez, par Terre, et par Meer entre les parties susdites a durer, del jour de la fesaunce de cestes, tanque a cinquanz annz acomplys.

Item, que nulles des Gentz, Subgitz de dit Roi d'Engleterre et Fraunce, ferra mal, ne damage, en Persones, n'en Niefs, Marchaundises, n'en autres Biens, as Gentz, Marchautz, Mariners, ne Comunaltes des dites Marismes et Citees, de Ulixbon, et de Port de Portugal :

Ne que nul des Gentz, Marchautz, Mariners, et Comunaltes des Marismes, et Citees avantditz, ne ferra mal, ne damage, en Persones, n'en Niefs, Marchaundies, n'en autres Biens, as Gentz d'Engleterre, de Gascoign, d'Irlaund, de Galles, ne a nul autre des Subgitz du dit Roialme d'Engleterre et de Fraunce ;

Ne que nul des Gentz, ne Subgitz de l'une part, encountre, n'en prejudice de l'autre Partie, ne ferront Alliaunce, ne durront aide ne secours, en aucune manere, as Enemys, contrairs, ou adversairs de l'autre Partie.

Item, Accorde est que les Gentz, Subgitz, Maistres, Mariners, de l'une partie et del autre, de quele condiction qu'ils soient, puissent seurement, fraunchement, et sauvement aler et passer, par terre et par meer, a touz les Marismes, Ports, Citees, et Villes de l'une part et del autre, et as touz autres Roialmes et parties, on leur plerra oue lours Niefs, grauntz et petit, et od totes marchaundises que serront charges en les dites niefs, de queux Pays et Gentz les dites marchandises soient :

Et que totes maneres de debatz, dissensions, et descortz, mouez, et damage donez, de l'une partie et de l'autre, de toute temps passe, tanque a la fesaunce de cestes (si nulles y soient) cessent, et soient anientiz saunz enter action, ou recoverir avoir a touz jours ;

Et, si nul mal ou damage soient faitz, desore en avant, par l'une partie a l'autre, soient les mals et damages avaunt ditz, covenablement et duement, redressez par les Seignurs, ou Grauntz, d'une part et d'autre ;

Et eit la partie, que avera resceu le damage, ses depenses, queux il ferra en la pursuyte de la persone, qe ferra le mal, et de ses biens ;

Et, en cas, q'il n'eyt mye biens suffisantz de faire les amendes, que son corps soit pris, et justice faite de la personne, a la pursuyte de celui, q'avera pris le damage.

Item, Accorde est que, s'il aviegne que, durante cest accord, nul mal, ou damage, soit fait par Gentz ou Subgitz de l'une partie al'autre, que pur ceo ne ferra mye l'Accort rompue ; einz serra fait redresce et reparacion par les Seignurs, et Grauntz, d'une part et d'autre, come dessus est dit.

Item, q'en cas que le Roi d'Engleterre et de Fraunce, ou ses Gentz, preigne ou gaigne de son adversaire (qi qil soit) Ville, Chastel, ou Port, et quele Ville, Chastel,

ou Port, soient trevez bien de les Gentz, Marchauntz, Mariners, ou Comunalte de la Marisme, et Citees avantdites, ou niefs, en queles marchaundises ou autres biens, des Gentz, Marchauntz, Mariners, ou Comunaltes avantdites, soient trevez,

Que le dit Roi d'Engleterre et de Fraunce, ou celui que serra capitayn pur lui, ferra sercher leur biens, en qi mains q'il soient, et ferra son loial poair, sur l'assurance de ceste accort, de faire rendre les dites Niefs, Marchaundises, et biens, a les Gentz, Marchauntz, Mariners ou autres de Comunalte de la Marisme, et Citees avantdites, des queux ils ferront, sur lour serement,

Par ensi qu'ils ne soient armez ou les enemys le dit Roi d'Engleterre et de Fraunce, nene fasent a eux aide, succour, ne confort,

Et, si nul de eux soit trevez armez, on face eide, succour, ou confort, as ditz enemis le dit Roi d'Engleterre et de Fraunce, q'il garde ses biens et le corps et que nul des autres, que tiendront loialment ceste Accort, soit damage pur eux.

Et ensi, si les Gentz le dit Roi d'Engleterre et de Fraunce preignent, en la meer, ou en port, nules niefs de ses adversaires, ou enemys, et en les dites niefs soient trevez marchaundises, ou autres biens, de ceux de la Marisme, et Citees avantdites soient les ditz biens et marchaundises amesnez en Engleterre, et sauvement gardes tanque les Marchantz, des queux mesmes les biens et marchaundises serront, eient provez que les biens solent leurs,

Et autiel ferront, en semblable cas, ceux de la Marisme et Citees avantdites, as Gentz et Subgitz de la Seignurie le dit Roi d'Engleterre et de Fraunce.

Item, que pessoners de la Marisme, et Citees avantdites, puissent venir et pescher, fraunchement et sauvement en les ports d'Engleterre e de Bretagne, et en touz les autres Lieux et Portz, ou ils vorront, paintz les droits et les costumés, a les Seignurs du Pays.

En tesmoignance de queles choses, le dit Roi d'Engleterre a l'une de cestes presentes Lettres Endentes demurante devers les Citees et Marismes avantdites, ad mys son Seal.

Et le dit Alfonse Martyn, dit Alho, Message et Procuratour des Citees et Marisme susdite, a l'autre partie de cestes presentes Lettre Endentee, demurante devers le dit Roi d'Engleterre et de Fraunce, ad mys son seal Don. a Loundres le vintisme jour de Moys d'Octobre. l'An de grace Mill Trescentz, Cinquant et Tieréz.

TRADUÇÃO

Saibam todos que as gentes, mercadores, marítimos, e as comunidades da marinha, das cidades e vilas de Lisboa e do Pôrto de Portugal, do Reino e Senhorios do Rei de Portugal e do Algarve, enviaram Afonso Martins, chamado Alho, como seu mensageiro e procurador, perante o muito excelente príncipe e Senhor, Eduardo, pela graça de Deus Rei da Inglaterra e da França;

Para tratar de amizade e firme aliança entre o dito Rei de Inglaterra e de França, por Êle e pelos seus súbditos, e as gentes, mercadores, marítimos e comunidades da

marinha das cidades e vilas de Lisboa e do Pôrto de Portugal, anteriormente citadas, com tôdas e com cada uma, para sempre, ou por um determinado tempo, segundo o que agradar ao dito Rei de Inglaterra e de França, pelo que, para uma boa aliança e amizade, e a-fim-de alimentar a melhor afeição entre o dito Rei de Inglaterra e de França, por êle e pelos seus súbditos, e com as referidas gentes, mercadores, marítimos e comunidades, e para comum proveito de uma parte e da outra, acordou-se o que se segue :

1.º Primeiramente que um bom acôrdo e aliança sejam feitos e firmados por terra e por mar entre as referidas partes, a durar desde o dia em que estas foram feitas até cincoenta anos passados.

2.º Outro-sim ninguém das gentes, súbditos do dito Rei de Inglaterra e de França, fará mal ou prejuízo, tanto às pessoas, como aos navios, mercadorias, nem aos outros bens das gentes, mercadores, marítimos, ou comunidades das ditas marinhas e cidades de Lisboa e do Pôrto de Portugal.

Nem ninguém das gentes, mercadores, marítimos e comunidades das marinhas e cidades, anteriormente citadas, fará mal, ou prejuízo, nas pessoas, nem nos navios, mercadorias, nem nos outros bens das gentes de Inglaterra, de Gascogna, da Irlanda, de Gales, nem a nenhum dos outros súbditos do dito Reino de Inglaterra e de França ;

Nem ninguém das gentes, nem súbditos de uma parte, encontrando, prejudicará ninguém da outra parte, nem fará aliança, nem dará auxílio ou socorro, de qualquer maneira, aos inimigos, contrários ou adversários da outra parte.

3.º Outro-sim fica acordado que as gentes, súbditos, capitães e marítimos de uma e outra parte, de qualquer condição que sejam, possam segura, franca e livremente, ir e passar, por terra e por mar, a todos os mares, portos, cidades e vilas de uma e outra partes, e a todos os outros Reinos e partes, que lhes agradar, bem assim navios, grandes e pequenos, e bem assim tôdas as mercadorias que serão embarcadas nos ditos navios, de quaisquer Países e Gentes de que as ditas mercadorias sejam.

E que todos os debates, dissensões, discursos, discórdias, e bem assim prejuízos de uma parte e de outra, de todo o tempo passado até à celebração dêste acôrdo, cessem e sejam liquidados, sem interpor acção ou recurso, para sempre.

E, se algum mal ou prejuízo forem feitos, para o futuro, por uma parte à outra, sejam os ditos males ou prejuízos conveniente e devidamente reparados pelos Senhores ou Grandes duma parte e de outra.

E a parte que recebeu o dano terá as despesas, que fará na perseguição da pessoa, que lhe tiver feito o mal, e dos seus bens.

E, no caso que êle não tenha bens suficientes para pagar as multas, que o seu corpo seja prêso e justiça feita na pessoa, em proveito de quem recebeu o dano.

4.º Outro-sim, fica acordado que, se succeder que durante êste acôrdo algum mal ou prejuízo seja feito pelas Gentes ou Senhores de uma parte à outra, que por isto não se terá nunca o acôrdo como denunciado ; mas sim será feita satisfação e reparação pelos Senhores e Grandes, duma e outra partes, como acima se diz.

5.º Outro-sim, no caso em que o Rei de Inglaterra e de França ou alguma das

suas gentes tome ou ganhe ao seu adversário (quem quer que seja) alguma cidade, castelo ou pôrto nos quais se encontrem gentes, mercadores, marítimos ou comunidades da marinha e cidades antes indicadas, ou navios, nos quais mercadorias ou outros bens das gentes, mercadores, marítimos ou comunidades anteriormente citadas sejam entrados.

Que o dito Rei de Inglaterra e de França ou quem fôr capitão por êle fará procurar os seus bens, seja em que mãos estiverem, e fará as suas leais diligências, na satisfação dêste acôrdo, para fazer entregar os referidos navios, mercadorias e bens às gentes, mercadores e marítimos ou outras comunidades das marinhas e cidades acima referidas, a quem pertencerem, segundo o seu juramento.

Mas isto, se êles não estiverem armados ou se não tiverem dado ajuda, socorro ou confôrto aos inimigos do Rei de Inglaterra ou de França.

E, se algum dêles fôr encontrado armado ou tiver dado ajuda, socorro ou confôrto aos ditos inimigos do referido Rei de Inglaterra e de França, serão guardados os seus bens e os das pessoas a quem pertencerem, mas para os outros, que respeitarem lealmente êste acôrdo, não haverá nenhum dano para êles.

E assim, se as gentes do dito Rei de Inglaterra e de França tomarem, no mar ou em pôrto, alguns navios dos seus adversários ou inimigos, e se nos ditos navios forem encontradas mercadorias ou outros bens daqueles da marinha e cidades, anteriormente citadas, sejam os ditos bens e mercadorias transportados para Inglaterra e cuidadosamente guardados, até que os mercadores, de quem os bens e mercadorias forem, tenham provado que os bens são seus.

E assim farão, em análogos casos, os da marinha e cidades anteriormente citadas às gentes e súbditos da Senhoria do dito Rei de Inglaterra e de França.

Outro-sim, que os pescadores da marinha e cidades anteriormente citadas possam vir a pescar, franca e seguramente, nos portos de Inglaterra e da Bretagna e em todos os outros logares e portos onde eles quiserem, pagando os direitos e os costumes aos Senhores do País.

Em testemunho do que o dito Rei de Inglaterra numa destas presentes cartas destinada às cidades e marinha anteriormente citadas pôs o seu sêlo.

E o dito Afonso Martins, chamado Alho, enviado e procurador das ditas cidades e marinha, na outra parte desta presente carta destinada ao Rei de Inglaterra e de França, pôs o seu sêlo.

Feito em Londres no vigéssimo dia do mês de Outubro do ano da graça de mil trezentos e cincoenta e três.

*

O presente acôrdo é um verdadeiro tratado comercial, e nele, póde dizer-se, estão conglobados os preceitos mais interessantes do direito comercial marítimo.

Começa por mostrar as boas disposições do Rei de Inglaterra em firmar ligações de amizade e até alianças com as pessoas que em Portugal mais interessavam à vida económica, política e militar de Inglaterra, como eram os comerciantes e marítimos.

No primeiro artigo não foi esquecido que a aliança não se restringia única-

mente ao uso do mar, mas abrangia também a terra, sendo por assim dizer uma aliança geral.

No artigo seguinte define-se o objectivo da aliança, que ficava consistindo em uma das partes não fazer mal ou prejuízo às pessoas e bens da outra parte, estabelecendo-se também que se não poderia dar auxílio ou socorro aos inimigos ou adversários.

Resulta, pois, nitidamente que estas disposições começaram a ter o carácter militar que, aliás, todos os acordos da Idade Média tinham, quando se destinavam a firmar ligações para defesa de interesses.

No artigo terceiro era reconhecida a recíproca liberdade de ir, passar, negociar, etc., nos domínios dos dois países, anulando antigos incidentes e discórdias e regulando futuros litígios.

O último artigo é sobretudo interessante, porque contém disposições que regulavam a costumada pirataria de guerra daqueles tempos, e vinha, por assim dizer, estabelecer preceitos justos, já iniciados com os acordos celebrados pela confederação das cidades Hanseáticas com os príncipes do Norte e também com as regras do Consulado do Mar.

Pelas disposições dos primeiros períodos dêste artigo as pessoas e bens de um contratante ficavam ao abrigo dos riscos correntes da pirataria. Isto era importante por causa do permanente estado de guerra em que viviam os povos na Idade-Média, sendo o seu objectivo principal causar por todos os meios o maior dano aos inimigos.

Finalmente dispõe-se que os pescadores portugueses pudessem ir pescar livremente aos portos ingleses.

*

É um tratado de comércio, mas que contém — repetimos — os primeiros vestígios de uma aliança militar, até mesmo aliança militar-naval.

E não se diga que êle tenha menor valor por não figurar lá explicitamente o nome do Rei de Portugal, porque a-pesar-dêste acôrdo não ter sido ratificado, foi sancionado pelos dois Soberanos.

Esta sanção foi-lhe dada por um incidente muito interessante da História Marítima.

Em 1357 foram apresados pelos Franceses várias mercadorias portuguesas e bem assim o navio *São Salvador*, que foram capturados depois pelos Ingleses e conduzidos a um pôrto dos domínios do Rei de Inglaterra.

Apressaram-se os Portugueses a fazer uma reclamação judicial perante o Almirante de Inglaterra, reclamação que foi renovada pelo Rei Afonso IV junto de Eduardo III.

A reclamação do Rei invocava o célebre tratado, juntando uma cópia dêle à sua carta, na qual exigia a entrega das mercadorias e do navio *S. Salvador*.

Eduardo III respondeu ao Rei de Portugal com uma notável carta em que se faz um relato circunstanciado dêste incidente, pela qual se conclui o espírito de justiça e

a amizade que animavam o Rei de Inglaterra no tocante às coisas e pessoas dos Portugueses.

Em resultado da reclamação do Rei, Eduardo III determinou :

«Se os seus vassallos tomarem no mar ou em um pôrto quaisquer navios dos adversários dêles, Reis de Inglaterra e de Portugal, nos quais se encontrarem fazendas pertencentes aos mercadores portugueses, serão as mesmas conduzidas para Inglaterra e ali serão guardadas com tôda a segurança, até que os mercadores, a quem pertencerem, provem o direito que a elas têm ; devendo, reciprocamente, proceder do mesmo modo os Portugueses a respeito das que pertencerem aos mercadores Ingleses em idêntico caso».

No entretanto, para o caso invocado, não deu o Rei inglês inteira satisfação, porque, em resultado dos exames a que fêz proceder e dentro do estabelecido no tratado, êle não podia ser aplicado, visto que as mercadorias roubadas pelos inimigos se achavam em poder dos mesmos inimigos e como seus próprios bens, e dêste modo fora da posse dos mercadores portugueses, sendo assim uma propriedade verdadeira dos inimigos, passando para a posse dos Ingleses pelo direito de guerra.

Que, se essas mercadorias se encontrassem em um navio inimigo no mar ou num pôrto, mas em poder e à guarda de mercadores portugueses, e fôsem apresadas pelos Ingleses, êle, Rei de Inglaterra, as faria restituir *na conformidade do tratado* a quem provasse pertencer-lhes.

Foi bem notória e celebrada a importância que teve nas relações políticas, comerciais e militares êste tratado, que vigorou até aos princípios do século XV, apesar-das ligações que por outras circunstâncias e noutras modalidades, foram celebradas entre as duas Nações.

(*Continúa*).

CÉSAR FERREIRA.

ENGENHEIRO



Noticiário internacional

A ADMISSÃO DA U. R. S. S. NA SOCIEDADE DAS NAÇÕES

O acontecimento mais palpitante dos últimos dias — já que a memória vai esquecendo a noite trágica de Munich — foi a admissão quási unânime da U. R. S. S. como membro da Sociedade das Nações, sòmente com a alarmante opposição de três países.

O facto para nós representa unicamente a *oficialização* — chamemos-lhe assim — da U. R. S. S. como parte integrante da comunidade internacional. E afirmamos tal porquanto os russos já mantinham relações económicas com a maior parte do mundo que, olhando mais a sério para os seus aflitivos problemas interiores, escancarava os seus mercados para a entrada da produção russa, impelida por um convidativo *dumping*.

Portanto não se julgue que a existência oficial — (os russos já assistiam às sessões de Genebra como meros observadores) — da U. R. S. S. no convívio genebrino representa um reconhecimento legal do govêrno de Staline. De há muito que os ministros plenipotenciários soviéticos representavam o seu país nos principais países do mundo que, por seu turno, subsidiavam as suas legações e embaixadas em Moscovo.

O facto em si não passa, a nosso ver, de mais uma fraqueza do comunismo russo, dum lento *embourgeoisement* que deve a estas horas sacudir a nervosa compleição de Trotsky, no seu exílio da Turquia...

A U. R. S. S. entendeu que a hora intranquilha que atravessa o mundo exigia a sua adesão a uma Sociedade diferente da sua, governada por sistemas capitalistas que a sua orgânica social repele, submetida à férula dos costumes românticamente anacrónicos que a sua psicologia especial combate.

Estamos bem em crer que a atitude da U. R. S. S., ao permitir as diligências de

Barthou e Simon, se justificará no futuro pela sua conduta no areópago criado pela imaginação pacifista de Wilson.

E admirável seria que essa conduta, já inicialmente demonstrada na assinatura dos pactos de não agressão, se canalizasse no sentido dum efectivo entendimento com aqueles países que lutam pela manutenção duma paz ameaçada pelas arrogâncias petulantes duma Alemanha desvairada e pela ofensiva descaradamente imperialista dum Japão soberbo e repleto de estranha vitalidade.

Outro argumento poderá justificar a atitude da U. R. S. S. : a sua situação no Extremo-Oriente e a necessidade duma provável solidariedade internacional no caso previsto dum trágico conflito com o Japão.

A ausência dêste país de Génèbra e a hostilidade manifesta dos restantes membros da Sociedade pelas manobras do Mikado colocarão a U. R. S. S. num lugar preferente.

Não chegaremos a ponto de afirmar, como o cronista dos fundos do *Temps*, que a entrada da U. R. S. S. na Sociedade das Nações seja «un mariage de raison».

O que é verdade é que a entrada neste momento do grande país em Genebra vem equilibrar um pouco a balança da Paz, instável após a brusca partida do Japão e da Alemanha.

Se a Sociedade das Nações conseguir manter em respeito, pelo número dos países, nela representados, as ambições dos imperialismos criminosos, a permanência da U. R. S. S. e dos seus cento e cincoenta milhões de habitantes representará, sem dúvida, um avanço animador na senda da Paz e do Progresso social.

Oxalá que tal aconteça.

UM DISCURSO DE AZAÑA

Manuel Azaña, a ilustre figura política do país vizinho que durante a sua permanência no govêrno, primeiramente no ministério da guerra e a seguir na presidência do conselho, despertou um enorme entusiasmo e uma intensa vibração popular, proferiu no dia 31 de Agosto, no Hotel Oriente de Barcelona, um importante discurso que pelo seu significado não queremos deixar passar sem uns ligeiros comentários.

Começou Azaña por se classificar a si próprio como um sobrevivente da segunda República.

Seria altura de perguntar ao eminente estadista que tanto trabalhou pela República, que se bateu por ela e por ela sofreu, o motivo dessa sua estranha situação, êle que teve a Espanha electrizada pelo seu verbo eloquente e pela sua actividade aparentemente depuradora.

Naturalmente Azaña responderia com o argumento estafado das benevolências

e das transigentes atitudes que transformam a Democracia num singular sistema político onde só vivessem poetas, sonhadores e entranhados soldados do velho Platão.

«Algunos problemas, los menos dificiles, han quedado cancelados para siempre; pero los más graves quedaron pendientes de resolucion. Yo no he de hablar ahora de como y el porqué de esto. Pero si quiero hacer constar dos cosas. La primera, que la República, al nacer, nació hypotecada, y la segunda que la República se ha asustado de la propaganda de sus enemigos», — afirmou Azaña em certa altura do seu discurso.

«Yo no he de hablar ahora del como y el porqué de esto», disse o ex-presidente do conselho.

Pois que admirável não seria um sincero depoimento de Azaña neste momento. Por êle poderíamos avaliar quão estranha é a política que permite a um homem inteligente como Azaña, possuindo em dada altura a adesão dum país inteiro, revoltado pela prepotência duma monarquia cafreal, perder por completo a noção das responsabilidades e entregar aos inimigos irredutíveis de ontem uma República jovem, inexperiente, sonhada e realizada pela multidão imensa dos trabalhadores espanhóis.

«Os prevengo contra una falsa representación del resto de los españoles para cuando digáis que en el resto de España no se siente la República con el fervor que aqui. En todas partes el pueblo está como el pueblo catalan. En todas partes hallo el mismo sentimiento republicano. La diferencia consiste en que aqui teneis un Gobierno republicano que, lejos de perseguir a los republicanos, los protege contra los enemigos, mientras que fuera de aqui decirse republicano viene a ser un baldon y un escarnio ante las pandillas políticas que se han apoderado de la República», — exclamou, ainda, no meio de estrondosas ovações o ilustre autor de *La Corona*.

«Las pandillas políticas !»

Já Azaña falara nelas nos ardorosos tempos da propaganda republicana, no calor triunfal dos comícios !

«Yo no he de hablar ahora del como y el porqué de esto !»

Que pena a emudecida attitude de Azaña !

O PROBLEMA ALEMÃO

A situação da economia alemã agrava-se dia a dia.

A estas horas a maior parte dos alemães terão reconsiderado nos prejuízos causados pela criminosa desenvoltura do Führer !

Vejamos, rapidamente, o que se passa na Alemanha nos aspectos sociais e económicos, já que politicamente o mundo conhece suficientemente as pretensões de Hitler e do seu sanguinolento nazismo.

A entrada do dr. Schacht no govêrno, para o ministério da economia, transplantou para essa pasta os mesmos ímpetos draconianos do desvairado Führer.

Novas tarifas de salários foram decretadas, inferiores às antigas, não contando com o crescente aumento do custo da vida. A duração das horas de trabalho foi reduzida semanalmente para trinta e seis, agravando-se assim o descontentamento crescente das massas operárias, descontentamento tão patente que obrigou o dr. Ley, conhecido pelo «Führer do trabalho» a demitir grande número de funcionários do seu departamento como *meneurs* da reacção proletária contra o nazismo.

A feira de Leipzig, de mundial nomeada, redundou num desastre catastrófico.

A política de *gangster* — como a apelida a imprensa inglesa — de Schacht submeteu tôda a orgânica económica da república imperial a um tormentoso pesadelo. A indústria téxtil agoniza. A falta de matérias primas deminuiu, consideravelmente, a produção alemã.

É já freqüente encontrar pelas ruas de Berlim *équipes* de operários tirando o ferro dos postes de condução eléctrica, como nos tempos, ainda recentes, da conflagração em que o povo alemão atirava para os fornos da Krupp com tôdas as reservas do apreciado minério.

E, se dúvidas houvesse sôbre a calamitosa situação do povo alemão, bastava pensar uns momentos no significado do discurso de Schacht, na inauguração da falida feira de Leipzig, ao afirmar que a Alemanha iria reduzir as suas importações em conformidade com as suas possibilidades de pagamento.

Falha de matérias primas importantes para o funcionamento metódico das suas fábricas, a Alemanha irá atravessar mais umas horas semelhantes aos duros momentos da guerra.

Então era um país perturbado pelo vulcão do *front*.

Hoje é um outro *front* que se lhe levanta ameaçador.

É o desprezo da comunidade internacional por um sistema político que fusila homens em série e que pretende, agora, mercê dum esgotamento económico persistente, arrazar, por completo, um país que viu progredir no seu seio algumas das mais soberbas criações do pensamento humano.

É uma verdadeira política de expedientes o que a Alemanha faz nesta altura

O mundo não está para perder tempo com as ninharias dum nazismo turbulento.

Os problemas vitais da Humanidade chamam a atenção de todos, menos a do Führer, entretido na sua demoníaca tarefa de reconstruir um país à fôrça de o aniquilar.

Que tremendo paradoxo é a Alemanha de hoje !

AS ELEIÇÕES NOS ESTADOS-UNIDOS

Começou a campanha eleitoral nos Estados-Unidos a-fim-de se renovarem os mandatos dos representantes, do têrço dos senadores e dos governadores de Estado.

Neste momento êsse acontecimento reveste-se de particular importância, já que

das urnas poderá sair ou não o aplauso popular à obra renovadora de Roosevelt, cada vez mais animado nos seus propósitos, como se vê da sua recente afirmação de que o interêsse da América «é a multiplicação das riquezas pela acção cooperativa, riquezas das quais todos poderão ter uma parte».

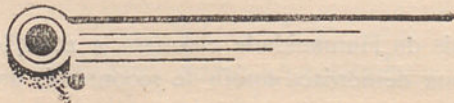
Pelo menos Roosevelt tem a particularidade de ser o primeiro chefe de Estado norte-americano que entendeu que «algo de nuevo» se estava passando no sub-solo espiritual do seu país.

Pressentiu que uma nova consciência proletária se estava formando à custa das míseras privações da vida. As recentes grèves e motins de S. Francisco atestaram bem que, embora o marxismo e a luta de classes não tivessem penetrado absolutamente na intelligêncla do operário *yankee*, uma outra noção da sua fôrça lhes incutia ânimo para mais duras pugnas.

E a existência de elementos de acentuadas inclinações socialistas ressalta no facto da eleição de Upton Sinclair, escritor ilustre de tendências avançadas, candidato do partido democrata para governador do Estado da Califórnia.

Algum fenómeno estranho se irá passar nesse conformado país capitalista, onde as épocas de fartança fizeram esquecer aos homens os indeclináveis deveres da sua condição.

Nesta passagem triste da sua vida económica, iluminada aqui e ali pela esperança dum resultado satisfatório da política rooseveltiana, é possível que os Estados Unidos se resolvam a integrar-se numa sã política democrata, a única que poderá levar a cabo a resolução dos seus problemas internos e externos.



INTERMEDIO

Desdibujos y formas inesperadas del «estilo español»

Puesto que estas líneas — ¿ ideas ? ¿ palabras ? ¿ impresiones ? — se dedican a una publicación portuguesa, había yo querido por imperativo de la simpatía abordar un tema portugués, aunque sólo fuese por asociación o analogía con algún tema español. Pero este conversador propone y las ¿ ideas, palabras, impresiones ? son las que disponen en fin de cuentas.

Desgraciadamente no conozco Portugal. Unas lecturas atentas, un comercio de amistad confraternal con varios patriotas portugueses y una deliciosa escapatoria que se me incorpora al recuerdo entre el paisaje verde y húmedo — suave, suave, suave — desde Tuy a la frontera Valença do Miño, todo ello no puede otorgarme el derecho a creer que conozco Portugal. Lo siento muy de veras ; pero cada día cobra mi afán ansias de conocerlo.

En cualquier caso mi intento primerizo de encabezar estas líneas con el título, no muy claro todavía, de «desdibujos y formas inesperadas del estilo ibérico» merece sufrir las justas limitaciones que le expresa su adjetivación «española».

Y bien, ¿ de que se trata ?

Después del empaque con que vá acicalado este proemio temo que resulte chasqueado mi buen lector, chasqueado en la medida en que pueda sufrirlo aquel espectador que vé aparecer en el escenario a un caballero elegante — sombrero de copa, frac, rígida pechera, guantes blancos — y acaba advirtiéndome que no se trata sino de un prestidigitador vulgar, de un torpe ilusionista.

Veamos, pues.

En España, y entre españoles más o menos viajados, oímos hablar con frecuencia de la xenofobia que se manifiesta en ciertos países extranjeros.

Uno de los países donde se siente y a los que reprochamos con mayor acritud ese sentimiento hostil a cuanto no es nacional es el de Francia. Claro está que también se habla de la xenofobia italiana, y de la inglesa, y de la tudesca, etc. Mas parece ser que es en Francia, precisamente, donde las frases : «c'est étranger», «c'est un étranger» adquieren contornos de invectiva y contienen intenciones vejatorias.

¿ Voy a negar este hecho ?

Sería inútil puesto que sería tanto como negar la evidencia. Además no tengo interés en ello. Cualquiera que haya visitado, o residido, en Francia o en París — ¡ cuidado ! que no es exactamente lo mismo aunque así lo parezca — habrá de reconocer este hecho tan lamentable desde cualquier punto de vista civilizado o simplemente humano que se le considere.

Y el hecho adquiere mayores caracteres vituperables cuando apreciamos la actitud sentimental en que se sitúa nuestro país respecto del extranjero y de los súbditos extraños y surge, frente a aquella xenofobia, el contraste de nuestra hospitalidad y de nuestro agrado que no es preciso falsearlos con ningún colorante de dignidad nacionalista para calificarlos de sinceramente cordiales y generosos.

«Ainda mais».

«Ainda mais» se perfila la violencia de ese contraste cuando observamos que nuestra tierra no sólo resulta incapaz de segregar ese sentimiento de horror y hostilidad a «lo extranjero» sino que más bien tiende por su naturaleza generosa e hidalga a la xenofilia, es decir a la afición por «lo extranjero», a extremar su maneras acogedoras y corteses con los extraños.

¿ Es ésta una virtud nacional ? Dicen que si lo es ; y no seré yo quien lo discuta.

Pero, dicho sea entre nosotros, ¿ es que en razón de plantearse así los hechos se encuentra ausente de las maneras y modos españoles, del estilo social español, ese fondo de engreimiento, de jactancia, de reto, de odio a lo extraño, que constituye la base del sentimiento xenófobo ?

¿ Es que en España no existe la equivalencia de lo que en Francia por ejemplo representa el sentimiento de la xenofobia ?

Sigamos divagando, os lo ruego.

Por poco que ahondemos en la observación o en el análisis pronto captaremos en nuestro medio nacional esas mismas manifestaciones que caracterizan a la xenofobia.

Solo que entre nosotros no puede tomar el mismo nombre puesto que resultaría diametralmente impropio.

¿ Como se manifiesta, pues, aquí ese sentimiento de prevención, de hostilidad y de horror que en otros países escoge para víctima a «lo extranjero» ?

Tomemos un tranvía ; salgamos al fumador de una sala de espectáculos ; sentémonos en un café público.

Observemos un poco la expresión, la apostura, de aquellos españoles que, en medio de la afluencia se encuentren sin compañía, concentrados en su propia naturaleza, sin una mujer con quien ilusionarse o sin un amigo con quien cambiar conver-

sación. Observemos a esas unidades humanas que reflejan su íntima y obscura idiosincrasia. Examinemos su aire, su continente, la expresión de sus miradas. Ese continente que observaremos en cualquiera reunión de españoles colocados bajo el signo de la serenidad, no será la actitud fría y algo ausente del inglés, ni la incontenible expresión comunicativa y ligera del italiano; ni la cortesía digna aunque un poco blandengue y maquinal del francés.

Esos españoles os revelarán una inconfundible palpación de jactancia, de propia estimación, de hostilidad y de reto a cuanto les rodea. Os darán la sensación del hombre que presiente a un enemigo más o menos remoto o imaginario. Y cuanto más se recorte en el ente español — por su expresión, por su apostura — esa línea indefinible pero tan auténtica de la «hidalguía» mayor será el subrayado de su orgullo y de su aire enemistado.

En España, cuando conocemos a un extranjero solemos preguntar-le :

— ¿Cuándo ha llegado?

En cambio, cuando nos encontramos con un viejo conocido — ¿qué digo conocido? — con un amigo, con un pariente, le preguntamos de la manera más natural :

— ¿Cuándo te vés?

Esto mismo me ha ocurrido a mí centenares de veces; y dada mi insignificancia y mi natural dulce y humilde no creo constituir excepción entre veintitantos millones de españoles.

La equivalencia efectiva de la xenofobia no es, pues, un mito en nuestra tierra.

Yo creo que el español, en sus relaciones con «lo español» y con los españoles, padece, no sé porqué ni desde cuando, un eclipse parcial de la hidalguía.

Mi querido país — querido a pesar de todo y más que nada por sus magníficos defectos — ha tenido que encerrarse en la hermética marmita de sus fronteras metropolitanas. Nuestro genio de presa y de pendencia, nuestra calidad de «enemigos natos de cualquiera cosa que sea» ya no ofrece otro campo de actividades que el propio terruño solariego.

Las circunstancias nos obligan a ser transigentes y comedidos. Pero, ¡ con que esfuerzo! ¡ con que ahogos de jactancia y de furias combativas! ¡ con qué venenos de calladas hostilidades!

Somos un pueblo pendenciero, retador, agresivo y es lógico que cuando ya no podemos pelear en Flandres, en América o en el Milanesado, ni siquiera en Marruecos, nos dediquemos a pelearnos o a enemistarnos con los que convivimos forzosamente en el seno nacional.

Hay que reconocer que la irritación del noble orgullo castellano tiene motivos más que suficientes. La calidad hidalga y caballeresca del español sufre tremendas humillaciones en estos tiempos positivistas y vulgares.

Este español que se estaría recorriendo el heroico camino de los cruzados se vé constreñido a vender calcetines o a medir varas de tela detrás de un mostrador; aquel que iría, o ya volvería de Las Navas o de Lepanto no puede conocer otras querellas que las que pueden depararle sus altercados en el café frente a su grupito de conter-

tulios, o en las contiendas electorales frente a los que, como él, también pretendan sacrificarse por la patria ; aquel otro que estaria eslabonando un largo rosario de hazañas ultramarinas dignas de los fantásticos protagonistas de los libros de caballerias no tiene otro remedio que soplar telegramas sobre la mesa de una redacción o hacer largas sumas en cualquier casa de Banca.

España contra España, he aqui nuestra màs palpitante realidad.

Y el daño es viejo. Donde, sino en España, hay añejos aforismos que dicen asi :

«No hay peor cuña que la de la misma madera». «El peor enemigo es el de tu oficio».

Por todo ello y por muchas màs razones que ni quiero ni sabría expresarlas colijo que nuestra «xenofobia», si bien no existe en cuanto a la letra, no deja de existir, por desgracia, en cuanto al espíritu.

Y que su degeneración, o metamórfosis, se concreta a lo siguiente :

A hostilizar, como extranjero y como extraño, todo lo que dentro de nuestro propio seno nacional nos hace concebir sospechas de que le somos inferiores.

Madrid, en Mayo del 34.

GASCÓ.



O criminoso: estudo da sua morfologia e seu psiquismo

A evolução das concepções que estabelecem a relação entre a estrutura somática do homem e o seu psiquismo faz reviver a noção clássica do tipo criminal de Lombroso, e foi sobretudo o notável neuro-psiquiatra Kretschmer, professor de clínica de Tubinge, quem mais recentemente veio agitar o problema da correlação do fundo constitucional com o temperamento e o carácter, através da sua magnífica obra *Karperbau und charakter-untersuchungen zum Konstitutions problem und zur lehre von den temperamenten*.

O antigo conceito do temperamento sanguíneo, colérico, com «bile negra», etc. representa já uma «étape» na evolução desta ideia e uma orientação bem diferente da que muitos psiquiatras procuravam imprimir, pois já nos fazia prever que o carácter e o temperamento não resultam exclusivamente da função psíquica, mas sim dum complexo de maior amplitude.

Admiradores da obra do insigne mestre de Tubinge e convencidos da importância do factor constitucional no domínio da patologia, sobretudo no campo da psiquiatria, tentaremos passar uma revisão às possíveis relações existentes entre o homem criminoso e a sua constituição, capítulo da criminologia que, na nossa opinião, é extraordinariamente importante.

O grande professor de Turim, Lombroso, descreveu na sua obra o *Homo deliquens*, baseado num vastíssimo material em que estudou a personalidade física e mental do criminoso, considerando que o delinçente é em regra um tipo regressivo, que sofreu os efeitos da degenerescência.¹

¹ O conceito de degenerescência — «entartung» de Moebins — tem sido alvo de calorosa discussão, seguindo nós a definição de Martius que a considera como «o desvio constitucional na espécie».

Reagiremos contra certos detractores da doutrina de Lombroso, que se insurgem contra o «delinquente nato» que o próprio mestre aponta para 40 % dos casos, e evitaremos também cair no exagerado optimismo de Rousseau que vê o homem ao nascer como um exemplo de bons sentimentos, com tendência para o bem, admitindo que só no contacto com o meio é que reside a causa do crime.

Quando alguns criminalologistas afirmam que «a ocasião faz o ladrão», Lombroso declara que «é a ocasião que faz o ladrão roubar», resposta bem evidente à falta de sinceridade dos que cegamente atacam a intervenção do factor constitucional na génese do crime, e na nossa opinião é dêsses sêres atingidos pela degenerescência, elementos com franca inferioridade física e mental, caminhando vacilantes pela acidentada estrada da Vida, que se destaca a numerosa falange que vai ingressar nas fileiras do *homo deliquens* de Lombroso.

Em exames de delinquentes por nós realizados na Clínica Psiquiátrica da Faculdade de Medicina de Lisboa, sob a sábia orientação do nosso estimado amigo Professor Sobral Cid, e em reclusos das cadeias, encontrámos, com a mais alta frequência, sinais de degenerescência, que rubricámos de característicos do «tipo displástico», seguindo a nomenclatura de Kretschmer. Os sinais de estigmatização displástica são variados, encontrando-se desvios morfológicos que clinicamente diagnosticámos de perturbação funcional de determinadas glândulas — as de secreção interna —, que tão grande importância têm na constituição humoral e somática do organismo.

As investigações realizadas em Itália por N. Pende, o criador da bio-tipologia, veem estabelecer as íntimas relações entre a psicologia do criminoso e o seu equilíbrio, que é produto da actividade funcional das referidas glândulas, verificando-se que em certos delinquentes, sobretudo nos passionais e impulsivos, há estigmas somáticos e psíquicos, relacionados com o estado de hiper-actividade de determinadas glândulas, que impressionou tão profundamente o psiquiatra siciliano Lugaro, que chegou a propor a extirpação parcial dêsse órgão glandular, como tratamento dos criminosos.

Os trabalhos de Morris no Instituto Anatómico de Westvirginia, Max-Schlapp, Berman e tantos outros veem confirmar estas considerações, no que respeita à existência dum «substratum» responsável pelo desvio do «soma» e da «psique» do homem criminoso.

Como será possível que um displástico, que sofreu as conseqüências do profundo desvio na sua evolução, atingido inevitavelmente o seu sistema nervoso, sobretudo os centros superiores cuja diferenciação é mais delicada e por êsse motivo mais tardia, albergue sentimentos generosos? Bastará recordar o caso de Jakob, em que o exame dos centros encefálicos dum criminoso sanguíneo revelou a estrutura anárquica dos elementos, ao lado de outras manifestações morfológicas do tipo displástico.

Definida a nossa posição, como defensores da moderna concepção constitucionista, seria contudo dum impertinente facciosismo excluir a acção do meio na génese do crime, factor que, pelo exagêro de muitos, é o único elemento a considerar.

Como poderá o homem que vive num ambiente de fome e de baixo nível moral, manancial riquíssimo de estímulos de corrupção, albergar na sua personalidade ideas nobres e humanitárias?

Esse indivíduo, mantido em ambiente que o asfixia, atormentado pela fome, com as suas energias esgotadas, dificilmente poderá fazer a «sublimação» de certas tendências nocivas, despertadas num tenebroso caudal de pensamentos, em que as operações mentais o levam à violência e ao crime, muitas vezes como vingança da sociedade que o despreza.

Mas perguntamos : ¿ o acto do criminoso resulta unicamente da reacção consciente contra o meio, ou depende do despertar de forças psicológicas latentes, que estavam armazenadas no seu espírito, interiorizadas no seu subconsciente, e que aguardavam a oportunidade para sofrerem a exteriorização ?

Se passarmos em revista as modernas aquisições sobre o conhecimento do subconsciente, em grande parte devidas ao esforço de Freud criando o método psicanalítico, verificamos que o «diafragma simbólico» que deveria separar o consciente do subconsciente não é fixo nem impermeável (Myers), encontrando-se essas duas camadas em permanente colaboração, à qual a actividade psicológica vai buscar o seu dinamismo.

E então surge-nos a seguinte objecção : o tenebroso caudal de pensamento que leva o homem ao crime não será resultado da exaltação funcional do seu subconsciente, por predomínio congénito ou pela depressão do consciente, motivada pela debilidade dos centros psíquicos mais elevados, e que exigem, como dissemos anteriormente, uma diferenciação mais completa ?

Os indivíduos nessas condições viverão assim em estado de «dissociação dos dois segmentos fundamentais da alma», com acentuada diminuição do poder de auto-domínio, em que as suas imagens serão duma notável instabilidade e inundadas pelas paixões, vivendo numa «penumbra de consciência continuamente mantida pelo predomínio do subconsciente».

Yung na sua obra ¹ mostra claramente a influência do subconsciente nos actos da vida, recordando nós a opinião de Pende, que, a seguir, transcrevemos : — «está demonstrado que o Eu e a vontade do Homem são com mais frequência agentes subconscientes que conscientes, tanto nas boas como nas torpes acções da vida, e coordenadas senão subordinadas a condições e mecanismos somáticos individuais, fixados pela constituição.»

Vemos, pois, que os instintos de egoísmo, agressão, etc. são contínua e persistentemente reforçados pelo deficiente poder de *contrôle* dos centros superiores, e de difícil *sublimação* pela insuficiência mental, e, na nossa opinião, é neste ponto que residem as condições essenciais e necessárias para a criação do criminoso.

Exposta a nossa maneira de pensar sobre a génese do crime, e orientados pelo conceito da medicina personalista e constitucional, entendemos que é pela valorização da individualidade que deve ser orientada a resolução de tão grave problema social, seguindo a direcção ortogenética-constitucionalista com simultânea melhoria das condições económicas.

¹ *L'inconscient dans la vie psychique normal et anormale* — trad. francesa, Payot.

Em relação ao desinterêsse, a que infelizmente tem sido votado êste magno problema, recordaremos as palavras de Bugallo Sanchez quando diz que tal attitude «es laborar por la destruccion de la sociedad, es un anarquismo passivo mucho más cruel y aterrador, que el que predicán los apóstoles de la dinamita, que sueñan sangrientas reivindicaciones y, extraviados en su amor a la humanidad, intentan hacerla feliz, destruyéndola.»

BARREIROS SANTOS



**Êste número foi visado
pela Comissão de Censura**

VIDA DESPORTIVA

A educação física e desportiva perante o movimento social dos povos

III

O século XIX — o século da Ciência, da Técnica, do Trabalho — século de novos valores culturais ao qual a burguesia liberal deve a sua riqueza, vê reviver a educação física, num movimento lento, mas contínuo, que se estende por quasi tôda a Europa. Se conhecemos que as transformações profundas da vida social durante aquele século foram devidas, sobretudo, às conquistas da ciência e ao desenvolvimento da técnica, aperfeiçoando e impulsionando todos os ramos de actividade humana, temos de aceitar que essa transformação provocou a necessidade de se tratar do corpo ao mesmo tempo que se trata do espírito. «*Mens sana in corpore sano*».

As Universidades laicas dos fins do século XVIII e princípios do XIX transformaram o ensino, derogando os velhos humanismos de que estava eivado o ensino religioso, protestante, católico e ortodoxo, que então imperava nas escolas da Europa. A resistência oferecida a essa transformação, por parte das classes dominantes, foi violenta. O próprio parlamento inglês não foge a esta regra, quando o povo, em 1832, inicia o movimento a favor do ensino laico obrigatório; um dos seus Lords, disse: «Se o meu cavalo soubesse tanto como eu, não gostaria de ser cavaleiro».

A-pesar-de tão violenta opposição, a juventude, sofrendo embora a influênciã dos velhos sistemas educativos, propõe-se seguir o sentido das profissões técnicas e liberais, lança-se abertamente nas novas correntes científicas, cria a necessidade de se procurarem novos métodos de pedagogia.

As novas concepções pedagógicas não incidiram somente sobre os métodos de ensino universitário; o ensino e a educação das crianças teve também o seu renova-dor; Pestalozzi, célebre pedagogo suíço, dedicou-lhes o melhor do seu esforço.

Trava-se então a luta sem tréguas entre a burguesia liberal e as Igrejas confessionais sobre o terreno do ensino. Aquela, apoiada pelos cientistas da época e pelos seus filósofos, vai-se apoderando do poder político, estas, apoiadas embora na indis-

cutibilidade dos seus dogmas, vão adaptando o seu ensino às novas tendências da juventude, em benefício da manutenção do seu poder temporal. Já os filósofos do século XVII, Bacon e Descartes, tinham começado essa luta, substituindo os métodos de autoridade, os erros, as superstições que falsearam a ciência ou detiveram os seus progressos na Idade Média, pelos métodos de observação e da razão. Bayle e Fontenelle foram os precursores do espírito filosófico do século seguinte, factor do progresso das gerações que a seguir impulsionaram a actividade inteligente do homem na criação de novos organismos sociais.

Os humanistas e os pedagogos do século XVIII dão os primeiros passos para o renascimento da Educação Física e Desportiva. Os do século XIX fazem-na prosperar ao lado das conquistas da ciência e das realizações político-sociais. Nas duas primeiras décadas do século actual atinge tal função social que passa a ser contada entre as actividades das nações civilizadas.

Transcrevo aqui o que, a propósito, o illustre director desta revista escreveu no n.º 1 dos seus cadernos, sob o título *Nova Renascença* ou *Nova Idade Média*? no capítulo 8 — «As ruínas do passado e as aquisições do presente»: «Livre da tortura do espartilho racionalista, o homem procurou afirmar a sua personalidade real, ser sincero para consigo mesmo, considerar a existência não apenas como uma seqüência ininterrupta de sacrificios, exigidos tantas vezes por uma noção absurda do dever, mas sim como um motivo de alegria. Ao primeiro terror, determinado pela derrocada dum velho sistema, sucedeu, pois, no homem um sentimento de alívio. Impetuosamente a vida reclamava os seus direitos, e, como consequência, renascia o culto pagão pelo exercício físico, que torna os homens fortes e sadios. O corpo deixou de ser para os mortais o mísero suporte duma vontade criminosa, sempre inclinada ao pecado por apetências inconfessáveis, para passar a ser o magnífico centro irradiante do pensamento e da acção. *Mens sana in corpore sano*. Na alegria da sua redescoberta, o homem tratou de acrescentar ao trabalho remunerado de que vive o trabalho gratuito de que extrai alegria. Os desportos fizeram nascer nas classes populares uma aristocracia *sui generis*. Os próprios exageros de certas práticas, *verbi gratia*, os do nudismo, têm realmente certa significação filosófica, porquanto representam o último avanço no caminho da libertação do corpo, escravizado no transcurso de tantos séculos.»

*

O desenvolvimento da técnica e da ciência, o estabelecimento de novas leis económicas, as transformações político-sociais impostas pela burguesia liberal, fazem caminhar resolutamente a Europa para a sua industrialização.

As novas concepções positivistas abraçadas com entusiasmo pelos povos de religião protestante, de dogmas menos rígidos que os católicos, Grã-Bretanha, que tomou a cabeça, Alemanha (norte e centro), Países Escandinavos, Holanda e Suíça, tornaram possível a grande industrialização destes países, que lhe trouxe: a riqueza para a burguesia, a prosperidade para a classe média, um relativo bem-estar para os operários — benefícios de que gozaram bastante tempo —; e proporcionaram o desenvolvimento progressivo de outros povos que, por motivos de ordem política e re-

lígiosa, não puderam, desde logo, usufruir os benefícios da ciência. Os povos onde predominou por muitos anos ainda o ensino sob a influência da religião católica, Áustria-Hungria, Polónia, Itália (norte), Alemanha (sul), Bélgica e França, só muito mais tarde puderam industrializar-se, embora os seus sábios, através as escolas laicas, tivessem já pôsto os seus recursos científicos à disposição da burguesia e do povo. Os países balcânicos e a Rússia, sob a influência dos padres ortodoxos que os dominavam política e religiosamente, só no século XX conheceram os progressos científicos do século anterior. Com efeito, durante todo o século XIX, por motivos sociais e religiosos, a Europa não industrializada, Portugal, Espanha, Itália (centro e sul), Estado Livre da Irlanda, Balcans e Rússia, encontrou-se à margem do movimento social-económico da época, os seus camponeses permaneceram nas trevas agarrados à charrua vivendo a vida mais anti-higiénica que é possível, modificada à custa de muitos sacrifícios. No Ocidente, burgueses — comerciantes, industriais e agricultores — procuram aumentar os seus bens de fortuna com o aumento de rendimentos das suas empresas; no Oriente, a aristocracia proprietária da terra, fiel às tradições feudais, persiste em fazer fortuna na exploração, não da terra, mas dos homens: os primeiros dominados por uma preocupação económica; os segundos por uma tradição política.

A Educação Física e Desportiva representou um papel importantíssimo na grande industrialização da Europa.

Os pedagogos do século XIX não preconizaram, somente, o equilíbrio entre a educação intelectual, moral e física da juventude; aperfeiçoaram os métodos de higiene social a que deviam sujeitar-se as grandes massas operárias lançadas nas novas profissões técnicas.

Os novos operários necessários às regiões industrializadas foram recrutados entre os homens do campo, habituados à charrua e à enxada que, para se adaptarem às modernas profissões, tiveram de sofrer a aprendizagem do manejo de máquinas e ferramentas de precisão, para êles inteiramente desconhecidas. Desenvolvidas as suas faculdades de agilidade e raciocínio pela educação física e intelectual, êsses operários puderam mais facilmente adaptar-se aos mesteres de maiores cuidados técnicos e especialização.

Assim, a Educação Física e Desportiva, firmando o seu logar ao lado de tôdas as manifestações intelectuais e técnicas da vida contemporânea, segue a passo e passo os movimentos progressivos dos países da Europa: os do Ocidente asseguraram-lhe o desenvolvimento; os do Oriente procuram abrir-lhe caminho.

E tais benefícios de ordem fisiológica e psicológica foram reconhecidos à Educação Física que nos países mais progressivos se criaram escolas e cadeiras universitárias desta especialidade educativa.

Os Estados enriquecidos, as empresas industriais prósperas realizaram obras de higiene social de grande alcance, como:

Construção de bairros operários — fixação do operário e sua família na zona de influência das respectivas empresas;

Construção de parques infantis, crèches, etc. — utilização do trabalho das mulheres;

Criação de clubes de divertimento e construção de campos de jogos desportivos — desvio das massas operárias das suas organizações sindicais.

Se, de facto, êste sistema de organização burguesa servia os seus interesses, temos de reconhecer, no entanto, que os operários viram as suas condições sociais muito melhoradas, enquanto durou a prosperidade daquela classe dominante. Os aumentos de salários do proletariado, o bem-estar da classe média, a riqueza da burguesia antes da primeira grande crise do século XX, foram factores importantes no desenvolvimento da educação física e desportiva por iniciativa particular: organização de clubes de desporto, construção de campos de jogos, ginásios, piscinas, etc., nos grandes centros industriais e de cultura. A independência material conduz necessariamente à independência política.

Os países que têm a agricultura como base da sua actividade económica, sofrendo por isso os defeitos duma cultura intelectual bastante atrasada, marcham, infelizmente, na cauda do movimento desportivo. Os Bálcans têm uma actividade quasi nula; a Espanha realizou progressos na sua zona industrializada, províncias bascas, Catalunha, Vascongadas, mas o resto do país pouco tem adiantado; a Itália também só nos fornece avanços reais na sua zona industrializada do norte, Turim, Milão e Bolonha como principais centros. Em Portugal, os pequenos centros de irradiação desportiva, Lisboa e Porto, organizados na época da prosperidade efectiva, devem-se à iniciativa particular da classe média e operária. Êstes centros encontram-se hoje em manifesto declínio, quer pelo abaixamento das possibilidades materiais dos que os sustentavam, quer pela materialização a que se tornou apto o meio. A própria plutocracia, nas mãos da qual caíram tôdas as actividades produtivas da nação, não tem realizado obras de hygiene social, em benefício das classes desprotegidas, ao contrário da burguesia liberal.

Foi a grande crise da segunda década do século actual que, assolando o Mundo, veio, como se sabe, influenciar poderosamente as condições sociais, materiais e morais da classe operária e da classe média, quasi proletarizando esta. A absorpção dos interesses da segunda pelo capitalismo, a falta de trabalho e de salários compensadores da primeira e o aumento do custo da vida trouxeram o abaixamento do nível da vida, de ambas, quasi o reduzindo a zero. Como consequência imediata, a alimentação deficiente, as casas sem hygiene e a falta de conforto. Todos êstes factores tornam impraticável a educação física e desportiva em boas condições.

Em todos os ramos de actividade humana se sentem os efeitos da civilização burguesa contemporânea; alguns de eficiência incontestada, mas, no que se refere a assistência social, essa eficiência foi bastante medíocre. Por tôda a Europa Ocidental industrializada, o desenvolvimento da indústria pela utilização da máquina engendrou uma burguesia de negócios, activa, empreendedora, cultivada e rica, que se lançou na disputa do poder político à aristocracia proprietária da terra e quasi a venceu por tôda a parte; na Europa Oriental, à autocracia da terra, ansiosa por limitar a instru-

ção das massas, sucedeu a democracia rural que reclamava àvidamente escolas. Assim, a burguesia do século XIX, conquistando o poder apoiada nos meios de produção e distribuição, apoderou-se também de tôdas as actividades que as liberdades individuais conseguiram esforçadamente criar. Essa mesma burguesia, contribuindo directa e indirectamente para o desenvolvimento físico e desportivo das massas, quer nas escolas, quer nos aglomerados industriais, tirou dessa educação o máximo proveito, mas, criou-lhe as necessidades, que depois não quis satisfazer dando-lhes os organismos de assistência social, precisos à finalidade da sua função humanitária. E é, por isso, que a juventude de hoje procura integrar-se em todos os movimentos que possam vir a satisfazer os seus desejos.

As Igrejas confessionais, sobretudo a católica e a protestante, que até aqui consideraram os jogos desportivos como reminiscências do paganismo, contrários à assiduidade religiosa da juventude, procuram hoje encaminhar aquela na prática do desporto, sob fórmulas de ordem subjectiva. Possuem já ginásios, campos de jogos, clubes e a grande organização dos boys e girls-scouts.

Os próprios governos de Mussolini e Hitler procuram orientar a educação desportiva da juventude em moldes diferentes dos seguidos pela burguesia liberal, pois, embora as características possam parecer semelhantes, a finalidade a atingir difere.

Ora, o que se torna necessário tomar em consideração são os verdadeiros ideais desportivos, que, sob o ponto de vista fisiológico ou psicológico, são absolutamente contrários a tôdas as manifestações que não exteriorizem saúde e alegria. E a juventude de hoje, a quem incumbe ser precursora da ideologia democrática do desporto, como um dos factores essenciais à Paz e ao aperfeiçoamento da Humanidade, continuará tirando dela a saúde do espírito.

PLÁCIDO DE SOUSA.



Os nossos mortos

BRITO CAMACHO

Acabam a Pátria e a República de sofrer um duro golpe com a morte de Brito Camacho. Poucos terão amado tanto a sua terra e poucos terão servido com mais lealdade a República do que o ilustre homem público cujo passamento tão chorado foi pela família democrata do nosso país.

Republicano desde os bancos da escola, batalhador incansável dos mais altos ideais de humanidade, escritor de lusa têmpera que pôs a sua privilegiada pena, umas vezes ao serviço da causa dos humildes, outras vezes à mercê do seu talento creador que legou à literatura nacional algumas das suas melhores páginas, Brito Camacho, marcou na sociedade portuguesa do seu tempo de fogo propagandista e nos tempos de hoje um lugar difícil de preencher.

Recordar a vida de Brito Camacho equivale a passar em revista as épocas ardorosas do combate à reacção monárquica em que a República galvanizando a consciência popular conseguiu transformar-se numa consoladora realidade.

Relembrar o que foram essas horas de profundo idealismo é a melhor homenagem a prestar a Brito Camacho, cujo falecimento foi bem sentido por quantos trabalham nesta revista, reducto dos mesmos princípios que nortearam tôda a vida do grande escritor e do grande republicano.

À família enlutada a *Vida Contemporânea* apresenta a expressão do seu sentido pezar.

ANTÓNIO BANA

António Bana que a Morte arrebatou foi um republicano dos mais sinceros e honrados que, nas lutas pela Democracia, soube sempre manter uma rígida linha de conduta. Pertenceu a uma devotada geração de cidadãos que tiveram um único propósito na sua vida: derrubar a monarquia e erguer sob os seus escombros a República que se apoderara já de todas as inteligências e de todos os corações sinceros.

Vida Contemporânea, apresenta os seus pezames a toda a família de António Bana e abraça comovidamente seu filho Dr. Carlos Bana, nosso ilustre colaborador.

Para pessoas
de categoria,
só um carro
de categoria:



Concessionário para Portugal
DINIZ M. D'ALMEIDA
Avenida da Liberdade, 216
LISBOA

Adega dos Autênticos

Pratos regionais

PREÇOS ECONÓMICOS

Vinhos regionais especialmente
Dão Verde, Carvoeira

71, Rua do Crucifixo, 73
TELEFONE 2 8372
— LISBOA —

Vinhos autênticos de Portugal, L.^{da}

Armazens e adegas:
FOZ DA CARVOEIRA (ERICEIRA)
TELEFONE 24

Vinhos e seus derivados:
Em cascos, barris,
garrações e garrafas

Escritório em Lisboa:
Rua do Crucifixo, 69
TELEFONE 2 8372

COMPANHIA DO PAPEL DO PRADO

S. A. R. L.

Proprietária das Fábricas do Papel do Prado e Marianaia (Tomar),
Penedo e Casal Ermio (Louzã), Vale Maior (Albergaria a Velha)

Premiada em todas as Exposições a que tem concorrido :

MEDALHAS DE OURO — EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE PARIS DE 1900,
UNIVERSAL DOS E. U. DO BRAZIL DE 1908 e INDUSTRIAL PORTUGUEZA DE 1929

Execução rápida de papeis em todos os géneros

tendo sempre em armazem papeis para todas as applicações

Especialidade em papeis de máquina

contínua, de escrever, impressão, ma-

nilhas, afiches e imitação de «Couché»;

Papel de côr para capas; Papeis de

embrulho; Papel Kraft; Vegetal; Pa-

pelão palha; Papeis de máquina redon-

da, almagos, Leornes, mezenas, etc.

À venda em todos os estabelecimentos

de papelaria e armazens

Escritório e Depósito: SÉDE

Rua dos Fanqueiros, 270 a 278, 2.º

LISBOA

49, Rua Passos Manuel, 51

PORTO

Telefones

DIRECCÃO 2 3623

ESCRITÓRIO 2 2331

ARMAZEM 2 2332

DO ESTADO 188

SANTOS BRITO, L. DA

TELE } FONE 2 5988
 } GRAMAS : SANBRITOS - LISBOA

MATERIAL
ELECTRICO
COMISSÕES E
CONSIGNAÇÕES

*

RUA DO ARCO DO BANDEIRA, 5, 3.º

Antonio Maria Pires

CORRETOR OFICIAL

FUNDOS PÚBLICOS E PARTICULARES
MERCADORIAS E SUAS OPERAÇÕES

Informa sobre assuntos
do seu officio

Recebe ordens da Provincia

Telegramas — CORRETAGEM

TELEFONES } 2 4151
 } 60 do Estado

R. do Comercio, 83
LISBOA

MANUEL MARIA BANDEIRA

DESPACHANTE OFICIAL

Encarrega-se de todos os despachos
de importação,
reexportação, exportação, etc.

DESPACHANTE
DOS PRINCIPAIS BANCOS
DE LISBOA

TELEFONE 2 0509
Alfândega de Lisboa

CAFÉ RESTAURANTE CAMPO GRANDE

TELEFONE 131

Grande sala para banquetes
e pequenas salas privativas

— ABERTO TÔDA A NOITE —

FIBRO-CIMENTO NACIONAL

"LUSALITE"

Tubos de 50 a 400^{mm} de diâmetro interior
resistência até 25 quilos por cm²

Chapas onduladas para telhados

Chapas lisas para divisórias, tectos, etc.

Agentes gerais

Corporação Portuguesa Mercantil, Limitada

— RUA DO ALECRIM, 10 — TELEF. 2 3948 e 2 8941 —

L I S B O A

Mario Gastão Ferreira

CORRETOR OFICIAL

Fundos públicos e particulares
Mercadorias e suas operações

Aceita ordens de Bolsa

TELEFONES } 24151
60 do Estado

R. do Comercio, 83
LISBOA

BICICLETAS

ELGIN, THOMANN
RALEIGH

Para homem, senhora e criança

ACESSÓRIOS

PNEUS MICHELIN

VENDAS A PRESTAÇÕES

ARMANDO CRESPO & C.^A

118, Rua do Crucifixo, 124
TELEF. 2 7027 LISBOA

PROPRIEDADES

COMPRA E VENDA

EMPRÉSTIMOS HIPOTECÁRIOS

Nas melhores condições

Teixeira & Albuquerque L.^{DA}

91, RUA AUGUSTA, 95 — LISBOA

Telefone: P. B. X. - 2 9009 — 2 9010

Companhias Reunidas

GAZ E ELECTRICIDADE

APLICAÇÕES INDUSTRIAIS DO GAZ

Fornos para recozer

Fornos para temperar

Fornos para galvanizar

Orçamentos e montagens

RUA DA BOA VISTA, 31

Telef. 2 0011

LISBOA

Casa Frazão

Esta casa é a que apresenta sempre os artigos de maior novidade para senhoras. Preços sem receio de concorrência

Rua Augusta, 259 a 265
LISBOA

COMPANHIA DE SEGUROS

“TAGUS”

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

FUNDADA EM 1877

CAPITAL SOCIAL ESC. 1:200.000\$00 — CAPITAL EMITIDO E PAGO ESC. 500.000\$00
FUNDOS DE RESERVA ESC. 3:700.000\$00

SEDE NO SEU PRÉDIO
48 Rua do Comércio-56-LISBOA

Telefone 2.2183

End. teleg. SEGUTAGUS — LISBOA

Efectua : SEGUROS TERRESTRES, MARI-TIMOS, AGRICOLAS, VIDA (em diversas modalidades), POSTAIS, GRÉVES, E TUMULTOS, etc.

Aos melhores prémios

Seguros em libras esterlinas e noutras moedas

Agentes e correspondentes nas principais terras do Continente, MADEIRA, AÇORES E ULTRAMAR

SOCIEDADE
RIBADOURO, L.^{DA}

Vinhos e Azeites

DEPOSITÁRIA DA CERVEJA
“Portugália”

TELEFONE 3181 N

Cod. A. B. C. 5.^a Edição

Avenida da Liberdade, 155
Rua do Salitre, 2 a 12
LISBOA

CENTRO DE NUMISMÁTICA

— ALMEIDA, L.^{DA} —

CAMBISTAS

COMPRAM E VENDEM Moedas e Notas de Banco Estrangeiras
Títulos e Coupons Nacionais e Estrangeiros — Moedas para coleção

Tel. 2 2076

52, R. do Ouro, 54

LISBOA

BARROS & SANTOS

70, RUA DO CARMO, 70

Gabardines e impermeáveis para homens, senhoras e crianças
Galochas e chapéus de chuva

Impermeáveis double-face, para rapaz.	90\$00
Impermeáveis em crêpe satin, para senhora. . .	150\$00
Gabardines com forro desmontável, para rapaz	95\$00

O maior sortido do país em artigos para inverno

Peluches, veludos, sedas, lanifícios
Camisas para homem e rapaz, pyjamas de flanela: Malhas de lã

ÚLTIMOS MODELOS

Florindo & Florindo

Capas e casacos. Polainas, galochas e botas de borracha. Escovas e cintos. Estojos couvrepieds. Sacos. Todos os artigos de viagem. Tapetes em todos os tamanhos e qualidades. Toalhas e oleados para mesa, chão e diferentes usos

Especialidade em artigos de peles para senhora

MALAS E PELES

190, 192 — RUA AUGUSTA — 194, 196
Telef. 2 6807 — LISBOA

ANTONIO CASANOVAS AUGUSTINE

CORRETOR OFICIAL

Fundos publicos e particulares

Mercadorias e suas operações
Aceita ordens de Bolsa

Telefones } 2 7324
 } 54 ESTADO

R. da Conceição, 133

PAVILHÃO PORTUGUÊS

PARQUE
MAYER

Cinema Sonoro
e
Variedades

AO AR LIVRE POR

1\$60

Com entrada
livre no
Parque e Pavilhão

Tôdas as noites

Programas novos

O recinto mais
elegante do
PARQUE
MAYER



O local mais aprazível de Lisboa

CASA HAVANEZA

FUNDADA EM 1861

O maior estabelecimento do género da Península

AGENTES EXCLUSIVOS
DOS
CHARUTOS «MÉLIOR»
MELHORES QUE OS HAVANOS

34 marcas diferentes
desde 55 centavos a 4\$00
dos conhecidos cigarros JORRO
Da COMPANHIA NACIONAL DE FUMOS
«VEADO»

ÚNICOS IMPORTADORES
Dos afamados papeis de fumar
ZIG-ZAG

Os melhores do mundo
Double, Simple, Ramsés, Alcatrão gomado
e sem goma, Ambreado, Ponta dourada,
Goudrn, Dernières cartouches e Zuavo
Tubos de papel ZIG-ZAG,
branco e alcatrão em caixas de 100

24 — LARGO DO CHIADO — 25

End. Tel. HAVANEZA

Apartado do correio n.º 303

Tel. 20340

LISBOA

ADMIRE

ESTES
DENTES!



São tratados com a

PASTA BENAMÔR



CUSTA APENAS 3\$00

A que tem maior percentagem de elementos activos. Basta uma pequena porção para a perfeita limpeza e conservação dos dentes.

A mais poderosamente antiséptica.
A mais económica

Empreza da Fiação e Tecidos de Bemfica

S. A. R. L.

Fabricas de fiação — Tecidos e malhas de algodão

Av. Barjona de Freitas — LISBOA

TELEFONE } Bemfica | 320
 } P. B. X. | 321

Garagem Grandela

Serviço de mudanças feito
com cuidado e confiança

Consultar sempre os nossos preços
— pelo Telefone N. 1949 —

Serviço de camionagem
para todo o país

Regularidade e segurança

Rua Tomaz Ribeiro, 83
LISBOA TEL. N. 1949

MANNHEIMER V. G.

Antes de fazer os seus seguros
peça as nossas condições

▼
A economia obtida
compensar-lhe-á
o tempo que despendeu
com a sua consulta

▼
Largo Barão de Quintela, 11, 2.º
Telefones 2 3533 e 2 4464

— LISBOA —

SAPATARIA CONTENTE L.^{DA}

Calçado de grande luxo — Calçado de praia
— Calçado de sport —

Rua do Carmo, 74 — Tel. 24871
Av. da Liberdade, 120 — Tel. 24872

SONAP

Gazolina

Petróleo

F
I
L
T
R
A
D
A



Gazoil

Fuel Oil

SOCIEDADE NACIONAL
DE PETRÓLEOS

TELEFONES { 2 5521
 { 2 5531

Rua do Terreiro do Trigo, 52, 2.º

— LISBOA —

ABEL L. MARTINS L.^{DA}

IMPORTAÇÃO — EXPORTAÇÃO —
COMÉRCIO GERAL

Rua da Assunção, 99, 2.^o

Telegrama: MARTIBEL

Telefone 25477



Gomes
Do Porto, L.^{DA}

COMPRAM E VENDEM

MÁQUINAS E FERRAMENTAS

MOTORES a gás pobre, a gasolina e eléctricos.
TUBOS de ferro fundido boca cordão de 7",
em ferro preto e aço de 2" a 8".
VIGAS U e I de 100, 200 e 300 m/m.
SUCATAS diversas.

Não devem comprar nem ven-
der sem consultar a nossa casa

29 — RUA FRADESSO DA SILVEIRA — 35
(Alcântara)

Rampa dos Marinheiros G. P.
(à doca de Alcântara)

LISBOA

José Casimiro Serrão Franco

CORRETOR OFICIAL

Fundos públicos e particulares

Mercadorias e suas operações. Aceita ordens de Bôlsa

Telefones 2 5882
72 ESTADO

112, Rua de S. Julião, 114

António de Souza Vinagre

CORRETOR OFICIAL
DA BÔLSA DE MERCADORIAS DE LISBOA

Recebe ordens de compra e venda
de mercadorias

74, RUA DE S. JULIÃO, 76

TELEFONE 24360

LISBOA

TOME NOTA:

LACTO BANACÃO

O novo super-produto da Scipar

Lacto Banacão não é mais
do que Banacão e leite em
pó, dando um delicioso Ba-
nacão, pelo simples adicio-
namento de água

Porto Covo & C.^a

BANQUEIROS

Correspondentes nas principais
praças do País e do Estrangeiro

Efectuam-se todas as operações bancárias

Rua do Ouro, 175 a 191 — LISBOA

TELEFONES 2 4161-2 4162

COLOSSAL RÁDIO

A grande marca de T. S. F.

Antes de adquirir um receptor
consulte a

Sociedade Comercial
Luso-Americana L.^{da}

LISBOA

145 — RUA DA PRATA

Telefone 2 5281

PORTO

RUA SÁ DA BANDEIRA — 339

Telefone 1248

Casa dos Espartilhos
e Cintas

Santos Mattos & C.^a

123 — Rua do Ouro — 125

LISBOA

Dr. Raul Cesar Ferreira

ENGENHEIRO

Agente Oficial de Marcas e Patentes
Membro da Associação Alemã dos Agen-
tes de Patentes, da Associação Interna-
cional para a Protecção da Propriedade
Industrial dos Ing. Cons. F. I. D. I. C.

Registos no estrangeiro. Patentes de invenção e in-
trodução de novas indústrias. Registo de marcas
nacionais e internacionais. Registo de mo-
delos, recompensas e desenhos —

Informações sobre propriedade Industrial
Rossio, 93 — LISBOA — Telef. 2 5852

End. Teleg. ENGINEERING

PEDRO D'OLIVEIRA TELHADO & C.^A

Comissões, consignações
— e conta própria —

Artigos próprios
para comércio
com as Colónias
Portuguezas

Rua dos Fanqueiros, 81, 2.º

TELEFONE 2 5931

LISBOA

OS ARMAZENS

— GRANDELA —

OS MAIS ANTIGOS — OS MAIS VASTOS
— OS MAIS IMPORTANTES —
OS MAIS LUXUOSOS DE TODO O PAÍS

APRESENTAM SEMPRE

DISTRIBUIDOS **72 SECÇÕES**
PELAS SUAS

Todos os artigos necessários à vida
desde o mais modesto e mais barato
até ao mais rico e mais dispendioso

DE POIS DO BANHO DO MAR



TONIFIQUE O SEU ORGANISMO COM

TODDY

FRIO OU QUENTE
É UM RECONSTITUINTE DE PRIMEIRA ORDEM
ACIONEI, HADO
PELAS PRIMEIRAS
SUMIDADE / MEDICAS



REPRESENTANTES EXCLUSIVOS PARA PORTUGAL



E COLONIAS

Martina, Lda
29 C. S. FRANCISCO 37
1.º e 2.º and. Tel. C. 316 X
LISBOA

LA GARE

O melhor situado dos cafés de Lisboa
ABERTO TÔDA A NOITE
Perto da estação do Rossio
TODO O CONFÔRTO

« **A NACIONAL** »
COMPANHIA DE SEGUROS
Séde na sua propriedade
Avenida da Liberdade, 18 — LISBOA
TELEFS. : 2 4570 — 2 4784
Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada
FUNDADA EM 17-4-996

Capital 1.224 contos
Reservas 24.000 contos
Seguros de vida
e contra Incêndios



o mundo na mão

PEQUENA ENCICLOPÉDIA POPULAR — DE CONHECIMENTOS ÚTEIS —

À VENDA A 2.ª EDIÇÃO
ILUSTRADA COM MAPAS E MUITAS GRAVURAS

Obra indispensável a tōda a gente

pois de um modo geral reúne tudo quanto a cultura humana tem produzido no campo das ciências, das artes e das letras.

o mundo na mão

é um livro de tudo e para todos. É um livro que dispensa centos de livros, poupa trabalho e fornece com rapidez o esclarecimento desejado.

As noções gerais de história, de geografia, de arte, de ciências físicas e naturais, etc., são hoje absolutamente necessárias, mas nem todos têm a base precisa nem tempo para consultar a enorme variedade de livros que seria preciso para obter tais conhecimentos. Adquirir

o mundo na mão

que em poucas centenas de páginas reúne uma enciclopédia completa, e especialmente prática, é ficar possuindo, num único volume, manuseável, de formato cómodo e elegante, a síntese de todos os conhecimentos humanos.

o mundo na mão

reúne todas as condições necessárias para ser um livro popular de estudo e de consulta, indispensável em casa, no escritório, nas oficinas e nas escolas.

1 vol. de 824 páginas em óptimo papel, elegantemente encadernado em percalina, com gravuras a cores e ouro 30\$00
A' cobrança, pelo correio 33\$00

Pedidos à LIVRARIA BÉRTRAND
Rua Garrett, 73 — LISBOA

RIBEIRO & LOPES, L.^{DA}

CAMBISTAS

Telefone: 2.3818

Telegramas: APINO

Moédas e Notas Estrangeiras — Papéis de Crédito
Coupons Nacionais e Estrangeiros

103, Rua Áurea, 105 — LISBOA

T. J. Barros Queiroz

Candeeiros eléctricos
e para petróleo

T. S. F.

Aparelhos de várias
marcas

Material Ferranti

Lâmpadas

21, Largo de S. Domingos, 24
LISBOA

C. VINHAS, L.^{DA}

Escritório e sede: R. dos
Correiros, 29, 2. — Telegrama TE-
LHEPA, Telefone 2 0600.

Armazém: R. do Açúcar, 105
— Telefone P. B. 32.

Vinhos para exportação das me-
lhores procedências

CARDIAL FINE—Finíssima aguardente
velha, rivalizando com os melhores conhaques
estrangeiros

Fine «Macieira»

A única marca portuguesa
de aguardente

Cujas reservas começaram
em 1885

Depósito: R. Ivens, 47 — Tel. 24678

A. D'ANDRADE & C.^A

EXPORTAÇÃO — IMPORTAÇÃO

Metais novos, minérios, sucatas de ferro forjado, fundido e metais. Placas d'acumuladores. Terras e resíduos metálicos. — Estamos sempre interessados na compra de oficinas completas, máquinas, ferramentas, automóveis, camions e navios para demolir. No próprio interesse de compradores ou vendedores dos artigos da nossa especialidade, agradecemos que consultem a nossa Casa antes de fazerem qualquer transacção. Compra de sucatas de metais provenientes de África

Rampa dos Marinheiros (Em frente da estação de Alcantara-Mar)

LISBOA

Dirigir toda a correspondência ao Tel. 2 2497 — Apart. 168

**Leveduras seleccionadas
para o fabrico de**

PÃO E PASTELARIA

A GRANDE MARCA PORTUGUESA

Levedura «Nacional»

Prensada em pacotes
de 500 a 1000 gramas

Levedura seca «Leverina»

Em latas de 250 e 500 gramas
especialmente fabricadas
para os climas tropicais

Com estas leveduras
obtem-se uma importante
economia de tempo
de fabrico, de mão
de obra, melhor pão
e maior rendimento

PEDIDOS A' :

Companhia Industrial Portugal e Colónias

Rua do Jardim do Tabaco, 74

— LISBOA —

SAPATARIA "RATINHO"



Sempre
os últimos
modelos

— RAUL PEREIRA, L.^o —

CASA FUNDADA EM 1846

Calçado em todos os géneros

SÓ VENDEMOS A DINHEIRO

81 — RUA DE SANTA JUSTA — 83

(Defronte do Hotel Francfort)

Telefone 26836

VISITEM ◉

Monumental Casino

Da Povoação de Varzim

— **Zona de jogo e turismo** —

A melhor praia — O melhor Casino

— da Península —



EUROPÊA COMPANHIA DE SEGUROS

FUNDADA EM 1922

Seguros de incêndio, Seguros marítimos, Seguros de cauções, Seguros de automóveis, Seguros de acidentes individuais, Seguros de acidentes de trabalho, Seguros de roubos e de tumultos, Seguros de responsabilidade civil, Seguros de mercadorias e bagagens em serviço combinado com os Caminhos de Ferro

Séde em Lisboa — R. Nova do Almada, 61, 1.º — Tel. 2 0911

Representada no Porto pela firma:

José da Silva Reis & C.ª, Sucessores

RUA DA FÁBRICA, 5

TELEFONE 631

MACÁRIO M. FERREIRA L.ª DA

Casa especial de café, chá,
chocolates, cacau e bonbons

DEPÓSITO GERAL
DO FINÍSSIMO

CHÁ PRETO INGLEZ

SULTANA

R. AUGUSTA, 272 a 276

TELEFONE 20900

— LISBOA —

ALHAMBRA

O salão mais alegre
do Parque Mayer

Cabaret

Dancing

Restaurant

Aberto

tôda a

noite

LUTÉCIA

Rossio, 11 — Telefone 2 0506
(Esquina da Rua do Ouro)

Tecidos alta novidade em lãs, sedas, organdiz, etamines

Malhas, parures em seda e opale para senhora

Camisaria para homem

Rideaux em filet manual, lindos desenhos

— ESPINHO —

Zona de jogo e turismo

O MAIS SUMPTUOSO E CONFORTAVEL CASINO DA PENINSULA

Aberto de Junho a Novembro

EM BREVE SERÁ POSTO À VENDA O LIVRO

«Ditadura, Democracia ou Comunismo?..»

Por CUNHA LEAL

PEDIDOS A ESTA REDACÇÃO

IMPRENSA LUCAS & C.^A CASA FUNDADA
— EM 1850 —

Composição e impressão de Livros e Revistas
Trabalhos comerciais em todos os generos

— RUA DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 61 —

Telefone 2 1469

LISBOA

CORDY

A MELHOR DE TODAS

E' a preferida por todos
os amadores de bom gôsto



• Armas e Munições •
DOS
Melhores Fabricantes



Recebem-se encomendas
de qualquer marca

Ingleza

Belga

Alemã

Carregamento especial
de Cartuchos



Representante exclusivo das armas

Cordy e Galand



Espingardaria Central

G. HEITOR FERREIRA

SUCESSOR

A. MONTEZ

Praça D. João da Câmara, 3

Telefone 25731 — LISBOA

**Nos
Grandes
Armazens
Do**

CHIADO

**Há tudo o necessário á
vida contemporânea**

Desde o artigo mais modesto áquele
que por ser de aplicação de mo-
mento não precisa ser de preço tão
elevado

Até ao artigo rico de qualidade
para durar pelo qual se paga de
boa vontade, o que êle vale

**Mas sempre por preços que,
em qualidades iguais,
não temem confrontos**

Isto porque nas suas 23 modernas fábricas fabricam quasi tudo o que
vendem, e o que não fabricam adquirem por intermédio das suas casas
compradoras nos principais centros produtores a pronto pagamento

CASA AFRICANA

SÉDE	SUCURSAL
RUA AUGUSTA, 161	RUA 31 DE JANEIRO, 220
LISBOA	PORTO

SECÇÕES DE:

Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes,
Modas e roupa branca para Senhoras e Creanças,
Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Decorador
e Estofador, Retrozaria, Luvaria, Perfumaria e todos
— os artigos para Homens, Senhoras e Creanças —

**PREÇOS FIXOS E MARCADOS
EM TODOS OS ARTIGOS**

ON PARLE FRANÇAIS — ENGLISH SPOKEN